

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG  
CURSO DE ALTOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**ARIOVALDO DA SILVA PACHECO**

**COMO OCORREU O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NO  
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS – SC, 2015

**ARIOVALDO DA SILVA PACHECO**

**COMO OCORREU O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS  
MILITAR DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada ao Curso Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Altos Estudos Estratégicos do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública: Estudos Estratégicos em Atividade Bombeiro Militar.  
Orientador: Maurício Custódio Serafim

**FLORIANÓPOLIS – SC**

**2015**

**ARIOVALDO DA SILVA PACHECO**  
**COMO OCORREU O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS**  
**MILITAR DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada ao Curso Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Altos Estudos Estratégicos do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública: Estudos Estratégicos em Atividade Bombeiro Militar.

**Banca Examinadora:**

Orientador: Prof. Dr. Maurício Custódio Serafim  
ESAG/UEDESC

Membros: Prof. Dr. Daniel Pinheiro  
ESAG/UEDESC

MSc. Eduardo Antônio Gomes da Rocha  
UNISUL

**Florianópolis – SC, 14 de setembro de 2015**

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na fonte

---

P116c Pacheco, Ariovaldo da Silva  
Como ocorreu o processo de emancipação no Corpo de Bombeiros  
Militar de Santa Catarina. / Ariovaldo da Silva Pacheco. -  
Florianópolis : UDESC, 2015.  
134 f. : il.

Monografia (Especialização em Gestão Pública: Estudos Estratégicos  
no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina) – Universidade do  
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e  
Socioeconômicas, Programa de Pós- Graduação em Administração,  
2015.

Orientador : Maurício Custódio Serafim, Dr.

1. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - História. 2.  
Emancipação 3. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. I.  
Serafim, Maurício Custódio. II. Título.

CDD 981.64

Dedico este estudo a todos os policiais e bombeiros militares do Brasil, que lutam no dia a dia para minimizar o sofrimento das pessoas, seja nas ações de socorro e de combate a criminalidade, seja nas ações preventivas. Aos professores, que com seu esforço e saber fazem de nós estudantes, seres melhores do que éramos antes de os conhecer. Por fim, quero dedicar este estudo a quem pelo DNA, transmitiu toda estrutura intelectual e psicológica para suportar as maiores dificuldades. José Edeorides Pacheco, “Pachecão” perdê-lo aos cinco anos não foi fácil, mas quando pensava em desistir, lembrava de você, de sua autenticidade e identificação com valores individuais de moral e retidão, lutar na busca do bem, sem temer nada ou ninguém, esta é nossa sina, que aos meus filhos quero deixar. Obrigado, você foi e sempre será meu exemplo e herói.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela saúde, persistência e coragem de enfrentar mais este desafio. Agradecimento especial a Anita da Silva Pacheco, minha mãe, que na ausência precoce de meu pai, soube dar o exemplo e o incentivo nas horas mais difíceis, educando a mim e mais 07 (sete) irmãos. A minha esposa Gyslaine de Cássia Silva Pacheco, que soube compreender o afastamento temporário na busca de dados para pesquisa, bem como de toda leitura do referencial teórico e análise dos dados.

Haviam momentos que parecia que nos desligávamos deste mundo. Mas minha esposa se manteve firme no acompanhamento e educação de nossos dois filhos, Bruno e Henrique, a quem dedico com carinho especial este estudo, esperando que se um dia tiverem acesso a ele, sintam orgulho por fazerem parte dele.

Ao professor doutor Maurício Custódio Serafim, meu orientador, pela paciência e por ter aceitado o convite, sem o senhor nada disso seria possível. A todos os professores da ESAG/UDESC e aos oficiais que ministraram aula no CAEE/2015, com muita sabedoria e maestria, ajudaram-nos a sermos melhores, especial ao Major Eduardo Antônio Gomes da Rocha.

A toda equipe do Centro de Ensino, ao Ten Cel Neto, que horas era aluno, horas providenciava os recursos materiais e humanos para o curso. Major Adriana, Sgt Jacymir, Cabo Charles, Soldados Kely e Quincor e a supervisora Paula.

Agradecimento especial ao nosso Cmt, Cel BM Onir Mocelin, por ter nos oportunizado participar do curso. De forma mais especial ainda, ao Diretor de Ensino e instrutor Cel Edupércio Pratts, que esteve sempre disposto e pronto a ajudar.

Ao coordenador do curso Prof Daniel e a toda equipe da ESAG/UDESC, que através da Tatiane sempre nos atenderam de forma cordial e prestativa.

Finalmente aos colegas de turma, com os quais muito apreendemos e compartilhamos conhecimentos, amigos da Polícia Militar, do Bombeiro e da Polícia Rodoviária Federal.

“Porque na rinha da vida  
Já me bastava um empate!  
Pois cheguei no arremate  
Batido, sem bico e torto...  
E só me resta o conforto  
Como a ti, galo de rinha,  
Que se alguém dobrar-me  
a espinha  
Há de ser depois de morto!”

Jaime Caetano Braum

## RESUMO

A abordagem do processo de emancipação no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, permite descortinar e registrar qual o caminho percorrido por esta organização até se separar de sua instituição de origem. Por um longo período, desde a sua criação em 1926 até o ano de 2003, o Corpo de Bombeiros pertenceu aos quadros da Polícia Militar de Santa Catarina. A separação das duas instituições se deu através da Emenda Constitucional Catarinense número 033 de 13 de junho de 2013. Este processo ficou institucionalmente conhecido como: “Emancipação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina”. Passados 12 (doze) anos do surgimento desta nova estrutura, agora independente da instituição primeva, faz-se o primeiro registro oficial do que foi a emancipação. Resgata-se com a riqueza de um estudo de caso qualitativo, acontecimentos que desencadearam e culminaram com o 21º Estado da Federação a ter seu Corpo de Bombeiros emancipado. Entrevistas, coleta de dados em arquivos da corporação, com pesquisa documental e bibliográfica permitem uma triangulação, com análise e reconstrução histórica de como os fatos ocorreram. O acesso aos documentos, tais como boletins internos foi facilitado ao pesquisador, por pertencer aos quadros da Instituição. Os documentos encontrados, que estavam em pastas diversas, foram juntados e passam a compor os anexos do estudo. O processo de emancipação ocorreu através de uma estratégia emergente e em seguida envolveu mobilização de gestores e outros atores internos e externos simpáticos a ideia, sofrendo apoios e resistências, devidamente identificadas. Um breve relato do momento histórico do País e do Estado compõem o estudo. O modelo segue a estratégia contextualista de pesquisa proposta por Pettigrew (1987), que envolve análise de contexto, conteúdo e processo. Com esta estratégia de pesquisa, considerando a organização aberta e interagindo aos estímulos do ambiente se buscou a visão do todo, sistêmica, Bertalanfy (1975). Assim ficou clarividente quais os verdadeiros motivos que levaram ao processo de emancipação e de como ele foi alcançado. Existem dois Estados brasileiros, São Paulo e Paraná, que ainda se encontram nos quadros da Polícia Militar e podem fazer uso deste estudo na tomada de decisão sobre emancipar ou não.

**Palavras-chave:** Estudo de caso. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Emancipação. Contextualista.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bombeiros brasileiros emancipados até 2015.....	19
Quadro 2 - Dúvidas e esclarecimentos sobre a emancipação no Rio Grande do Sul.....	24
Quadro 3 - Crescimento populacional de Santa Catarina.....	41
Quadro 4 - Governadores do Estado e plataformas de governo no período de 1999 – 2018.....	42
Quadro 5 - Plano De Governo – Esperidião Amin e Paulo Bauer 1999/2002.....	44
Quadro 6 - Governo Luiz H. da Silveira e Eduardo P. Moreira (2003-2006).....	45
Quadro 7 - O que levou os Bombeiros a emancipar no Brasil e em SC.....	60
Quadro 8 - Número de municípios com organização de Bombeiro Militar em SC.....	85
Quadro 9 - Efetivo de militares estaduais em janeiro de 2004.....	87

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABERGS	Associação dos Bombeiros do Rio Grande do Sul
BBM	Batalhão de Bombeiros Militar
BM	Bombeiro militar
B-3	Seção de planejamento e instrução
CB	Corpo de Bombeiros
CBMSC	Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
CBMRS	Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul
CDR	Conselho de Desenvolvimento Regional
CEBO	Curso de Especialização para Bombeiros Oficiais
Cel	Coronel
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Cmdo G	Comando Geral
Cmt G	Comandante Geral
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUMPOM	Fundo de Melhoria da Polícia Militar
FUNREBOM	Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura e Tecnologia
IPERRGS	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
LIGABOM	Liga Nacional dos Bombeiros
Maj	Major
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
RDBMSC	Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SSP	Secretaria de Segurança Pública
Ten	Tenente
Ten Cel	Tenente Coronel
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO -PROBLEMA/OPORTUNIDADE.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	14
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	14
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	14
1.3	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO.....	15
<b>2</b>	<b>O CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA</b> .....	17
2.1	CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES MILITARES.....	17
2.2	VÍNCULO HISTÓRICO - CORPOS DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.....	18
2.3	PANORAMA DAS EMANCIPAÇÕES DE BOMBEIRO NO BRASIL.....	19
<b>2.3.1</b>	<b>Emancipação do Bombeiro no Estado de Minas Gerais</b> .....	21
<b>2.3.2</b>	<b>Emancipação do Bombeiro no Estado de Tocantins</b> .....	22
<b>2.3.3</b>	<b>Emancipação do Bombeiro no Estado do Rio Grande do Sul</b> .....	23
<b>2.3.4</b>	<b>Emancipação do Bombeiro no Estado da Bahia</b> .....	26
2.4	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.....	28
<b>2.4.1</b>	<b>Origens do CBMSC</b> .....	28
<b>2.4.2</b>	<b>CBMSC nos dias atuais</b> .....	29
<b>2.4.3</b>	<b>Aspectos legais que identificam o CBMSC</b> .....	32
<b>2.4.4</b>	<b>Modelo de gestão e cultural organizacional no CBMSC e no serviço público de SC</b> .....	36
2.5	CONTEXTO EXTERNO ANTES DA EMANCIPAÇÃO.....	38
<b>2.5.1</b>	<b>Abertura da economia, estabilidade, controle da inflação e privatizações</b> .....	38
<b>2.5.2</b>	<b>Ano de 2003 – Oposição assume o Governo Federal – Ampliação e continuidade dos programas</b> .....	40
<b>2.5.3</b>	<b>Santa Catarina</b> .....	41
2.5.3.1	Governo de Esperidião Amim Helou Filho e Paulo Bauer.....	43
2.5.3.2	Governo de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira.....	45
<b>3</b>	<b>DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE</b> .....	47
3.1	METODOLOGIA.....	47
3.2	DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E REFERENCIAL TEÓRICO.....	50
3.3	O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	53
<b>3.3.1</b>	<b>Origem do processo de emancipação do Bombeiro em Santa Catarina</b> .....	54
<b>3.3.2</b>	<b>Motivos que levaram a emancipação dos Corpos de Bombeiros</b> .....	58
<b>3.3.3</b>	<b>As pesquisas de opinião no interior dos quartéis e seus resultados</b> .....	65

<b>3.3.4</b>	<b>O convencimento do efetivo e da sociedade.....</b>	<b>66</b>
<b>3.3.5</b>	<b>Dúvidas e incertezas quanto ao futuro da Corporação.....</b>	<b>68</b>
<b>3.3.6</b>	<b>Mobilização de bombeiros e contato com autoridades políticas locais.....</b>	<b>70</b>
<b>3.3.7</b>	<b>O papel dos Comandantes Gerais da PMSC.....</b>	<b>72</b>
<b>3.3.8</b>	<b>O envolvimento de lideranças por todo o Estado.....</b>	<b>75</b>
<b>3.3.9</b>	<b>O papel da Assembléia Legislativa.....</b>	<b>76</b>
<b>3.4</b>	<b>PRIMEIRO DESAFIO DO PÓS EMANCIPAÇÃO – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL.....</b>	<b>78</b>
<b>3.5</b>	<b>CONQUISTAS E MUDANÇAS DO PÓS EMANCIPAÇÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>3.5.1</b>	<b>Formação e o treinamento.....</b>	<b>86</b>
<b>3.5.2</b>	<b>Aumento de efetivo.....</b>	<b>87</b>
<b>3.5.3</b>	<b>Autonomia Administrativa e Financeira.....</b>	<b>89</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO/RECOMENDAÇÃO</b>	<b>90</b>
<b>4.1</b>	<b>ANÁLISE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO A LUZ DA TEORIA ADOTADA.....</b>	<b>90</b>
<b>4.2</b>	<b>SÍNTESE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO.....</b>	<b>92</b>
<b>4.3</b>	<b>RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>93</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>94</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO – PROBLEMA/OPORTUNIDADE

A pesquisa resgata informações de como se deu o processo de emancipação no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC). Quem foram seus idealizadores, fomentadores e qual o grau de envolvimento organizacional no seu desencadear. A análise é longitudinal, considerando sempre o contexto na qual surgiu, tais como pressões políticas, relação de ambiente interno e externo, influência ou não da estrutura estatal, numa visão sistêmica e de organização aberta que interage com seu meio.

O estudo permite ao usuário a obtenção de informações não só do contexto interno das organizações militares, como um panorama geral do Brasil e de Santa Catarina, inclusive com as plataformas de governo relativas ao período estudado, que compõem o contexto externo, necessário a análise final dos dados obtidos.

Os Corpos de Bombeiros Militar historicamente estiveram vinculados aos quadros das Polícias Militares brasileiras. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consequente adequação das Constituições Estaduais, ocorridas em 1989, os Corpos de Bombeiros por uma permissão da Carta Magna, passaram a buscar sua desvinculação da Polícia Militar, ao que popularmente se chamou de processo de emancipação.

Em Santa Catarina a primeira tentativa foi em 1989, porém não obteve êxito. A emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina ocorreu em 13 de junho de 2003, após um longo processo de mobilização que está pontualmente detalhado neste estudo. O Corpo de Bombeiros passou a ter autonomia administrativa e financeira, mantendo a condição de militar de seus integrantes e valores de vencimentos iguais aos dos policiais militares, dentre outras similaridades que são vistas no estudo.

O estudo se justifica pela oportunidade de resgatar a maior mudança estrutural porque já passou a Instituição CBMSC. Até os dias atuais sem parada para uma análise de como tudo ocorreu. Os mais novos precisam saber de onde surgiu a Instituição. A emancipação, como é visto ao longo da pesquisa, pode ser considerada uma nova gênese do CBMSC. Outras Instituições, emancipadas ou não, poderão usar do exemplo do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e suas estratégias, inclusive de reestruturação no pós emancipação.

A pesquisa entra no emocional do ser humano, pois resgata informações de verdadeiros heróis de um ideal e sonho emancipacionista, que custou caro para muitos. Gerações inteiras de bombeiros militares, alimentados pelo desejo de servir com técnica e profissionalismo são homenageados neste estudo.

Em especial aqueles, que mesmo trabalhando toda sua vida profissional em atividades de bombeiro, foram para reserva (aposentadoria) antes da emancipação. A identificação profissional destes bombeiros em sua carteira de identidade permanece como policial militar da reserva. Mas não apaga a sua condição de eternos e sempre lembrados bombeiros, soldados do fogo, com seu lema “vidas alheias e riquezas a salvar”.

A pesquisa não é estanque e nem pretende estabelecer verdade absoluta, mas com certeza traz dados confiáveis. A obtenção dos dados se deu nos arquivos do Comando Geral da Corporação, com sede em Florianópolis. Também no 5º Batalhão de Bombeiros Militar (BBM) com sede em Lages e no 12º BBM, com sede em Balneário Camboriú. As entrevistas foram realizadas com pessoas que ocupavam cargo de direção e comando na época da emancipação ou que de alguma forma influenciaram no processo.

De maneira concomitante a obtenção dos dados e prévia análise, seguindo o objetivo da pesquisa, se descreve: **Como ocorreu o processo de emancipação no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.**

Com o espírito de pesquisador se evolui no estudo, pautado no foco prático, sem se distanciar do acadêmico ou científico. Afinal, uma boa prática, gera ou tem sustentação em uma fundamentada teoria. É o guia que o estudo procura seguir.

A pesquisa começa com sua apresentação através do resumo executivo proposto pela metodologia da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG). Entende-se que este resumo, nada mais é do que um convite a leitura do estudo, com uma sintetização da situação, objetivos e resultados, que pode ou não despertar curiosidade e interesse do leitor em verificar as demais informações constantes nas páginas do estudo.

O estudo está dividido em cinco partes, sendo a primeira parte composta da introdução, objetivo geral, específicos e contribuição do trabalho.

A segunda parte, traz o contexto e a realidade investigada, incluindo características comuns das instituições militares, vínculo existente entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, quadro das emancipações pelo Brasil, dados básicos da organização objeto do estudo,

suas origens, dados atuais, características, aspectos legais, modelo de gestão e cultura organizacional .

A terceira parte, traz a metodologia do estudo, um estudo de caso qualitativo com toda sua classificação metodológica descrita em tópico próprio. Traz ainda, exemplos de algumas emancipações pelo Brasil, a emancipação em Santa Catarina, origem, motivos, enfim, todo o processo detalhadamente.

A quarta parte, traz as recomendações e propostas para instituição, com a análise do processo a luz da teoria adotada e a síntese do processo.

Finalmente, a quinta parte traz as conclusões, com a demonstração do alcance dos objetivos, compondo o estudo ainda as referências, apêndices e anexos.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Fazer o resgate histórico do processo de emancipação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

### 1.2.1 Objetivos Específicos

- 1) Registrar os principais acontecimentos internos e externos que antecederam e culminaram com o processo de emancipação;
- 2) Identificar quem foram os condutores do processo e quais as ações tomadas por eles;
- 3) Fazer um comparativo da situação estrutural do Corpo de Bombeiros na época da emancipação e a atual.

Com este olhar voltado a individualizar condutas e buscar revelar a verdadeira origem do processo de emancipação do CBMSC é que segue o estudo. O tema seguinte traz a contribuição do estudo, não só para o campo acadêmico, como também para o prático e institucional.

### 1.3 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

O estudo se caracteriza como o primeiro documento desta natureza produzido no CBMSC, resgatando dados de um processo que culminou com sua emancipação. A relevância transcende os bancos acadêmicos, pois revela o esforço de pessoas que dedicaram sua vida profissional na consecução do mesmo objetivo, cercados pela desconfiança e intimidação. Muitos destes concluíram seu tempo de serviço sem lograr êxito. Mas a semente que deixaram germinou e a história provou que os emancipacionistas lutavam por algo viável.

Perseguições, transferências e desligamentos dos quadros do Bombeiro aos emancipacionistas foram comuns durante o tempo em que a Corporação esteve ligada a Polícia Militar. Hoje, com a evolução da organização e com a Polícia Militar podendo se dedicar as atividades tipicamente de polícia, a sociedade catarinense conta com duas instituições com destinos próprios, ambas militares e força auxiliar, reserva do Exército, cada uma com missões constitucionais bem distintas.

Considerando que as vias do estudo ficarão na biblioteca do centro de ensino do CBMSC e na biblioteca da ESAG e em seus meios digitais, muitas pessoas poderão ter acesso a pesquisa. Assim fica facilitado a disseminação e compartilhamento do conhecimento, contribuição que leva a história da Corporação também para o público externo. Fortalecerá a cultura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, além de valorizar aqueles que ao longo da história da Corporação lutaram para que a emancipação fosse possível.

O conhecimento de como se deu o processo de emancipação no CBMSC, de forma estruturada e científica, fornece subsídios de estratégias de sobrevivência, articulação com autoridades políticas e comunidade em geral, para atuais e futuros comandantes. De acordo com Greiner (1972), o passado de uma organização, quando bem analisado e interpretado pode mostrar a seus dirigentes a direção de sucessos futuros.

Finalmente, sem a pretensão de esgotar o assunto, a partir da elaboração deste estudo, outros poderão surgir, com a indicação dos caminhos a percorrer já facilitados. Projeção de cenários e o respeito a uma luta de muitos é também a contribuição que deixa o pesquisador, em suas horas intermináveis de pesquisa e análise de dados. Extremamente gratificantes, pois fica a certeza da utilidade do estudo.

Na página seguinte, passa-se a descrever o contexto e a realidade investigada, com toda caracterização da Instituição, suas origens, estrutura atual, modelo de gestão e cultura organizacional, aspectos legais que envolvem a atividade de bombeiro no Brasil e em especial no Estado de Santa Catarina.

## **2 O CONTEXTO E A REALIDADE INVESTIGADA**

### **2.1 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES MILITARES**

Dos estudos baseados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, leis federais e estaduais, regulamentos militares, observa-se que as instituições militares brasileiras, compostas pela Marinha, Exército, Aeronáutica e pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, as duas últimas forças auxiliares, reserva do Exército, estão organizadas por leis e regulamentos próprios. Tem em comum a previsão constitucional baseada na hierarquia e disciplina e a condição de seus integrantes de serem militares.

Estas leis e regulamentos dos militares, trazem características que lhes são peculiares, como ordenação de postos e graduações, rigorosa observância das prescrições regulamentares, obrigação de manutenção de asseio pessoal, uso de fardamento limpo e não amarrotado, cabelos baixos e sem uso de barbas, permitindo apenas bigodes devidamente aparados, dedicação integral ao serviço, entre outros. Todas estas características são comuns em qualquer instituição militar brasileira.

Também é comum a todos os militares brasileiros estarem sujeitos ao código penal e processual penal militar brasileiro. O respeito aos Símbolos Nacionais, como o hasteamento e arriamento diário do Pavilhão Nacional, nos quartéis brasileiros e em missões no estrangeiro. Realização de formaturas com presença de tropa e rituais próprios, de apresentação, respeito e postura, além de participação em desfiles cívicos nacionais, como o de 07 de setembro, dia da Independência do Brasil, entre outros que identificam os militares do Brasil.

Além de toda esta identificação comum e natural aos militares, os Corpos de Bombeiros Militares por previsão constitucional subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Assim, como órgãos da Administração Pública Direta, seguem regras de Direito Público, comuns aos demais servidores civis da Administração, além dos tradicionais regulamentos militares, dos quais foram trazidas algumas regras para efeito de contextualização. Em seguida, passa-se a discorrer sobre o vínculo existente entre Polícias e Bombeiros Militares do Brasil.

## 2.2 VÍNCULO HISTÓRICO - CORPOS DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR

A primeira Corporação de bombeiros brasileira foi a do Rio de Janeiro, criada através do Decreto Imperial 1775 de 02 de julho de 1856, pelo Imperador Dom Pedro II. Inicialmente não possuía caráter militar e não era ligada a Força Policial, foi somente em 1880 que seus integrantes passaram a ser classificados dentro de uma hierarquia militarizada.

A então criada Corporação de Bombeiros adotou o modelo francês de Sapeurs-Pompiers de Paris, os quais eram classificados como arma de Engenharia Militar e organizados para servirem como sapadores quando necessário. Até o fim do império essa foi a única instituição de bombeiro militar existente.

Com a proclamação da República, os Estados que possuíam melhores condições financeiras passaram a constituir seus próprios Corpos de Bombeiros. Ao contrário do Corpo de Bombeiros da Capital Federal que desde o início foi concebido com completa autonomia, essas corporações foram criadas dentro da estrutura das Polícias Militares, que em suas criações tiveram outras denominações, como Força Policial ou Força Pública.

Em 1915, a legislação federal passou a permitir que as forças militarizadas dos Estados pudessem ser incorporadas ao Exército Brasileiro em caso de mobilização nacional. Em 1917, as Forças Policiais e o Corpo de Bombeiros da Capital Federal tornaram-se oficialmente reserva do Exército, condição estendida aos Estados. Nesse período, os Corpos de Bombeiros, como integrantes das Forças Estaduais, participaram dos principais conflitos armados que atingiram o País.

Essa condição foi alterada após as Revoluções de 1930 e de 1932, sendo imposta pelo Governo Federal a desmilitarização dos Corpos de Bombeiros em 1934. Isso objetivava diminuir o poderio das forças militares estaduais, as quais ameaçavam o equilíbrio do poder bélico no País. Com o final da segunda guerra mundial e a consequente queda do Estado Novo, as forças estaduais voltaram ao completo controle dos estados passando-se a permitir a militarização dos corpos de bombeiros, desde que estes fossem reincorporados às Polícias Militares.

Em 1967 foi criada a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), subordinada ao então Ministério da Guerra. As Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros passaram a se estruturar em órgãos de direção, de execução e de apoio e que vige até os dias de hoje.

Anualmente inspecionadas por oficiais do Exército em todas as organizações militares estaduais, as quais prestam conta de suas atividades.

Com o fim do governo militar e com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, dispositivo legal dividiu as atividades de polícia e de bombeiro, passando a se observar uma série de emancipações pelos estados brasileiros. A notícia se espalhou rápido e experiências dos primeiros a se emancipar eram compartilhadas com os outros Estados, inclusive com a notícia de sucesso destas corporações de bombeiros emancipadas.

O tópico apresentado em seguida, escrito de forma a facilitar a análise final do processo de emancipação, traz o panorama das emancipações pelo Brasil e exemplos de alguns Estados que de alguma forma se assemelham ou vinculam com o caso de Santa Catarina.

### 2.3 PANORAMA DAS EMANCIPAÇÕES DE BOMBEIRO NO BRASIL

Antes de se falar do objeto deste estudo, que é o processo de emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, far-se-á a contextualização com alguns exemplos do que foi este movimento no Brasil. Um processo desejado por todas as Organizações de Bombeiro que se encontravam dentro dos quadros das Polícias Militares brasileiras, porém nem um pouco facilitado. O quadro abaixo revela a situação dos Bombeiros do Brasil, com a data e o dispositivo legal que permitiu a emancipação.

#### **Quadro 1 - Bombeiros brasileiros emancipados até 2015**

Estado	Data de Emancipação	Dispositivo Legal
Acre	19/12/1991	Lei Estadual n.º 1.013
Alagoas	26/05/1993	Emenda Constitucional n.º 09
Amapá	09/07/1992	Lei Estadual n.º 025
Amazonas	26/11/1998	Emenda Constitucional n.º 31
Bahia	01/07/2014	Emenda Constitucional n.º 138
Ceará	20/04/1990	Lei Estadual n.º 11.673
Espírito Santo	25/08/1997	Emenda Constitucional n.º 12

Goiás	05/10/1989	Constituição Estadual
Maranhão	15/07/1992	Constituição Estadual
Mato Grosso	15/06/1994	Emenda Constitucional n.º 09
Mato Grosso do Sul	05/10/1989	Constituição Estadual
Minas Gerais	02/06/1999	Emenda Constitucional n.º 39
Paraná	Não Emancipado	-
Pará	19/04/1990	Decreto Estadual n.º 6.781
Paraíba	06/11/2007	Constituição Estadual
Pernambuco	22/07/1994	Emenda Constitucional n.º 04
Piauí	09/06/2003	Lei Complementar n.º 28
Rio de Janeiro	02/07/1856	Ato de D. Pedro II
Rio Grande do Norte	23/03/2002	Lei Complementar n.º 230
Rio Grande do Sul	17/06/2014	Emenda Constitucional n.º 232
Rondônia	1.º/07/1998	Emenda Constitucional n.º 06
Roraima	19/12/2001	Emenda Constitucional n.º 11
Santa Catarina	13/06/2003	Emenda Constitucional n.º 33
São Paulo	Não Emancipado	-
Sergipe	23/12/1999	Lei Estadual n.º 4.194
Tocantins	27/09/2005	Emenda Constitucional n.º 15
* Distrito Federal	25 de junho de 1966	Decreto Lei n.º 9
* Rio de Janeiro	02/07/1856	Decreto Imperial 1775

Fonte: Produzido pelo autor, 2015 dados obtidos dos sites das Corporações e pesquisas na Web

A seguir o exemplo de como se deu a emancipação em alguns Estados brasileiros, com atenção especial para o Estado de Minas Gerais. Deste Estado, que Santa Catarina obteve o maior número de documentos com as estratégias da emancipação e a parte legislativa. Atenção especial também para o Estado do Rio Grande do Sul, recentemente emancipado, 2014, pois houve a participação de oficiais de Santa Catarina subsidiando informações ao Estado vizinho, inclusive palestrando lá sobre o processo de emancipação em Santa Catarina.

### 2.3.1 Emancipação do Bombeiro no Estado de Minas Gerais

Em Minas Gerais a Emancipação ocorreu no ano de 1999, onde o Deputado Durval Ângelo do PT apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 14/99, a qual resultou na Emenda Constitucional número 39/99. Esta foi aprovada por unanimidade com 70 (setenta) votos em primeiro turno e 71 (setenta e um) em segundo, no prazo de 20 (vinte) dias. Documentos foram trazidos de lá e repassados ao então Tenente César Assunção, hoje Tenente Coronel, Comandante do 10º Batalhão com sede em São José, Santa Catarina, dos quais destaca-se uma cartilha de 44 (quarenta e quatro) páginas com toda a descrição do processo, depoimentos e resultado da votação.

Naquele Estado a PEC tratava da emancipação do Bombeiro e da anistia de policiais militares grevistas de junho de 1997, que haviam sido mandados embora da Corporação. Na apresentação da cartilha feita pelo Deputado Durval Ângelo, ele destaca o interesse do Governador Itamar Franco em promover a anistia dos policiais militares e a emancipação dos Bombeiros, através do pedido de apoio as bancadas. Destaca também a mobilização e pressão democrática aos Deputados Estaduais. Segundo o Deputado Durval Ângelo:

“ Houve Deputado que chegou a conversar 4 ou 5 vezes com oficiais bombeiros da reserva ou da ativa. Houve ainda muitos telefonemas, telegramas e ação de líderes políticos ou comunitários locais, acionados por bombeiros do interior de Minas. Ação eficaz, que garantiu presença e votos, reforçada pela grande simpatia que a população tem pela Corporação.” (ÂNGELO,1999).

Na mesma cartilha de Minas Gerais, após a apresentação, seguia o texto da PEC propriamente dita, com todo o arcabouço de mudança jurídica proposta e com a redação que alterava a Constituição daquele Estado. Dava autonomia ao bombeiro e descrevia as atividades que deveriam ser executadas, dentre outras previsões. Em seguida o discurso do Deputado Durval, onde lembrava que a Constituição Federal já previa funções distintas para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros e destacava que já haviam 16 (dezesesseis) Estados onde Polícia Militar e Corpo de Bombeiros já estavam separados.

Destaca-se ainda do discurso do Deputado Durval Ângelo quando da apresentação e votação em plenário da Emenda, a constatação do sucateamento da frota e da falta de efetivo:

“ nos Estados Unidos, uma viatura do Corpo de Bombeiros não fica mais de 3 anos em uso, sem contar que a maior parte das viaturas de Minas é de 1975 a 1980. Então estão sucateadas. Um outro dado importante: quando as normas internacionais indicam que deveríamos ter 1 bombeiro para cada 1.000 habitantes,

em Minas Gerais temos 1 para cada 6.000. Temos só 3.130 bombeiros e 450 alunos na escola de formação de bombeiros. Em Brasília temos 6.000; no Rio de Janeiro 14.000; no Rio Grande do Sul 4.000” (ÂNGELO, 1999)

Após aprovada em 1º turno a PEC foi para 2º turno e se observa outro ensinamento, (necessidade de pesquisa interna) no discurso realizado desta feita, onde Durval Ângelo diz: “Este Poder ouviu o eco dos policiais e bombeiros, ávidos pela autonomia como foi demonstrado em pesquisa interna feita nos Batalhões da Corporação”. Cita ainda correspondências recebidas de oficiais de Corporações já emancipadas do Brasil na votação de segundo turno em Minas, sendo eles: Coronel Clarindo Vicente de Figueiredo Filho, Cmt Geral do Mato Grosso; Coronel Élvio Silvio Rebouças, Cmt Geral dos Bombeiros do Espírito Santo, que se fazia presente no evento e Coronel Benjamim Ferreira Bispo, Comandante Geral dos Bombeiros do Distrito Federal” (ÂNGELO, 1999).

Em Ângelo (1999, p.33) o vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte revela que foi ele quem procurou o Deputado Durval Ângelo para propor a emancipação do Bombeiro e anistia aos policiais. Do texto quero fogo, quero água, do mesmo vereador, ele diz ter consultado os Estados emancipados até então para elaboração da PEC de Minas Gerais. Fica evidenciado que o processo de emancipação dos Estados foi sendo compartilhado com aqueles que ainda não haviam se emancipado.

Em seguida são trazidas experiências de outros estados que revelam o desejo nacional de mudanças e algumas das estratégias que acabaram sendo compartilhadas entre as organizações de bombeiro do Brasil. Também algumas informações do pós emancipação, para que se possa ter noção do grau de acerto da decisão em emancipar.

### **2.3.2 Emancipação do Bombeiro no Estado de Tocantins**

No Estado do Tocantins a emancipação se deu no dia 27 de setembro de 2005, através da Emenda Constitucional nº 15. Passados dois anos da emancipação daquele Estado, quando da comemoração do aniversário deste fato, as notícias de crescimento já davam conta da acertada decisão em emancipar. Neste sentido o Cel Sales, Comandante Geral dos Bombeiros em 2007, assim se manifestou:

A avaliação é positiva. O Corpo de Bombeiros tem evoluído rápido no processo de consolidação, houve crescimento em todas as áreas e o fortalecimento da instituição”, comemora o comandante geral, Sirivaldo Sales de Lima,

acrescentando que os desafios são grandes. Em pouco tempo teremos a instalação de unidades em outros municípios e a transferência do Quartel do Comando Geral para sua sede definitiva. SALES, (2007). [...] Disponível em: <http://bombeiros.to.gov.br/noticia/2008/3/31/corpo-de-bombeiros-comemora-2o-aniversario-de-Emancipacao/#sthash.m9tjphir.dpuf>

Pronunciamentos como este, realizados por Comandantes em datas comemorativas nas instituições militares são importantes, pois além de retratarem dificuldades e conquistas, acabam facilitando a vida dos pesquisadores na hora de contar a história da instituição. O Cel Sales, destacou aspectos históricos e dados que demonstram o avanço daquela Corporação, neste sentido, assim se pronunciou:

Nos últimos 24 meses, o Corpo de Bombeiros experimentou um crescimento jamais visto na Corporação, desde que foi criada em dezembro de 1992, como unidade da Polícia Militar. Com o aumento superior a 110% no efetivo e a aquisição de novas viaturas e equipamentos, em 2007, o Corpo de Bombeiros iniciou a etapa de expansão prevista no planejamento estratégico, com a implantação de grupos em Paraíso e Porto Nacional. Foi realizado o primeiro concurso público para oficiais especialistas em Engenharia do Corpo de Bombeiros; abertas 10 novas vagas para oficiais combatentes; formados 96 soldados, outros 67 alunos soldados se formarão em julho; realizados concursos internos para cabos, sargentos e oficiais da administração, além de outros cursos que possibilitam a ascensão profissional dos oficiais. O Estado já possui legislação própria contra incêndio e pânico, a Lei 1787/07, em vigor desde o mês de janeiro, e foi criado o Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros. SALES, (2007). Disponível em: <http://bombeiros.to.gov.br/noticia/2008/3/31/corpo-de-bombeiros-comemora-2o-aniversario-de-Emancipacao/#sthash.m9tjphir.dpuf>

Encerra-se aqui as informações do Estado do Tocantins, onde procurou se trazer mais as conquistas obtidas pela organização de bombeiro daquele Estado do que o processo em si de emancipação. Conquistas estas que foram comuns em todos os Corpos de Bombeiros após suas respectivas emancipações. Passa-se agora a trazer informações do estado vizinho, o Rio Grande do Sul, um dos últimos estados da Federação a se emancipar.

### **2.3.3 Emancipação do Bombeiro no Estado do Rio Grande do Sul**

O Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul conquistou sua emancipação no dia 17 de junho de 2014, passando a ser o 2º Estado do sul do Brasil a conquistar sua emancipação dos quadros da Brigada Militar, como é conhecida a Polícia Militar daquele Estado. Há muitos anos oficiais do Bombeiro de Santa Catarina mantinham contato com oficiais daquele

Estado prestando informações de como havia sido o processo de emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

As estratégias utilizadas pelos bombeiros gaúchos, em sua grande maioria foram as mesmas utilizadas em Santa Catarina, em Minas Gerais e nos demais estados brasileiros, numa espécie de boas práticas que se compartilhou entre as organizações do Bombeiro do Brasil. Desde a mobilização da sociedade, dos políticos, até o esclarecimento e sensibilização da tropa, legislação utilizada, enfim.

Em relação aos esclarecimentos da tropa, resgatou-se neste estudo algumas das dúvidas mais comuns dos Bombeiros gaúchos em relação ao Bombeiro emancipado, sua nova estrutura e como ficariam os militares que serviam no Bombeiro ou na Brigada Militar. O quadro a seguir traz as respostas dada por oficial daquela Corporação. Estas dúvidas foram esclarecidas pelo Major Rodrigo Dutra e pela Associação dos Bombeiros do Rio Grande do Sul (ABERGS). Resgatou-se algumas, comuns ao caso do CBMSC e que estão no quadro a seguir:

**Quadro 2 – Dúvidas e esclarecimentos sobre a emancipação no Rio Grande do Sul**

1. O novo Corpo de Bombeiros do RS será uma instituição de natureza civil?	“No Brasil todos os Corpos de Bombeiros Estaduais são militares, consoante com o dispositivo do Art 144, V, da Constituição Federal. Qualquer tentativa de criação de um Corpo de Bombeiros de natureza civil, em nosso País, é inconstitucional! Bombeiro Civil é uma profissão de natureza privada [...] regulada pela Lei Federal Nº 11.901/2009”.
2. O novo Corpo de Bombeiros do RS será municipalizado?	“ No Brasil a competência sobre a gestão dos Corpos de Bombeiros é do Estado, os quais são reservas do Exército e subordinados ao Governador do Estado (juntamente com as Polícias Cíveis e as Polícias Militares), consoante com o dispositivo do Art 144, § 6º, da Constituição Federal. A extinção do Corpo de Bombeiros Militar, em qualquer Estado, e sua substituição por Corpos de Bombeiros Municipais, em nosso País, é inconstitucional! Corpos de Bombeiros Municipais são Serviços Cíveis auxiliares do Corpo de Bombeiros Militar, (consoante com o Dec 37.376/97)”.
3. Nossos militares ainda serão atendidos pelos hospitais da Brigada Militar?	“ Os hospitais da Brigada Militar atendem qualquer pessoa que seja associada ou dependente do Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS), bastando apresentar sua identificação e cartão social do IPE. Não há possibilidade jurídica, nem

	mesmo social, de que seja vedado o atendimento dos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do RS nos Hospitais da BM [...]”.
4. O plano de carreira do Corpo de Bombeiros Militar do RS será diferente da Brigada Militar?	No início será o mesmo, porém já existe um amplo entendimento entre governo e servidores que a atividade do Corpo de Bombeiros é multidisciplinar, portanto contempla profissionais de diversas formações acadêmicas e não somente na área do Direito.[...] a fim de que seja definido o melhor e mais eficiente modelo de carreira e de gestão!
5. Será possível optar por integrar o Corpo de Bombeiros Militar ou pela permanência na brigada militar?	Para as praças bombeiros militares, que tem formação específica [...], a integração ao CBMRS será imediata. Os mergulhadores e cinófilos que possuem curso voltado e reconhecido pelo Corpo de Bombeiros poderão optar,[...]. O mesmo ocorrerá com os Oficiais, que poderão optar por integrarem o Corpo de Bombeiros Militar, desde que sejam possuidores do Curso de Especialização em Bombeiros para Oficiais (CEBO) e para os Tenentes (CBAPM) que sejam oriundos da QPM-2.[...]

Fonte: Produzido pelo autor, 2015 com dados disponíveis em:<http://www.abergs.org.br>, acesso em 16/08/2005.

Além das dúvidas pontualmente elencadas no quadro acima, os bombeiros do Rio Grande do Sul, tiveram outras tantas dúvidas que foram devidamente esclarecidas como se vê no rol de informações prestadas pelos bombeiros e associação daquele Estado. Dentre elas, não dispostas no quadro, podem ser citadas: a dúvida sobre a mudança ou não do uniforme; dos cursos de formação; se seriam criados novos cargos ou não; sobre a operação golfinho, realizada nos Balneários daquele Estado, lei do passe intermunicipal, porte de armas; poder de polícia; e finalmente se a Brigada Militar e a sociedade seriam ou não prejudicados.

O lema descrito na cartilha de esclarecimentos também trazia a seguinte mensagem: **INDEPENDÊNCIA JÁ! OS BOMBEIROS QUEREM, O ESTADO PRECISA, A SOCIEDADE MERECE!**

A Liga Nacional dos Bombeiros (LIGABOM) assim noticiou a emancipação do Estado vizinho:

17 de junho de 2014, uma data histórica para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei que separa a corporação da Brigada Militar. Após longos debates junto aos órgãos competentes do Rio Grande do Sul, mostrando a viabilidade do Projeto de emancipação do

Corpo de Bombeiros da Brigada Militar para um maior e efetivo desenvolvimento de ambas corporações militares, nas quais poderão focar nas suas atividades fins e prestar um melhor serviço a sociedade gaúcha. Assim sendo, o Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul junta-se a grande maioria dos Estados Brasileiros que possuem os seus Corpos de Bombeiros autônomos. Apenas nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia ainda têm os Corpos de Bombeiros vinculados a Polícia Militar. (Disponível em: <http://www.ligabom.org.br/index.php/noticias/94-corpo-de-bombeiros-militar-do-rio-grande-do-sul-consegue-sua-emancipacao>, acesso em 16 de agosto de 2015).

O informativo da LIGABOM destaca também o agradecimento de seu presidente, Cel BM Lioberto Ubirajara Caetano de Souza, ao Cel Evilton por ter liderado o movimento de emancipação naquele Estado. O presidente da LIGABOM esteve presente na Assembleia Legislativa do RS e assistiu a aprovação da Proposta de Emenda a Constituição da desvinculação do Corpo de Bombeiros.

Encerra-se aqui este breve relato sobre a emancipação no Rio Grande do Sul, propositalmente trazida ao estudo pela forte resistência que se tinha no Estado vizinho quanto a questão da emancipação. Embora não seja objeto de nosso estudo é sabido em nossa corporação que muitos oficiais de Santa Catarina almejavam e contribuíram para emancipação dos bombeiros gauchos. Em seguida, a experiência de emancipação do Estado da Bahia, por ter sido o 24º estado brasileiro a se emancipar e por não possuir Bombeiro em 95% daquele Estado na época de sua emancipação.

### **2.3.4 Emancipação do Bombeiro no Estado da Bahia**

O Corpo de Bombeiros da Bahia conquistou sua emancipação no dia 01 de julho de 2014 através da Emenda Constitucional nº 138, restando agora, apenas dois Estados brasileiros em que as organizações de bombeiro ainda pertencem ao quadro da Polícia Militar, são eles: São Paulo e Paraná.

Segundo o que se tem informação os problemas encontrados pelo Corpo de Bombeiros da Bahia antes da emancipação dos quadros da Polícia Militar daquele Estado em muito se assemelham com todos os outros Estados onde ocorrerá a emancipação dos bombeiros anteriormente, como se retira de declaração do capitão Alves daquele Estado:

De acordo com o vice-presidente da Associação Dois de Julho (A2J), entidade de classe, capitão Luciano Alves, que atua no Corpo de Bombeiros, a proposta de emancipação ocorre de forma tardia, mas não deixa de representar uma conquista histórica. Conforme o capitão, a subordinação dos bombeiros à PM traz prejuízos

relacionados ao desenvolvimento de políticas estruturais e medidas estratégicas. "Nos últimos dois anos, fomos beneficiados com menos de 1% dos investimentos que foram feitos na Polícia Militar. Na questão estratégica [dos bombeiros], a PM que definia tudo, não o nosso próprio comando. Trabalhamos nas condições mínimas, com quadro de 2.300 profissionais para todo o estado, quando o ideal seria no mínimo de nove mil", detalhou.[...] (disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/deputados-aprovam-emancipacao-do-corpo-de-bombeiros-da-policia-militar.html>), acesso em.

Informações contidas no link onde estão as declarações do capitão Alves davam conta, que em 2014, 95% dos municípios baianos não contavam com o serviço de bombeiros. De acordo com o mesmo oficial, o Governador daquele Estado, Jaques Wagner, foi convencido da ineficiência do modelo de Corpo de Bombeiros dentro dos quadros da Polícia Militar, neste sentido assim se manifestou o oficial:

[...] Ainda segundo o capitão Alves, o Corpo de Bombeiros da Bahia não consegue atender a todo o estado e ainda serve à capital com deficiências. "O governador foi convencido da ineficiência [do atual modelo]. Já fomos apontados em alguns índices como a pior corporação do Brasil. Se for analisar bem, somos os piores e os melhores, já que conseguimos fazer muito com pouco.[...] (disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/deputados-aprovam-emancipacao-do-corpo-de-bombeiros-da-policia-militar.html>), acesso em 18 de Ago. De 2015.

A emancipação do Corpo de Bombeiros da Bahia, que ficou vinculado a Secretaria de Segurança Pública é considerada um dos destaques do plano de modernização do governo, concedendo autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros. O texto abaixo retrata esta situação:

[...] o Corpo de Bombeiros se tornará órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP), passando a se chamar Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBM-BA). Com isso, o órgão passa a ter autonomia administrativa e financeira. A emancipação do Corpo de Bombeiros foi um dos destaques do "Plano de Modernização da PM" apresentado pelo governador Jaques Wagner no início do mês de abril. O plano foi lançado quase 10 meses após a instalação do grupo de trabalho formado para estudar a reestruturação da corporação, que montou reformas estruturais, disciplinares, éticas e promocionais. O detalhamento da estrutura institucional e de cargos em comissão do Corpo de Bombeiros está no projeto de lei 20.890/2014 [...] (disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/07/deputados-aprovam-emancipacao-do-corpo-de-bombeiros-da-policia-militar.html>), acesso em 12 de julho de 2015.

Neste momento se encerra a contextualização dos Bombeiros emancipados pelo Brasil, com exemplos mais detalhados de alguns Estados. Em tópico oportuno, tornar-se-á a falar das emancipações aqui descritas e sua ligação com a emancipação do Corpo de Bombeiros de

Santa Catarina. Em seguida, a contextualização da organização pesquisada, objeto deste estudo, o CBMSC.

## 2.4 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

### 2.4.1 Origens do CBMSC <sup>1</sup>

“A história do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina tem sua origem na antiga Força Pública, no final da década de 1910, em Florianópolis. À época, a Capital firmava-se como referência política e econômica no cenário estadual e registrava um processo de significativo desenvolvimento urbano.

[...] A edição do periódico “A Patrulha” de número 10, publicada em 1950, resgata o panorama daquela época:

no decurso dos anos de 1915 e 1919 haviam sido destruídos pelo fogo os prédios e existências de grandes firmas comerciais da metrópole catarinense. Nos dias que se seguiam à ocorrência era “prato do dia” falar-se sobre a criação de um Corpo de Bombeiros e os jornais da época descreviam as catástrofes em editoriais cheios de sugestões e apelo neste sentido.(A PATRULHA, 1950)

O clímax da mobilização popular em prol da criação do grupo de bombeiros, ainda conforme o registro da publicação da década de 1950, ocorreu após o registro de um incêndio em um sobrado na esquina das ruas Trajano e Conselheiro Mafra em 1919. As chamas se propagaram para prédios vizinhos causando grandes prejuízos. O episódio aconteceu justamente nos dias em que a população católica rendia seus cultos da Semana Santa, o que potencializou a insatisfação popular.

Em resposta a esta contenda o então governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, assinou em 16 de setembro de 1919 a Lei Estadual número 1.288, que criou a Seção de Bombeiros da Força Pública. Tinha-se naquele momento o primeiro desafio institucional: operacionalizar o serviço de combate a incêndios, ainda restrito à vila de Florianópolis, com integrantes da tropa que até então era empenhada e capacitada para atuar somente nas atividades de segurança pública (manter a ordem pública e atender às requisições de autoridades judiciárias e policiais).

---

<sup>1</sup> (Disponível em: <https://portal.cbm.sc.gov.br/index.php/historia>, acesso em 24 de agosto de 2015).

A solução encontrada à época foi trazer para Santa Catarina a expertise de militares de outras instituições que poderiam compartilhar as técnicas aplicadas naquele tempo para a extinção de incêndios. Aportaram em Florianópolis para atender a esta demanda o 2º Tenente Domingos Maisonette acompanhado do auxiliar 2º Sargento Antônio Rodrigues de Farias, provenientes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - na época situado na cidade do Rio de Janeiro.

A vinda destes proporcionou a capacitação do efetivo de bombeiros da Força Pública e a compra dos primeiros conjuntos de equipamentos necessários para a ativação do serviço, o que culminou na inauguração em 26 de setembro de 1926 da Seção de Bombeiros da Força Pública.

A nova Seção ocupou provisoriamente um espaço nos fundos do prédio onde funcionava a Inspetoria de Saneamento da Capital, na Rua Tenente Silveira, área central da cidade. Disponha de duas bombas à vapor (com capacidade de 350 e 250 galões por minuto, respectivamente) duas bombas manuais (uma cisterna), seis secções de escadas de assalto, uma de gancho para assalto em sacadas, dois aparelhos de hidrantes de incêndio e ferramentas de sapa.

A tropa de Bombeiros era formada por 27 homens, comandados pelo 2º Tenente BM Waldomiro Ferraz de Jesus. [...]”.

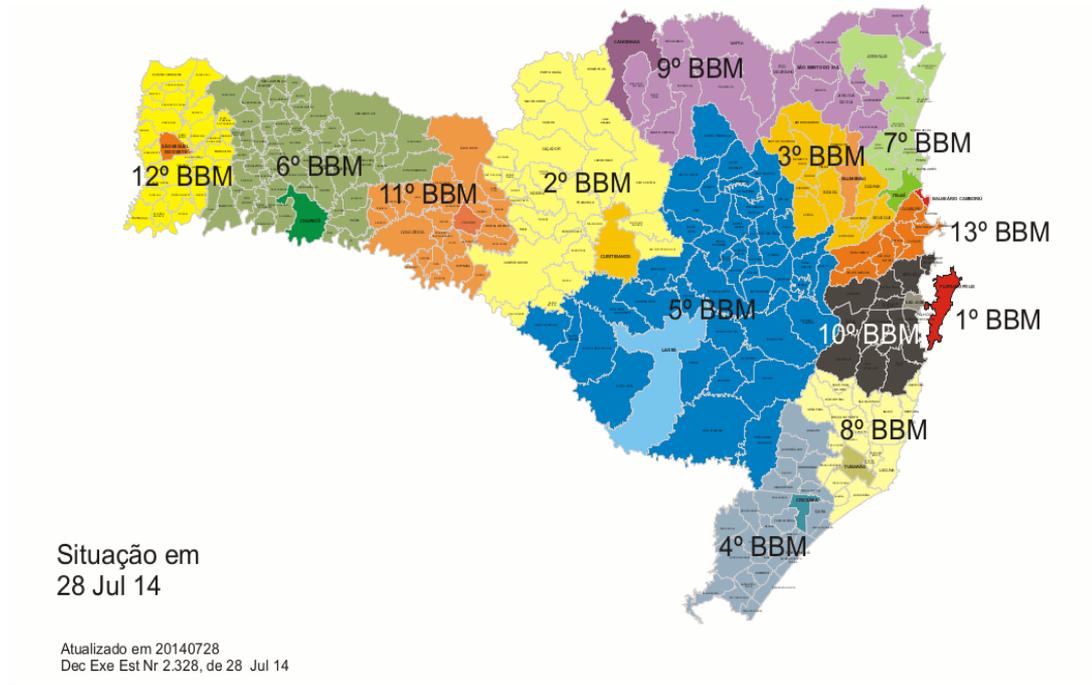
Findo a contextualização histórica do CBMSC, que busca tão somente dar uma orientação ao usuário do estudo de como surgiu o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Fontes diversas trazem inclusive, versões passíveis de teses e seminários de discussão, o que não é a intenção aqui. Passa-se agora a caracterizar a Instituição em seus dias atuais, com toda sua estrutura física e de pessoal distribuída no Estado de Santa Catarina.

#### **2.4.2 Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina nos dias atuais**

O CBMSC possui atualmente 14 (quatorze) Batalhões de Bombeiros, sendo que treze deles estão sediados em diferentes municípios catarinenses do Estado. Cada batalhão engloba uma área de abrangência além do município sede, incluindo municípios vizinhos. O 14º

Batalhão, na verdade é o Batalhão de Operações Aéreas que atende a todo Estado Catarinense, servindo de apoio aéreo nas ações dos demais batalhões. A disposição no território se vê na figura abaixo:

Figura 1 - Distribuição dos Batalhões do CBMSC 2015



Fonte: Disponível em [www.cbm.sc.gov.br/website/unidade-obm-sc.gif](http://www.cbm.sc.gov.br/website/unidade-obm-sc.gif), acesso em 18 de Ago. 2015.

Dos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios catarinenses, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina tem sede de organizações de bombeiro em 129 (cento e vinte e nove), o que perfaz um total de 43,72% diretamente atendidas.

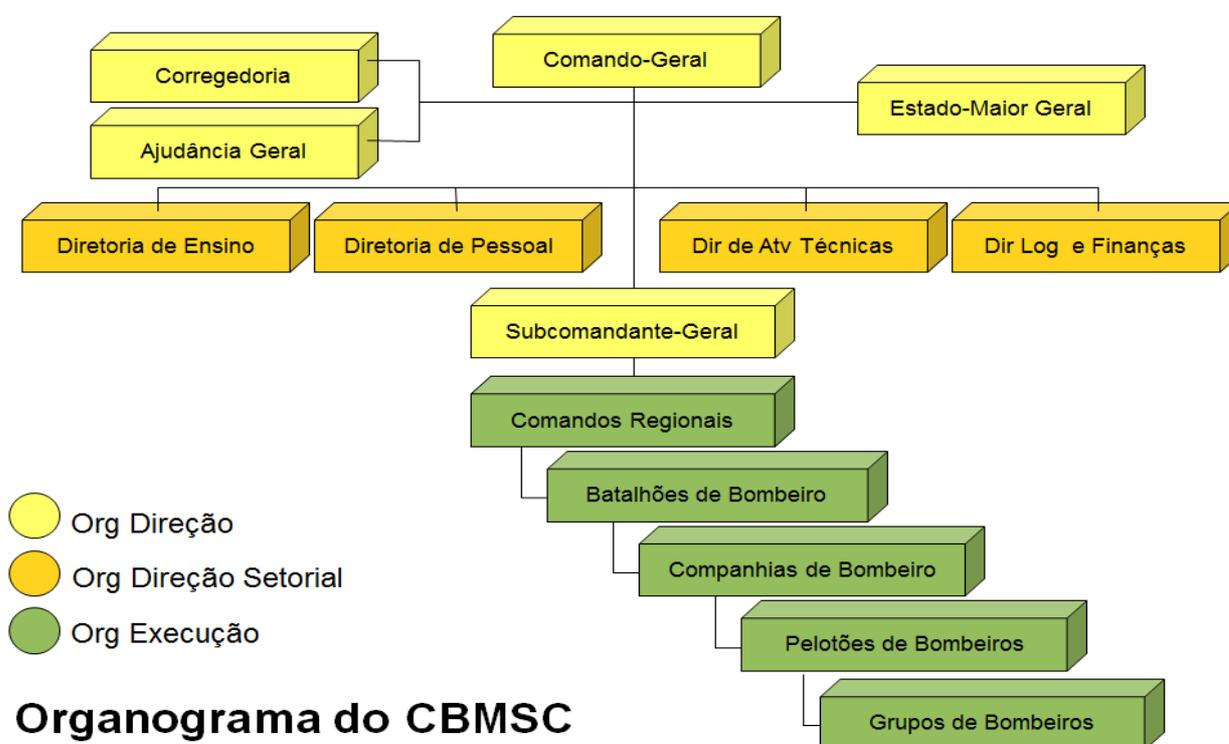
A Portaria nº 299-CBMSC, de 13 de agosto de 2014, tratou de atribuir competência aos 13 (treze) Batalhões operacionais, para que os mesmos atendam a todos os municípios catarinenses. Nos municípios da circunscrição em que não há sede de organização de bombeiro, o atendimento é eventual, como no caso de incêndios, acidentes de trânsito em rodovia, através dos serviços de vistorias, palestras, entre outros.

Possui um efetivo atual de 2.704 bombeiros, entre homens e mulheres. Atualmente seu Comandante Geral é o Cel BM Onir Mocelin. Na época em que ocorreu a emancipação, em 2003, o efetivo existente era de 1951 (um mil novecentos e cinquenta e um) bombeiros e as

sedes das organizações de bombeiro estavam em 51 (cinquenta e um) municípios, sendo o primeiro Comandante do Bombeiro emancipado, O Cel BM Adilson Alcides de Oliveira.

Tal como disciplina o Art 5º do Decreto Federal 667 de 02 de julho de 1969, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, a exemplo das Polícias Militares do Brasil e dos demais Corpos de Bombeiros do Brasil está dividido em órgão de direção, apoio e execução, como demonstrados no organograma abaixo:

Figura 2 – Organograma do CBMSC



Fonte: Seção de Pessoal do CBMSC – BM-1.

Após as informações relativas ao efetivo, distribuição no território catarinense das organizações de bombeiro e organograma institucional, passa-se a discorrer sobre os aspectos legais que identificam o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, assunto do próximo tópico.

### 2.4.3 Aspectos legais que identificam o CBMSC

Os dispositivos que caracterizam a organização estudada estão em legislações federais e estaduais. É o caso do Decreto Federal 667 de 02 de julho de 1969, o qual reorganizou as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, considerando-as forças auxiliares, reserva do Exército e criando a Inspeção Geral de Polícias. A inspeção anualmente realiza visitas aos batalhões de Bombeiro e Polícia Militar.

As inspeções variam de um a dois períodos, onde os comandantes de Batalhão inicialmente colocam em formação seus oficiais e cada um procede sua apresentação individual, declinando posto, nome e função desempenhada. Os comandantes, através de sua seção de planejamento e instrução, que é o B-3, apresentam audio visuais e um minucioso relatório ao oficial do Exército designado para inspeção. O relatório inclui entre outras, as ações desenvolvidas no ano, ocorrências atendidas e dados da estrutura organizacional.

Seguindo o estudo, complementando o arcabouço de ordenamento jurídico no qual está inserida a atividade de Bombeiro no Brasil, tem-se o Decreto Federal nº 88.777 (R200), de 30 Setembro de 1983. Este, em seu capítulo IX, das prescrições diversas, aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

No Decreto Federal acima, também se encontram insculpidas exigências e características, que além das questões técnicas e comuns aos demais servidores da administração pública, fazem da atividade de bombeiros e dos policiais militares um sacerdócio de obediência estrita as normas de Direito Público e aos preceitos e regulamentos militares, os diferenciando sobremaneira dos demais servidores civis. Neste sentido assim estabelece o Decreto Federal nº 88.777/83, abaixo:

Art. 44. Os Corpos de Bombeiros, à semelhança das Polícias Militares, para que possam ter a condição de "militar" e assim serem considerados forças auxiliares, reserva do Exército, têm que satisfazer às seguintes condições:

1) serem controlados e coordenados pelo Ministério do Exército na forma do Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, e deste Regulamento;

2) serem componentes das Forças Policiais-Militares, **ou independentes destas**, (grifei), desde que lhes sejam proporcionadas pelas Unidades da Federação condições de vida autônoma reconhecidas pelo Estado-Maior do Exército;

- 3) serem estruturados à base da hierarquia e da disciplina militar;
- 4) possuírem uniformes e subordinarem-se aos preceitos gerais do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais e do Regulamento Disciplinar, ambos do Exército, e da legislação específica sobre precedência entre militares das Forças Armadas e os integrantes das Forças Auxiliares;
- 5) ficarem sujeitos ao Código Penal Militar;
- 6) exercerem suas atividades profissionais em regime de trabalho de tempo integral.

§ 1º Caberá ao Ministério do Exército, obedecidas as normas deste Regulamento, propor ao Presidente da República a concessão da condição de "militar" aos Corpos de Bombeiros.

§ 2º Dentro do Território da respectiva Unidade da Federação, caberá aos Corpos de Bombeiros Militares a orientação técnica e o interesse pela eficiência operacional de seus congêneres municipais ou particulares. Estes são organizações civis, não podendo os seus integrantes usar designações hierárquicas, uniformes, emblemas, insígnias ou distintivos que ofereçam semelhança com os usados pelos Bombeiros Militares e que possam com eles ser confundidos.

Embora não seja objeto do estudo, para que não passe despercebido do leitor, neste Decreto acima, no § 2º do Art. 44 também estão descritas regras, que em suma não permitem que organizações civis desenvolvam atividades de bombeiro, sem a devida orientação técnica por parte do Corpo de Bombeiros. Além da proibição a estas organizações de usarem uniformes, insígnias ou emblemas que os confundam com os bombeiros dos Estados.

Seguindo a caracterização da Instituição sob o prisma da legalidade, assim estabelece a Constituição da República do Brasil de 1988:

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e **corpos de bombeiros militares**. (grifei)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; **aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.** ". (grifei)

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

O § 5º do artigo acima descrito foi sem dúvida o respaldo legal utilizado pelos emancipacionistas para enfatizar a diferença constitucional das missões de policiais e bombeiros militares. O entendimento que foi pacificado pelos doutrinadores do Direito Administrativo é de que a Polícia Militar desenvolve ações de policiamento, no campo da manutenção da Ordem Pública, enquanto os bombeiros desenvolvem ações voltadas a incolumidade pública e a proteção de pessoas e bens, além da execução de atividades de defesa civil.

Seguindo a caracterização das missões constitucionais do CBMSC e sua inserção no contexto, a Constituição Estadual de Santa Catarina de 1989, com a redação da Emenda Constitucional nº 33 de 13 de junho de 2003, que concedeu autonomia ao Corpo de Bombeiros Militar em relação à Polícia Militar de Santa Catarina, incluiu em seu artigo 108 o Capítulo III-A no Título V com a seguinte redação:

### **Capítulo III-A**

#### **Do Corpo de Bombeiros Militar**

Art. 108. O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I – realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II – estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III – analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

- IV – realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;
- V – colaborar com os órgãos da defesa civil;
- VI – exercer a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;
- VII – estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e
- VIII – prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

§ 1º O Corpo de Bombeiros Militar:

I – é comandado por oficial da ativa do último posto da corporação; e

II – disporá de quadro de pessoal civil para a execução de atividades administrativas, auxiliares de apoio e de manutenção.

§ 2º Os cargos não previstos nos quadros de organização da corporação, poderão ser exercidos pelo pessoal do Corpo de Bombeiros Militar, por nomeação do Governador do Estado.”

Antes da emenda e seus dispositivos constitucionais acima descritos e para facilitar a pesquisa de quem por ventura vier a utilizar do estudo, o Corpo de Bombeiros do Estado pertencia aos quadros da Polícia Militar. Assim estabelecia a Constituição do Estado de Santa Catarina:

Art 107 – A Polícia Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em lei:

.....

II – através do corpo de bombeiros:

a) realizar os serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens;

[...].

O ordenamento legal que respalda a atividade dos bombeiros militares, desenvolvida em todos os estados brasileiros, está discorrido acima. No caso de Santa Catarina ainda pode ser incluso neste ordenamento, as disposições da Lei Complementar número 381/2007. Esta lei estadual trouxe mais regras legais que devem ser observadas pelos gestores e administrados. Seguem a doutrina moderna de administração, sendo elas o modelo de gestão e a cultura organizacional, tópico a ser tratado a seguir.

#### **2.4.4 Modelo de gestão e cultura organizacional no Corpo de Bombeiros Militar e no serviço público de Santa Catarina.**

A Lei Complementar número 381/2007, que promoveu a reforma administrativa do Estado, aumentando o número de Secretarias de Desenvolvimento Regional para 36 (trinta e seis), também definiu o modelo de gestão e cultura organizacional das organizações públicas catarinenses, além de outras providências.

A legislação catarinense sobre modelo de gestão, preconiza o que há de mais moderno na administração pública e bancos acadêmicos. Em sintonia com a própria Constituição Federal, na busca da realização dos direitos sociais, estabelecidos em seu art 6º, entre eles a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Assim estabelece a legislação estadual de Santa Catarina sobre o modelo de gestão:

Art. 3º O modelo de gestão da Administração Pública Estadual far-se-á através de políticas públicas que deverão ser desenvolvidas de forma sistêmica e em consonância com programas institucionais de órgãos e entidades públicas, associando obras, programas, serviços e benefícios socialmente úteis a objetivos e resultados consagradores de direitos sociais plenos. (SANTA CATARINA, 2007).

O CBMSC, como órgão da Administração Pública Direta, também deve cumprir o estabelecido na citada Lei, cumprindo o determinado em relação ao modelo de gestão. A referida lei prevê em seu parágrafo 1º do art. 3º a necessidade de que os órgão públicos criem indicadores de avaliação de resultados, com envolvimento de servidores e dirigentes. Neste sentido, assim preconiza o citado dispositivo:

§ 1º A definição de objetivos, a criação de indicadores e a avaliação de resultados, permitirão valorizar a contribuição útil de cada órgão e o interesse público do seu desempenho, envolvendo os dirigentes e servidores num projeto comum e responsabilizando-os pela otimização dos recursos, devendo, nesse âmbito, assumir

particular relevância o compartilhamento das responsabilidades, a formação de equipes multidisciplinares e a organização por programas e ações. (SANTA CATARINA, 2007).

A lei complementar catarinense 381/2007, que tinha o objetivo de promover mudanças e reformas, iniciadas com a descentralização preconizada pelo então Governador Luiz Henrique da Silveira no ano de 2003, também tratou de definir conceitos. Além do modelo de gestão descrito anteriormente, definiu como deve ser a cultura organizacional dos órgãos da Administração Pública.

Estabeleceu entre outras, que o serviço público existe para ser útil e facilitador da sociedade, para o pleno exercício das liberdades individuais e desenvolvimento regional, envolvendo vários conceitos no que intitulou cultura organizacional, como se vê no Art 4º do diploma citado, e em seu parágrafo único:

Art. 4º A cultura organizacional da Administração Pública Estadual deverá estar fundamentada em uma nova atitude do Estado perante o cidadão e no princípio de que o serviço público existe para servir, ser útil e ser um facilitador da sociedade, proporcionando as condições para o pleno exercício das liberdades individuais e o desenvolvimento dos talentos, criatividade, vocações e potencialidades das pessoas e regiões.

Parágrafo único. A definição da cultura organizacional a ser desenvolvida implica uma nova cultura de cidadania e de serviço às pessoas, impondo a adoção de medidas que consolidem este princípio, coloquem o poder de decisão mais próximo do cidadão, simplifiquem procedimentos e formalidades, obriguem à prestação pública de contas por parte da Administração e assegurem o princípio da responsabilidade do Estado e da sua administração perante os cidadãos. (SANTA CATARINA, 2007)

Fica clara a intenção do legislador quanto a finalidade de servir ao cidadão de forma ágil e eficaz, com o dever de transparência, definindo sua forma de atuar, seus propósitos de servir e prestar contas a sociedade das ações do poder público. São conceitos de uma Administração Pública voltada para o benefício do cidadão. Um governo que sob o ângulo da doutrina é feito para o povo, como revela o dispositivo supra.

Em relação a transparência já existe no CBMSC um grupo de Oficiais responsáveis pelas ouvidorias dos batalhões nos municípios do Estado, ligados a corregedoria da Corporação, com sede em Florianópolis. Após uma capacitação ainda em 2014, estes oficiais passaram a integrar o sistema de Ouvidoria do Estado, com senha de acesso, onde recebem as reclamações da população, tendo prazo curto para respondê-las à Ouvidoria Estadual, a qual fica encarregada de informar aos cidadãos sobre a solução das demandas.

O tópico a seguir traz informações de qual era o contexto externo, tanto de País quanto de Estado, especialmente do período que antecedeu e culminou com a emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

## 2.5 CONTEXTO EXTERNO ANTES DA EMANCIPAÇÃO

O contexto externo ou o ambiente geral, abrange fatores, tendências e condições gerais que afetam todas as organizações em um determinado espaço geográfico, contemplando as condições políticas, econômicas, demográficas, culturais e ecológicas, além da estrutura legal (BOWDITCH, BUONO, 1997).

Seguindo o ensinamento dos autores acima, a ideia é que estas informações repassadas em seguida possam servir ao final do trabalho para a correta análise dos dados. Segundo a metodologia proposta por Pettigrew (1987) devem ser considerados todos estes fatores de contexto interno e externo nas avaliações que impactam o processo decisório das organizações, além do conteúdo e o processo.

### 2.5.1 Abertura da economia, estabilidade, controle da inflação e privatizações

Os anos 90 inauguraram para o Brasil uma década de profundas transformações estruturais que ampliaram as oportunidades para um novo modelo de inserção internacional do país (MALAN, 1998). A abertura econômica e a privatização, mescladas à estabilidade, resultaram em forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, fazendo a reestruturação industrial avançar.

Em menos de 10 anos, a corrente comercial do país mais do que duplicou, o país exibiu em 1998 um crescimento acumulado de produtividade de mais de 60% ao longo da década, uma média de 7% ao ano; o Estado empresário praticamente deixou de existir e o Estado regulador começou a tomar forma; a inflação reduziu-se para patamares próximos aos vigentes nos países desenvolvidos e a economia cresceu.

A taxa média de crescimento aumentou e o PIB percapita recuperou as perdas acumuladas na década anterior; os investimentos atingiram ao final de 1997 seu mais alto

nível em 11 anos. Os investimentos diretos estrangeiros, que foram negativos nos anos 80, ultrapassaram os 16 bilhões em 1997, colocando o Brasil na categoria de segundo maior receptor de investimento direto estrangeiro entre os países em desenvolvimento.

O balanço do Plano Real, nos anos de 1994-2000, pode ser contabilizado como favorável. A inflação declinou de uma média de 1.440% ao ano, no período de 1988-1993, para apenas 13,3% ao ano, entre o segundo semestre de 1994 e 1999, sem que a economia entrasse em forte recessão.

Brum (2000) avalia que alguns setores da economia ganharam e outros perderam com o Plano Real. Entre os segmentos penalizados estão os: exportadores em geral; funcionários públicos; setor público (estados, municípios e a própria União) que não pode contar com ganhos provenientes de aplicações financeiras; sistema financeiro, tanto público quanto privado, pois estava distorcido na fase da ciranda financeira inflacionária; e vários setores da classe média, como pequenos e microempresários pouco estruturados.

Em junho de 1994, a inflação brasileira aferida pelo IGP-DI acumulada em 12 meses era de 5.154%. Após a implantação do Plano Real, pela primeira vez na história, a inflação calculada pela Fundação Getúlio Vargas registrou queda por cinco anos consecutivos, apontando o índice de 1,7% em 1998.

Com o Plano Real, a indexação retroativa foi eliminada sem a necessidade de um congelamento de preços e salários para refrear a inflação, como ocorreu nos planos de estabilização anteriores. Além disso, a conjugação da apreciação cambial com a abertura comercial, permitiu que os preços das negociações fossem rigidamente contidos desde o início do Plano Real, dando efetividade à âncora cambial no controle da inflação.

O sucesso do Plano Real, com a eliminação do maior problema da economia brasileira até 1994 - a superinflação, constituiu-se num dos principais trunfos de Fernando Henrique Cardoso, ex ministro de Collor, em sua campanha política para a Presidência da República. Como resultado, foi eleito, ainda no primeiro turno das eleições de 3 de outubro de 1994, com 54,3% dos votos válidos, assumindo o cargo de Presidente em 1º de janeiro de 1995, para o período de 1995-1998.

A economia brasileira no final do primeiro mandato de Fernando Henrique apresentava alguns sinais de enfraquecimento em virtude das crises mexicana, asiática e russa.

No Brasil houve aumento da taxa de juros. Ainda assim Fernando Henrique conseguiu a sua reeleição à Presidência da República,. Em 1º de janeiro de 1999, foi reconduzido ao cargo, para um mandato de mais quatro anos (1999- 2002).

Finalizando este tópico, sem a pretensão de se adentrar em discussões quantitativas dos dados acima levantados, apenas para caracterizar o bom momento econômico que viveu o País. Sendo que toda literatura encontrada destaca a recuperação da economia e a estabilidade econômica com a contenção dos juros como um grande avanço deste período da economia brasileira. O tópico a seguir entra no período em que diversos fatores políticos vão contribuir sobremaneira para emancipação do CBMSC que ocorreu em 2003.

### **2.5.2 Ano de 2003 – Oposição assume o Governo Federal – ampliação e continuidade dos programas**

Em 1º de janeiro de 2003, assume a Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva, do PT. Embora o discurso de campanha de Lula fosse de um novo modelo de Governo, o que se observou foi uma continuidade do modelo de Estado introduzido no governo anterior. Inclusive, com um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, que aumentou o superávit primário de 3,75% do PIB para 4,25%, causando cerceamentos substanciais nos gastos públicos, até mesmo na área social.

Em apenas dois meses de mandato, o governo superou a meta de superávit primário acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre janeiro e fevereiro do ano de 2003, o setor público registrou uma economia de R\$ 16,1 bilhões, o equivalente a 6,59% do Produto Interno Bruto (PIB).

O ajuste do setor externo, que teve início ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, ganhou impulso nos primeiros meses do governo Lula. A manutenção da política monetária adotada pelo Governo antecessor contribuiu para a melhora da percepção dos investidores. Graças aos avanços macroeconômicos, nos primeiros 100 dias de mandato do presidente, o risco Brasil declinou 500 pontos.

O indicador, que é um termômetro da confiança dos investidores no país, sinaliza a satisfação com o governo. Antes das eleições, o índice alcançou a marca dos 2.443 pontos,

devido ao temor de que o governo chegasse à presidência e rompesse com os compromissos econômicos firmados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

O controle da inflação e a preocupação em relação aos gastos públicos foram duas prioridades que guiaram a atuação do governo nos primeiros anos de governo. O governo usou a mesma linha seguida pela maioria dos países capitalistas e semelhante à adotada no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, de austeridade nos gastos públicos para gerar superávit e combate à inflação, com a política de taxa de juros. Uma maneira de reconquistar a confiança dos investidores internacionais e possibilitar a retomada do crescimento.

Para os servidores públicos federais e estaduais, o governo Lula, em conjunto com os governadores, implementou uma reforma da Previdência Social do servidor público que onerou em média 11% os proventos dos atuais aposentados e limitou a aposentadoria dos futuros servidores. Com essa medida foram favorecidos os fundos de previdência privada (FALEIROS, 2000).

### 2.5.3 Santa Catarina

Estado localizado na região Sul do Brasil, tendo como Capital Florianópolis. Santa Catarina ocupa um território de mais de 95 mil km<sup>2</sup>, equivalente a 1% do território nacional. Possui uma população de 6.819.190, que vem aumentando sua expectativa de vida e diminuindo a taxa de mortalidade infantil, panorama este, que segundo dados do IBGE tendem a continuar aumentando ainda mais a população do Estado.

Mais de 50% da população mora em 245 municípios afastados dos grandes centros urbanos, estes localizados em sua grande maioria ao longo do litoral. Seu território se distribui por 295 municípios, dos quais 90% não ultrapassam 600 km. A renda per capita dos moradores gira em torno de R\$1.245,00. O quadro a seguir, mostra estes dados.

#### Quadro 3 - Crescimento populacional de SC

População SC	Expectativa de vida (anos)	Taxa de Mortalidade infantil (%)	Ano
5.626.501	73,18	14,78	2002

5.713.792	73,70	14,26	2003
6.634.254	78,06	10,12	2013
6.819.190	78,74	9,49	2015
7.266.193	80,21	8,11	2020
8.041.587	82,26	6,12	2030

Fonte: Produção do autor, 2015 com dados do IBGE.

A economia brasileira e a catarinense passou da recessão dos anos 80 a estabilidade e controle dos anos 90. No período em que ocorreu a Emancipação já estava bem consolidada. O Estado acompanhou a tendência nacional, de estabilidade econômica e abertura da economia ao capital estrangeiro, seja nas exportações, seja nos investimentos internos favorecidos pela diminuição do risco Brasil.

A economia do Estado é diversificada e com segmentos variados de produção, destacando-se: cerâmica, no Sul do Estado; Têxtil, no Vale do Itajaí; Metal Mecânico, no Litoral Norte; Madeireiro no Planalto Norte e Serrano, sendo que neste ainda se o turismo rural; Agronegócios no Oeste.

A capital Florianópolis está a 760 km da cidade mais distante e em média a 380 km do centro geográfico do Estado. O Estado é cortado por diversas Rodovias Federais, dentre elas as BR 101, 116, 153, 280, 282, 470, sendo que mais de 95 % de seus Municípios estão ligados por vias asfaltadas e segundo informações ainda neste Governo, todos os Municípios Catarinenses terão ligações via asfalto.

Em seguida, para que se tenha uma noção do contexto político que permeou a emancipação do CBMSC e ao qual a organização encontra-se nos dias atuais, destaca-se alguns Governos, seus slogans e plataformas de governo, conforme quadro abaixo:

#### **Quadro 4 - Governadores do Estado e Plataformas de Governo no Período 1999-2018**

Período – Governador e Vice	Partido Político	Plataforma de governo
1999-2002 Esperidião Amin Helou Filho e Paulo Bauer	PPB	Santa Catarina Estado Vencedor
2003-2006 e 2007- 2010 Luiz Henrique da Silveira e	PMDB	Plano 15 (Descentralização)

Eduardo Pinho Moreira		
2011-2014 e 2015 a 2018 Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira	PSD/PMDB	As pessoas em primeiro lugar e no segundo mandato Santa Catarina em primeiro lugar

Fonte: produção do autor, 2015 com dados da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina

### 2.5.3.1 Governo de Esperidião Amin Helou Filho e Paulo Bauer

Esperidião Amin Helou Filho atualmente Deputado Federal pelo Estado de Santa Catarina foi governador do Estado, tendo como vice Victor Fontana de 1983 a 1987. Após encerrado o Governo de Paulo Afonso em 1998, Esperidião Amin retorna ao Governo em 1999, tendo como vice Paulo Bauer.

Neste retorno, em que os rumores da emancipação do CBMSC e elaboração de documentos neste sentido foram realizados dentro do CBMSC. No Governo foi elaborado o Plano de Governo intitulado Santa Catarina Estado Vencedor. Versava sobre cinco pilares: incluir, crescer, preservar, parceria e bom exemplo, que reforçavam a idéia de um “modelo catarinense de desenvolvimento”.

O plano era uma proposta de “mudança programada da sociedade catarinense”, que seria alcançada por intermédio dos onze programas que o compõem: direitos humanos e cidadania; educação, saúde, oportunidade de trabalho e renda; agricultura, aquíicultura e desenvolvimento rural; turismo, cultura e meio ambiente; desenvolvimento social e comunitário; segurança, habitação; infra-estrutura; administração.

No que tange à administração pública, o compromisso a que se propunha o governo é “modernizar a administração do Estado conferindo-lhe eficácia e transparência”. Em que pese as boas diretrizes do plano, em relação inclusive a Segurança Pública, o militarismo continuava suas marcas fortes de controle e comando, não favorecendo ideias de mudança, especialmente aquelas de emancipação do CBMSC, que eram tratadas de forma muito cautelosa nos quartéis, em que pese a abertura que se anunciava.

Das prioridades do Governo de Esperidião Amin, dentre as quais com toda certeza não estavam a emancipação do CBMSC, destacam-se as descritas no quadro a seguir:

**Quadro 5 - Plano de Governo – Esperidião Amin e Paulo Bauer –1999/2002**

Reestruturar a administração pública	Definir um modelo de organização matricial voltado à integração e complementariedade das ações públicas. O modelo compreenderá: a redefinição dos órgãos que compõem a estrutura administrativa e operacional do Estado; a definição de padrões de eficiência e eficácia dos serviços públicos; e a otimização de recursos humanos e materiais.
Implantar o modelo de gestão do Estado por resultados	Desenvolver modelos que conduzam a: transparência no cálculo de custos e resultados dos serviços prestados pelo governo; geração de indicadores que permitam comparações entre resultados, produtos e serviços; garantia de utilização econômica dos recursos públicos; visão do orçamento como instrumento que assegura a maior eficiência, a eficácia plena e a efetividade absoluta na aplicação do dinheiro público.
Profissionalizar e valorizar o servidor público	Por meio de planos funcionais que contemplem: crescimento gradual na carreira profissional por meio de cursos de treinamento; remuneração compatível com a qualificação profissional e o desempenho, dedicação exclusiva ao serviço público; a alocação de recursos ao pleno exercício da atividade pública.
Fortalecer as administrações municipais	Criar o Conselho dos Municípios buscando integrar a realidade dos municípios com as ações de caráter estadual. Incentivar a organização dos municípios para contribuírem na elaboração do orçamento geral do Estado, estabelecendo prioridades regionais e viabilidade de execução

Fonte: Produzido pelo autor, 2015. Adaptado de Plano de Governo Amin e Bauer (1999).

Em seguida passa-se a falar sobre o governo de oposição a Esperidião Amin, que venceu as eleições em 2002. A eleição foi vencida no 2º turno com um 1% de votos de vantagem para Luiz Henrique. Foi o candidato apoiado pelo Corpo de Bombeiros na época, que já buscava apoio em seu projeto de emancipação.

**2.5.3.2 Governo de Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira**

Luiz Henrique da Silveira, que faleceu em 10 de maio de 2015, aos 75 anos de idade por uma parada cardio respiratória, foi advogado, Deputado Estadual, Prefeito de Joinville, Governador e na data de sua morte era Senador pelo Estado de Santa Catarina.

No Governo de Luiz Henrique inicialmente foram criadas 30 (trinta) Secretarias de Desenvolvimento Regional (as SDR's) e os seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR's), distribuídos geograficamente por toda a extensão do território catarinense. Na época o atual Governador Raimundo Colombo e tantos outros convencionaram chamar de “cabide de emprego”, pois a maioria de seus servidores não são concursados. O fato é que hoje, para o atual Governador que naquela época as criticou, elas ainda existem.

A ideia é que as secretarias atuassem como agências oficiais autônomas de desenvolvimento. Os Conselhos constituíam um fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado e a definição das prioridades das ações. O que se vê nestas reuniões são ajustes políticos para atendimento de demandas e liberação de recursos, cada Prefeito naturalmente defendendo o interesse de seu Município.

A reestruturação administrativa do Estado proposta no Plano 15, além da descentralização, baseou-se em outros três pilares: a municipalização, a prioridade social e a modernização. O quadro a seguir destaca alguns pontos do plano 15 e o discurso do então candidato a Governador Luiz Henrique da Silveira no ano de 2002.

#### **Quadro 6 – Governo Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira (2003-2006)**

Pilares do Governo	Plano 15. Municipalização, prioridade social, modernização, descentralização e outras.
<p><b>Argumentos do Governador</b></p> <p>1 - O Governo do Estado precisa de uma forte reestruturação. Temos tempos novos e um Governo velho. Tempos digitais e um governo manual. Concentrado, e, por isso, ineficaz. Centralizador, e, por isso, personalista. Distante e, por isso, ausente do conjunto das regiões mais afastadas. Autoritário, e, por isso reprodutor das velhas práticas politiqueras de submissão, via concessão de favores;</p> <p>2 - A reestruturação busca a democratização das ações e a transparência. Visa ao amplo engajamento e participação das comunidades de cada micro-região, com a regionalização do Orçamento, do Planejamento, da fiscalização e das ações; e</p> <p>3 - Um objetivo econômico-social: o de combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando, deformando as cidades. Reequilibrar, harmonicamente, a população catarinense em todo o território, com qualidade de vida é o objetivo deste programa.</p>	

Fonte: Produzido pelo autor, 2015. Adaptado do Plano de Governo de Luis H. Silveira e Pinho Moreira (2002).

A emancipação do Bombeiro, tornando duas importantes estruturas do Estado mais leves e independentes, por certo vinham ao encontro da política de descentralização do Governador Luiz Henrique da Silveira. O contexto externo era plenamente favorável a emancipação e os rigores das perseguições de caserna já não eram tão contundentes, pois contrariavam a ideologia do Governador.

Em 2003, quando Luiz Henrique assumiu o Governo de Santa Catarina, suas ações foram no sentido de descentralizar a administração e desconcentrar os circuitos de decisão. Para respaldar as ações do Governo, houve a edição da Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, que tratou do modelo de gestão para a Administração Pública e dispôs sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Do ponto de vista legal, o Governador colocou no papel o que tinha como plano de governo.

Encerra-se aqui as noções gerais de contexto que visam tão somente dar uma noção de qual era o cenário político e econômico do País e do Estado de Santa Catarina. Não se tem a pretensão de esgotar o tema, o qual possui vasta literatura, mas todas convergem no sentido de convalidar as informações levantadas neste estudo.

### **3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA E/OU OPORTUNIDADE**

#### **3.1 METODOLOGIA**

A pesquisa que se apresenta é classificada como um estudo de caso descritivo e qualitativo. Para Bassey (1999) o estudo de caso descritivo, apresenta uma completa descrição do fenômeno, tendo em conta o contexto. Para Merriam (1998) o estudo de caso é utilizado para que se desenvolvam estudos em profundidade, resgatando os significados, opinião compartilhada por Bruyne (1977), que foi o propósito deste estudo.

Sobre o caráter qualitativo da pesquisa, Goldenberg (1999), diz que, a pesquisa qualitativa não se preocupa com uma representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa não fazem julgamentos, nem permitem que seus conceitos anteriores e crenças influenciem a pesquisa.

Inicialmente foram levantados documentos que registram a deflagração do processo de emancipação e sua efetivação, nos arquivos oficiais da Corporação e notícias da mídia eletrônica da Corporação. A ata da Assembléia Legislativa, da sessão solene de aprovação da emenda também foi consultada. A emenda Emenda Constitucional número 033 de 13 de junho de 2003 que efetivou o Corpo de Bombeiros Militar como Instituição independente, com vida própria e não mais ligada aos quadros da Polícia Militar, também foi objeto de consulta.

De maneira concomitante, foram realizadas entrevistas com os gestores da época, Comandantes do Corpo de Bombeiros. Por telefone se conversou com o Deputado Estadual Francisco de Assis, autor da Emenda 33/2003. Também por telefone se conversou com o Ex Sargento Marcos José Banhara e com o Comandante Geral da PMSC na época da emancipação Paulo Conceição Caminha.

Da história do CBMSC, o corte histórico é proposital. Ainda assim, pelo período longo e específico de pré e pós emancipação, o estudo se caracteriza como longitudinal. Para Kimberly (1976), um horizonte de tempo longitudinal, serve para que não se corra o risco de perda de informações importantes de um estudo transversal. Este período começa nas tratativas para emancipação, em 1999, sua efetivação em 2003, com análise das mudanças estruturais até o ano de 2015, especialmente relativas a distribuição no terreno e efetivo.

Nesta pesquisa o que se buscou foi a identificação e composição de um fenômeno nas palavras de Apolinário (2009), sendo a premissa inicial, a existência do processo de emancipação do CBMSC, que nada mais é do que o conteúdo, que na análise contextualista de Pettigrew (1987) adotada no estudo significa “o que” vai se estudar. Com a coleta dos dados e entrevistas descobriu-se a existência de uma estratégia emergente na deflagração do processo, na expressão cunhada por Mintzberg (1978), “emergente”, que é aquela não planejada pela coalizão dominante.

O estudo como mencionado na introdução, segue o modelo proposto por Pettigrew (1987), de análise de contexto, conteúdo e processo e a metodologia contextualista, histórico-biográfica proposta por (KIMBERLY, 1976; SALAMA, 1992; VAN DE VEN, 1990), a qual Triviños (1992), definiu como um estudo histórico organizacional, porque o interesse da pesquisa recai sobre a vida de uma Instituição.

O referencial teórico sobre processos, contextos e conteúdos ligados ao tema foi devidamente levantado. As técnicas de pesquisa foram bibliográficas (referencial teórico), documentais (aspectos históricos), entrevistas e finalmente uma avaliação e contextualização do estágio atual da Corporação frente as mudanças organizacionais enfrentadas no pós emancipação, com inferências isentas do pesquisador.

Harrigan (1983) defende o uso de metodologias híbridas, com múltiplos locais e múltiplas fontes de dados. Esses dados incluem materiais publicados, entrevistas de campo em profundidade e materiais de arquivo. A utilização de diversas fontes de dados proporciona o cruzamento desses dados e o enriquecimento das conclusões do pesquisador. A análise de estratégias passadas, da história da Instituição, a forma como responderam as mudanças estratégicas podem estabelecer certas posturas competitivas e comparar os resultados.

A ideia foi de fazer uma triangulação do material levantado, do resultado das entrevistas e do referencial teórico para analisar os dados e produzir o texto final do estudo, que é predominantemente descritivo.

Nas pesquisas qualitativas, a coleta e a análise de dados ocorrem concomitantemente, buscando novas descobertas no decorrer da investigação (TRIVIÑOS, 1987). Prossegue o autor, “ na medida em que são coletados, os dados são analisados por meio da confrontação com outras idéias, teorias e fatos observados, exercendo-se assim a crítica necessária para produzir a confiabilidade e consistência na pesquisa”. Esta foi a técnica utilizada neste estudo.

As entrevistas seguiram também a orientação de outro autor, o qual afirma que, “por meio da entrevista, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade, que está sendo focalizada” (MINAYO, 1994).

Para a realização da entrevista não foi utilizado um roteiro com situações estanques de perguntas e respostas. Em linhas gerais buscava-se saber as origens da emancipação e qual a participação do entrevistado nela, deixando-o bem a vontade para emitir sua opinião. À medida que o entrevistado fazia suas declarações outros questionamentos foram surgindo, ocorrendo a situação apontada por Richardson (1989, p. 165)

[...] o pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador.

Após cada entrevista outras questões foram surgindo. Como o estudo permeia o conteúdo e contexto do processo de emancipação do CBMSC, a medida que os entrevistados traziam fatos novos, havia a necessidade de acrescê-los nos pontos a serem discutidos com o próximo entrevistado. Os documentos obtidos na coleta, serviram para se checar a autenticidade das informações e aparar pequenos desvios aceitáveis de memória, relativos a datas e números de organizações de Bombeiro principalmente.

A coleta e análise dos dados segue o modelo Direct Research (pesquisa direta), concebido por Mintzberg (1979) e Mintzberg e McHugh (1985), fazendo uma reconstrução histórica do processo de emancipação. O termo dados designa a totalidade do material recolhido em bruto ( BOGDAN e BIKLEN, 1994).

A análise procura extrair sentido dos dados, torná-los falantes ( BARDIN, 1977). Para Yin (1994, p.131) “a análise consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, ao contrário tratar as evidências tendo em conta as proposições iniciais do estudo”.

As entrevistas pessoais foram gravadas e transcritas, passando a fazer parte do estudo em seus anexos. Seguem a orientação de Bardin (2010, p.89) que afirma que “ todas as entrevistas devem ser registradas e integralmente transcritas ( incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador)”.

Findo o tópico relativo a metodologia adotada no presente estudo, após os devidos esclarecimentos, o próximo tópico define qual a situação atual e da época da organização pesquisada. Define também o referencial teórico adotado, como se vê a seguir, com ênfase a outros autores que complementam a visão contextualista de Pettigrew (1987).

### 3.2 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E REFERENCIAL TEÓRICO

O Estado de Santa Catarina passa por um momento crítico de contenção de despesas, como todos os Estados brasileiros. No Corpo de Bombeiros foi designado um Oficial, Major Hilton Zeferino, especialmente para estudar vias legais de captação de recursos. Também foi designado pelo Comando Geral da Corporação, um Oficial, Tenente Coronel Carlos Charlie Maia, para reorientação do planejamento estratégico para os próximos dez anos. Sem conhecimento do passado Institucional, corre-se sérios riscos de insucesso.

Vasconcelos e Vasconcelos (2004, p.11), observam que, “pode-se gerar o novo a partir do passado, em uma continuidade que engloba rupturas e contradições, mas que lida com este fenômeno”. O alerta é no sentido que se conheça a história recente da Corporação, que sofreu um aumento significativo em sua estrutura e no número de Municípios que passaram a contar com atividades de Bombeiros. Além do aumento de efetivo e de toda a estrutura de instalações, viaturas e equipamentos, entre outros.

A nova Instituição emancipada, adotou uma série de medidas para sobreviver superando as expectativas de seus alzozes. Destaca-se a captação de recursos fora dos cofres do Estado e medidas alternativas para aumento de efetivo, nas parcerias com Municípios, entre outros, que serão vistos adiante. Para que se atenda a decisão do Comando Geral e prepare a Instituição para os próximos anos, aos estrategistas, interessante ver o que dizem os autores Mintzberg, Lampel, Quinn e Ghoshal (2006, p. 151):

existe o dilema da necessidade de reconciliar as forças para estabilidade e para a mudança, adaptando-se e mantendo o ritmo com um ambiente externo mutante”. Os mesmos autores complementam dizendo que, “tecnicamente estratégia é sobre mudança e não sobre continuidade”, advertindo ainda que é preciso conhecer a empresa, detectar estratégias emergentes, ter visão periférica e que embora a estratégia seja uma palavra habitualmente associada ao futuro, sua ligação com o passado não é menos importante, fazendo referência o autor a Kierkegaard, o qual observou, “a vida é vivida para frente, mas entendida pelo passado”. A ideia é de conciliação entre mudança e continuidade.

Neste sentido, o presente estudo levanta dados e os analisa, do que pode ser considerado como uma nova gênese do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. O caráter de atualidade, de registros históricos, envolvimento de lideranças, mudança e adaptação torna o estudo atual, além de revelar um conhecimento valioso que pode gerar vantagem competitiva. Procura-se o conhecimento pleno da organização e a origem de um importante movimento que culminou com a emancipação em 2003.

O estudo tem o caráter de ineditismo, pois não existem trabalhos publicados sobre o assunto. A não realização do estudo, causa o risco da perda das informações, pelo decurso de prazo que pode afetar sobremaneira a validade do conteúdo das informações. Em conversas com colegas oficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, muitos desconhecem como foi deflagrado e conduzido o processo, até porque, como será visto, muitos oficiais ingressaram no CBMSC depois da emancipação, pois pertenciam a Polícia Militar.

O estudo também contribui para o enriquecimento da cultura organizacional da Corporação. O aprendizado nele levantado, pode ser compartilhado com os militares em formação e nas capacitações. Através dele, se torna possível entender a conexão existente entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, não raramente tratadas como co-irmãs.

Nos meios acadêmicos, um estudo de caso longitudinal qualitativo, que poderá ser visto sobre vários enfoques já consagrados em estudos acadêmicos como de liderança, coalizão dominante, mudança e adaptação estratégica, entre outros.

Nas palavras de Cavedon e Lenger (2005), “somos frutos de uma construção histórica e cultural”. Neste sentido, conhecer os motivos da Emancipação e a nova Instituição CBMSC ajuda na tomada de decisão. Como exemplo, um dos argumentos para emancipação era que o Bombeiro tinha missões diversas da Polícia Militar e precisava de uma formação diferenciada. E o que dizer da exigência somente do curso de Direito para ingresso no oficialato do Bombeiro como defendem alguns, seguindo os passos da PMSC?

Segundo Barros, Lehfeld (2007, p.61) “o progresso das ciências se dá por processos de renovação e pela invenção, contudo sem deixar de considerar o conhecimento anteriormente assimilado por eles”. Os mesmos autores entendem ser essa evolução, que a partir da revisão do conhecido, conduz ao progresso científico, completando que, “para caracterizar o progresso de uma ciência, deve-se buscar historicamente as formas e os procedimentos segundo os quais ela se produziu”.

Mas o que deve ser mudado ou preservado, se até agora não se parou para fazer uma avaliação do vertiginoso crescimento da Corporação no pós Emancipação. Será que é preciso frear o ímpeto de ocupação do Estado pelo CBMSC? Não há como recuar no que já foi realizado, nem romper totalmente com o passado, mudanças são sempre necessárias, desde que realizadas com cautela e estudo prévio, pois como advertem Vasconcelos e Vasconcelos (2004):

uma mudança fáustica, brusca, imposta em nome do desenvolvimento econômico da empresa e que rompe com o passado e com a história da organização, pode provocar uma crise identitária em alguns grupos organizacionais e gerar fortes fenômenos de resistência, comprometendo o futuro do sistema. (VASCONCELOS E VASCONCELOS, 2004, p.13).

Os autores esclarecem que a expressão fáustico, implica em ruptura com o passado, refere-se ao personagem Fausto, que na obra de Goethe (1962) possui um ideal nobre e otimista, animado pelo sonho da modernização e do progresso, reunindo assim o ideal romântico de desenvolvimento com o ideal épico de uma nova ordem e de uma nova sociedade construídas a partir do nada.

Em oposição a este pensamento, os autores sugerem o modelo transformacional de gestão de pessoas. Nele se propõe a negociação no processo de mudança e admite-se o homem com racionalidade limitada de Simon (1965). Segundo os autores, rupturas e contradições são tratadas de forma contínua, construindo o futuro a partir do construto anterior. A organização constituída por atores sociais, considerando-se um sistema cultural, psicológico, político e histórico, tal qual o que adota-se neste estudo, seguindo a análise de contexto, conteúdo e processo proposta por Pettigrew (1987).

De acordo com Pettigrew (1987), uma pesquisa contextualista demanda uma descrição precisa do processo a ser estudado, sob a ótica do contexto, conteúdo e processo.

Pettigrew (1987) divide o contexto em externo e interno. O contexto externo compreende as condições econômicas, políticas e sociais do ambiente. O contexto interno compreende um conjunto de fatores que influenciam a formação das escolhas estratégicas dentro da organização: estratégias atuais, cultura organizacional, coalizões, percepções, processos políticos, relações de poder e situação financeira. O contexto está relacionado com o porquê que os eventos acontecem.

Pettigrew (1987), considera as organizações como sistemas políticos e culturais, além do contexto já descrito anteriormente, as mudanças podem ser analisadas sob o aspecto das

particularidades das transformações em exame ou a própria cultura organizacional, a mudança em si. É o que da mudança, neste estudo de caso a desvinculação do Bombeiro dos quadros da Polícia Militar, a qual refere-se ao conteúdo a ser estudado.

Finalmente, na teoria proposta por Pettigrew (1987), tem-se o processo, o qual enfatiza as ações, reações e as interações decorrentes da maneira como os interessados buscam mover a empresa de seu estado presente para o futuro. É o como das mudanças, ou seja, como foram desenvolvidas tais modificações na organização.

A teoria contextualista é vista como uma seqüência contínua de ações e eventos que estão sendo usados para explicar as origens, continuidade e o resultado de algum fenômeno, no caso em estudo o processo de emancipação do CBMSC.

Encerra-se aqui o diagnóstico inicial e a exposição do referencial teórico usado como base para a pesquisa, que daqui para frente passa a ser repetido em situações pontuais, que demonstrem o acerto ou respaldo da metodologia. A seguir passa-se a descrever o processo de emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, objeto do estudo. As subdivisões dos temas foram propositalmente colocadas para facilitar a compreensão dos usuários do estudo.

### 3.3 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Com a propriedade de quem foi comandante do Corpo de Bombeiros na época em que este ainda pertencia aos quadros da Polícia Militar, o Cel Milton Antônio Lazzaris, Anexo A, assim se manifesta sobre o processo de emancipação do Bombeiro, “ Na verdade o processo de emancipação é processo, não foi uma coisa que aconteceu, naqueles dois ou três anos onde a fase final, o desencadeamento da emancipação se deu”. Prossegue o Cel Lazzaris, retratando aspectos históricos dos bombeiros no mundo e do processo de emancipação:

Todas as corporações de bombeiro no mundo praticamente todo, nasceram dentro de corporações militares, isso nós temos exemplos aqui no Brasil, em todos Estados é assim, dentro das polícias militares, os bombeiros nasceram, cresceram e depois se emanciparam, com exceção do Rio de Janeiro. Nos Estados Unidos também, muitas corporações, nos Condados americanos também nasceram dentro das forças policiais. Na Itália os *vigiles del fogo*, que é como são conhecidos os bombeiros daquele país, nasceram dentro dos *carabineiros*, que é a força policial da Itália e mais tarde com esse processo que vai a própria natureza vai apurando houve a

separação em muitos casos natural, em outros casos mais traumática, mas é fruto do processo.(LAZZARIS, 2015).

Em função das limitações da pesquisa e visando respeitar os bombeiros que em Santa Catarina lutaram para a emancipação em tempos bem mais remotos dos que os descritos no estudo, não se pretende cerrar este tópico. A precaução é no sentido de se evitar que não sejam nominados bombeiros que de alguma forma lutaram ao longo da existência da Corporação para separação desta dos quadros da Polícia Militar.

A observação do pesquisador, em Santa Catarina e nos demais Estados estudados é que as ideias separatistas sempre existiram e foram sufocadas. Contudo a Constituição de 1988 se revela o marco emancipacionista para os Bombeiros do Brasil. Alguns entrevistados chegam a fazer associação de que o regime militar vivido no Brasil contribuiu para que manifestações emancipacionistas não fossem bem aceitas nos quartéis de Polícia e Bombeiro, o que se confirma nos documentos consultados. A seguir a origem do processo emancipacionista em Santa Catarina.

### **3.3.1 Origem do processo de emancipação do Bombeiro em Santa Catarina**

Em Santa Catarina, a primeira tentativa de emancipação de forma coordenada ocorreu em 1989, o então Ten Cel Francisco de Assis Vitovski elaborou uma proposta de Emenda Constitucional, apoiado pelo atual conselheiro do Tribunal de Contas, na época Deputado Estadual Vilson Vandal, mais não obteve êxito.

O Deputado Estadual Sidney Pacheco não apoiou o projeto e ainda influenciou os demais deputados, dentre eles um Ex Sargento de Canoinhas, Deputado Neogildo de Borba Fernandes, sendo que o projeto não prosperou. Segundo informações do Ten Cel Vitovski, com quem o pesquisador conversou por telefone, a iniciativa lhe custou a saída dos quadros do Bombeiro. Mais tarde foi comandar o Batalhão de Polícia em São Miguel do Oeste, onde pediu a reserva antes da promoção ao último posto.

Segundo o Ten Cel Vitovski, antes dele um outro oficial que teria feito curso no Bombeiro do Rio de Janeiro, de nome Nilo Marques de Medeiros Filho também defendia a ideia de emancipação do Bombeiro. O entrevistado não soube precisar a data, mas imagina ter sido no ano de 1968. Confirmou o Ten Cel Vitovski, que os oficiais da Polícia Militar que

tinham a visão de que bombeiros e policiais não podiam estar juntos e desempenhar atividades de qualidade, acabavam sendo perseguidos dentro da Corporação.

Sobre a primeira proposta estruturada de emancipação e sobre o Ten Cel Vitovski , que foi Cmt do 1º Grupamento de Incêndio (GI), com sede em Florianópolis, o Cel PM Milton Antonio Lazzaris, ex Comandante do Corpo de Bombeiros, Anexo A, contemporâneo daquele oficial, assim se manifesta:

[...] a primeira tentativa assim vamos dizer estruturada de se fazer a separação das corporações: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. O autor desta proposta na época foi o então Major Francisco de Assis Vitovski que é também o autor do Hino do Bombeiro. Essa proposta foi analisada pelos constituintes, os deputados constituintes que tinha lá na época a presença de um deputado policial militar, o coronel Sidney Antonio Pacheco e o coronel Pacheco deputado constituinte se posicionou contra essa emancipação dos bombeiros e conseguiu com o apoio do governo, com o apoio do Comando Geral da Polícia fazer com que essa proposta não avançasse.(LAZZARIS,2015).

Em Santa Catarina a primeira tentativa foi frustrada. Mas, o sentimento emancipacionista permaneceu vivo. Os bombeiros acreditavam e defendiam que as atividades e a necessidade de formação de policiais e bombeiros eram diferentes. Além disso, os bombeiros queriam autonomia administrativa e financeira, entre outros motivos. Com o fracasso do movimento, oficiais que de alguma forma foram identificados como simpatizantes do movimento foram mandados para o interior ou para fora dos quadros do Corpo de Bombeiros.

Neste sentido, assim se manifesta o Cel Adilson Alcides de Oliveira, Anexo B:

E o Cel Vitovski pagou muito caro com isso, com a sua expulsão do Bombeiro, inclusive eu que era defensor também na época, mais alguns outros oficiais, Cel Cardoso na época Capitão Cardoso, eu era Tenente, nós fomos mandados para fora, sair do Bombeiro, fomos expulsos do Bombeiro, considerados *persona non grata*, por exatamente pensar dessa maneira.(OLIVEIRA,2015).

Para quem imagina que perseguições e transferências eram coisa do passado nas instituições militares, engana-se. Dos dois estados que ainda tem seu Bombeiro ligado a Polícia Militar, São Paulo traz uma notícia atual, que em muito se assemelha com o que conviviam os militares catarinenses antes da emancipação.

Notícia recente do Jornal Estadão do Estado de São Paulo de 16 de agosto de 2015, informa que o Comandante do Bombeiros de São Paulo acaba de ser exonerado do cargo por ser simpatizante da ideia de emancipação dos Bombeiros daquele Estado. Além de São Paulo

o Estado do Paraná também é vinculado a Polícia Militar, em que pese já estar bastante estruturado para emancipação, seguindo as estratégias utilizadas em Santa Catarina.

Segundo o jornalista Marcelo Godoy, o Comandante do Corpo de Bombeiros de São Paulo, Coronel Marco Aurélio Alves Pinto, foi afastado do cargo por ser considerado o principal articulador para separar os bombeiros da PM. A notícia assim descreve o episódio:

Para encerrar uma crise que ameaçava a Polícia Militar, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afastou o comandante do Corpo de Bombeiros (CB), o coronel Marco Aurélio Alves Pinto, do cargo. Aurélio era apontado na corporação como o principal articulador na Assembleia Legislativa de uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC) para separar os bombeiros da PM, o que já ocorre na maioria dos Estados. A PEC foi apresentada no dia 5 pelo deputado estadual coronel Paulo Telhada (PSDB). (GODOY, 2015). Disponível em: <http://m.sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,crise-derruba-chefe-do-corpo-de-bombeiros,1745179>, acesso em 18 de agosto de 2015.

Prossegue o jornalista informando da subordinação do Corpo de Bombeiros a Polícia Militar de São Paulo, da previsão constitucional de formação de um quadro de oficiais só para o bombeiro, o que segundo o repórter nunca ocorrera. Segundo o mesmo repórter o Comandante dos Bombeiros, “foi transferido para o Comando de Policiamento da Área-3, responsável pelo patrulhamento da zona norte de São Paulo, um cargo de terceiro escalão”.

Após demonstrar o cenário que em tempos atuais ainda envolve o tema, torna-se a falar de Santa Catarina. Com o abafamento do movimento de 1989, ao invés de provocar a extinção do assunto, focos de insatisfação foram surgindo pelo estado catarinense. Em alguns quartéis, onde trabalhavam policiais e bombeiros eram comuns divergências ideológicas e pequenas discussões entre soldados bombeiros e policiais militares. Normalmente controlados pelos oficiais da PMSC que comandavam aqueles contingentes de policiais e bombeiros.

Neste contexto, de um mesmo quartel para ambas as Instituições, onde seus integrantes dividiam alimentação, alojamento, enfim. O pesquisador lembra que no ano de 2001, quando comandava o pelotão de Polícia e Bombeiro em São Joaquim, teve que controlar uma situação desagradável. Alguns soldados da PM passaram a se referir aos bombeiros como “mulherzinhas”. Tal afirmação seria motivada em função dos bombeiros ficarem aquartelados preparando as refeições, enquanto os policiais saíam as ruas.

O comandante, ora pesquisador, como solução do conflito determinou que os soldados da Polícia passassem a ajudar na confecção da alimentação do efetivo que era feita na cozinha do quartel. Resolvido o fato, o tempo passou e dois dos soldados PM acabaram gostando de

sua nova atividade. A confecção da alimentação se tornou de alto padrão, reconhecida por todos os colegas bombeiros e policiais. O problema mais tarde, foi convencer os policiais militares que se identificaram com a atividade a voltar para as ruas.

Foi em cenário semelhante ao descrito acima que conviveu na cidade de São Bento do Sul, onde Polícia e Bombeiro também trabalhavam juntos, o ex sargento do Bombeiro, Marcos José Banhara. Banhara, hoje advogado na cidade de São Bento do Sul-SC, entrou no curso de sargentos em Florianópolis no ano de 1991. Saiu das fileiras da Corporação em 1996, segundo ele por não ter sido reenganjado, ou seja, renovado seu contrato de trabalho por parte da Corporação.

Segundo Banhara com quem o pesquisador falou por mais de uma hora via telefone, “os oficiais da Polícia o consideravam esquerdista”, o que ele não nega, mas faz a ressalva que “sempre foi procurando ajudar o próximo” e seus colegas de farda. Logo que saiu do Bombeiro entrou no Partido dos Trabalhadores (PT) onde passou a militar. Um de seus sonhos era ver o Bombeiro emancipado da Polícia, pois ao receber a notícia que não pertencia mais ao Bombeiro, atribuiu toda a perseguição que sofrera a alguns oficiais da Polícia Militar.

Banhara relatou ao pesquisador que tentou via judicial reincluir nos quadros do Bombeiro, mas não logrou êxito, nas palavras dele “talvez por não ter utilizado a via ordinária, a qual permite produção de provas, ao contrário do mandado de segurança que impetrou”. Ainda, segundo Banhara ao sair a pé do Bombeiro de Curitiba, das muitas coisas que passou pela sua cabeça, uma delas é de que Bombeiro e Polícia não podiam estar juntos.

A pesquisa resgatou um documento de 20 de outubro de 1999, Anexo C, do Ex sargento Marcos José Banhara ao então Tenente César de Assumpção Nunes, que trabalhava em Balneário Camboriú. Através deste documento Banhara encaminhou cópia de um projeto de emancipação e a justificativa para serem avaliadas pelo Ten César. O documento corrobora toda a fala de Banhara no sentido de ter sido ele que deflagrou o processo de emancipação do CBMSC, através do Deputado Estadual de seu partido Francisco de Assis Nunes.

Na militância do PT Banhara conheceu muita gente envolvida com a política. Foi assessor parlamentar do Deputado Estadual Carlito Meres por um ano. Segundo Banhara, o projeto só não entrou com este deputado, porque o mesmo orientou para esperar, pois estava saindo para concorrer a Deputado Federal. Foi através de um colega do curso de Direito que Banhara conseguiu chegar ao Deputado Francisco de Assis Nunes, também do PT e entregar o

projeto de emancipação do Corpo de Bombeiros que ele mesmo redigira, usando modelo de Minas Gerais.

O Deputado do PT Francisco de Assis Nunes, fez devidos ajustes no padrão legislativo e em 30 de maio de 2001 deu entrada ao projeto, que só teve sua aprovação dois anos depois, após a maior mobilização da história dos bombeiros, que será minuciosamente descrita nos tópicos seguintes. Esta mobilização pode ser chamada de um novo ou o 2º movimento emancipacionista do Bombeiro, com bases sólidas e estruturadas.

Sobre o conhecimento ou não da existência deste projeto de emancipação o Cel Lazzaris, comandante do Bombeiro na época, apenas com uma confusão do ano, que depois foi corrigida ao longo da entrevista, onde diz 1999 leia-se 2001, assim se manifestou:

E o sentimento de que as atividades eram diferentes e a formação tinha que ser mais específica para os bombeiros, foi amadurecendo, foi evoluindo e em 1999 surgiu sem que ela fizesse plano, ou fizesse parte do plano de comando surgiu na assembleia legislativa do Estado uma proposta de emenda constitucional, apresentada pelo então deputado estadual Francisco de Assis, que nos pegou de surpresa, porque esse deputado não tinha nos procurado, não tinha nos consultado e também ficamos assim meio sem chão no dia seguinte.(LAZZARIS,2015).

Em outro trecho da entrevista, quando questionado pelo pesquisador se sofreu represálias, ao que respondeu que não, sobre a participação do Bombeiro na deflagração do processo de emancipação, suas palavras novamente confirmam que o Comando da Corporação não sabia que o projeto seria apresentado, como abaixo se vê:

[...] o Coronel Walmor Backes foi muito sereno, acho que apesar da confiança dele com referência a minha pessoa ter sido arranhada em função da surpresa com que a separação foi tratada, da forma com que o projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa sem que ele tomasse conhecimento, como eu também não tinha, isso me custou várias vezes, eu cheguei a ele eu disse: Coronel, eu não sabia! Mas para ele era difícil acreditar que eu não soubesse desse fato. (LAZZARIS,2015).

O tópico a seguir revela quais os motivos que levaram os Bombeiros do Brasil a procurar sua desvinculação dos quadros das Polícias Militares a quem estavam subordinados.

### **3.3.2 Motivos que levaram a emancipação dos Corpos de Bombeiros**

A Constituição Federal de 1988 tratou de diferenciar as missões constitucionais, atribuições e serviços dos Corpos de Bombeiros e das Polícias Militares do Brasil. Manteve em comum, a condição de serem militares, ambas consideradas forças auxiliares, reserva do

Exército. Os militares dos quadros de ambas as instituições permaneceram com os mesmos vencimentos, entre outras características já descritas em tema anterior.

Nos documentos encontrados em outros Estados e nos arquivos do Bombeiro de Santa Catarina, além do aspecto constitucional acima descrito fica evidenciado vários pontos que eram comuns, verdadeiros e necessitavam de uma mudança urgente. Estava em evidência um prejuízo irreparável a população e a própria co-existência de duas respeitadas Instituições, com missões e necessidade de formação tão distintas.

No caso de Santa Catarina, se soma aos motivos acima, a existência de novos entrantes, “Bombeiros Voluntários” que ao arripio das leis de nosso País se espalhavam pelos Municípios Catarinenses, devidamente fomentados pelos Bombeiros Voluntários de Joinville. Alguns com apoio de políticos e Comandantes Gerais da Polícia que defendiam a ideia de municipalização dos Bombeiros. Além disso, a extinção do Bombeiro Militar estadual, mesmo não havendo previsão constitucional que os amparassem.

O bombeiro dentro dos quadros da Polícia, funcionava como o relações públicas desta. A credibilidade do Bombeiro junto a população catarinense, já chegou aos 98% de aprovação. Por outro lado, o Bombeiro constituía-se num fardo pesado à Polícia, pois o custo de viaturas e equipamentos fazia com que os Comandantes Gerais das Polícias Militares, na histórica escassez de recursos, optassem em comprar 10 (dez) viaturas policiais, do que apenas um caminhão de bombeiros, face a comparação dos custos e o reflexo político do investimento.

Havia a necessidade de autonomia para uma prestação de serviços adequados à população, melhoria da qualidade técnica dos serviços, gestão própria dos recursos (humanos, materiais e financeiros).

Soma-se aos motivos já descritos, a histórica necessidade de aumento de efetivo e de mecanismos para suprir esta deficiência. Antes mesmo da emancipação Santa Catarina já adotava especialmente no interior do Estado parcerias com Municípios, através de convênios. Através destes, os servidores dos municípios eram cedidos ao Bombeiro e após devidamente capacitados passavam a reforçar o efetivo, o que é feito até os dias atuais.

Melhoria na qualidade técnica e profissional dos integrantes do Corpo de Bombeiros, pois os Oficiais que dirigiam a Corporação de Bombeiros tinham formação predominantemente para atividade policial. Os praças também precisam de uma melhoria e redirecionamento em seus programas de formação e aperfeiçoamento.

Uma situação corriqueira eram as transferências de profissionais com formação e especialização de bombeiro para atividades policiais militares, normalmente por represálias, em função da demonstração de aptidão para as atividades de bombeiro ou por serem considerados simpatizantes pela separação dos quadros. Fato comum era a nomeação de oficiais da PMSC como Comandantes Gerais do Corpo de Bombeiros, com perfis somente de oficiais de polícia, normalmente visando sufocar levantes separatistas.

A participação efetiva do Corpo de Bombeiros Militar, na maioria das vezes, na coordenação das atividades de defesa civil estadual, demonstrando com isso sua verdadeira vocação. Era oportunidade de se intrincheirar com lideranças, que após conhecer as dificuldades e superação dos bombeiros ficavam solidários a causa emancipacionista.

O quadro abaixo sintetiza, as principais razões para a emancipação dos Bombeiros do Brasil e de Santa Catarina.

#### **Quadro 7 – O que levou os Bombeiros a emancipar no Brasil e em SC**

1 – Desejo antigo de bombeiros. Em SC o ano de 1989 embora o 1º projeto estruturado não tenha passado alimentou esperanças e angariou adeptos.
2 – Promulgação da Constituição Federal de 1988, com dispositivos que traziam a clara distinção dada pelo legislador das missões de cada Instituição.
3 – Desencadeamento de emancipações de Bombeiros no Brasil após 1988, sendo 07 (sete) já nos primeiros 03 (três) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
4 – Novos entrantes, com ameaça de municipalização dos Bombeiros Estaduais por Comandantes Gerais da Polícia e políticos, especialmente em SC.
5 – Diferença significativa de custo de viaturas e equipamentos de Bombeiros em relação a viaturas e equipamentos policiais e na escassez de recursos, o bombeiro ficava em segundo plano na aquisição.
6 – Necessidade de gestão própria dos recursos de bombeiro, que normalmente ficavam ao encargo da Polícia Militar, sendo reduzidos os recursos empregados no Bombeiro.
7 – Necessidade de aumento de efetivo face as demandas e crescimento natural das cidades para as duas Instituições, sendo que o efetivo das duas para o governo era um só.
8 – Necessidade de Formação e Capacitação específica para prestação de serviços de bombeiro e de polícia.
9 – Nomeação de Comandantes Gerais e transferência de policiais militares para o quadro de Bombeiro sem vocação ou aptidão para o exercício das atividades de Bombeiro

Fonte: Produzido pelo autor, 2015.

Em relação ao desejo de emancipação por parte dos bombeiros, assim se manifestou o coronel Milton Antônio Lazzaris, Comandante do Bombeiro em 2002, quando a Instituição pertencia aos quadros da Polícia Militar:

Em Santa Catarina esse processo é de muita longa data, desde que nós entramos no Corpo Bombeiros, por exemplo, em 1972 já se ouvia falar na separação de Bombeiros e Polícia. Alguns oficiais que fizeram cursos fora do Estado, de especialização na atividade bombeiril vinham com essas ideias, sempre traçando um paralelo entre a nossa corporação e a corporação onde se fez o curso, achando que lá eles tinham algumas vantagens, que nós aqui não tínhamos. (LAZZARIS,2015).

Através do estudo percebeu-se na fala de alguns entrevistados, assim como a do Cel Lazzaris acima, que o desejo de desvincular Bombeiro de Polícia era quase que natural e vinha de muitos anos. No mesmo sentido, o Cel Adilson Alcides de Oliveira, que entrou na Academia da Polícia em 1974 e foi o primeiro Comandante do Bombeiro quando emancipado, observa que, “ o sentimento de ter o Bombeiro como uma instituição autônoma é muito anterior até a minha chegada no Bombeiro” (OLIVEIRA, 2015).

Contudo, foi sem dúvida a Constituição Federal de 1988, o grande marco emancipacionista de Bombeiros no Brasil. Após sua promulgação os Estados provocados pelos seus respectivos Corpos de Bombeiros estaduais começaram a alterar suas Constituições Estaduais. Procuravam se adequar ao novo ordenamento jurídico, que permitia que Corpos Bombeiros e Polícias Militares exercessem atividades distintas.

Além de todos os entrevistados e os documentos comprovarem este marco histórico, também se observa o grande respeito e admiração a um oficial do Bombeiro que em 1989 buscou a desvinculação e pagou caro pela sua iniciativa. Trata-se do então Ten Cel Francisco de Assis Vitovski. Sobre este oficial, que liderou o primeiro movimento emancipacionista estruturado, com apoio do Deputado Estadual da época Vilson Vandal, assim se pronunciou o Cel Adilson Alcides de Oliveira:

[...] a gente vivia uma época muito complicada, muito difícil, a gente estava ainda saindo duma condição do Brasil em que vivia uma certa Ditadura. Então a maneira como era encarada esse tipo de manifestação ele era visto como alguma coisa perversa a ordem pública até. E o Cel Vitovski pagou muito caro com isso, com a sua expulsão do Bombeiro. Inclusive eu, que era defensor também na época, mais alguns outros oficiais, Cel Cardoso na época Cap. Cardoso, eu era Tenente, nós fomos mandados para fora, sair do Bombeiro, fomos expulsos do Bombeiro, considerados *persona non grata*, por exatamente pensar dessa maneira. (OLIVEIRA,2015)

Quanto aos novos entrantes, que também motivaram os Bombeiros a procurar desvincular da Polícia para melhor se articular, pois alguns oficiais da polícia demonstravam simpatia à aqueles, tratava-se em Santa Catarina da Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina (ABVESC) com sede em Joinville-SC, que existe até os dias atuais, um pouco mais enfraquecida que outrora.

O ofício de nº 016/Gab Cmdo/2001, datado de 20 de agosto de 2001, do Maj PM José Luiz Masnick, Anexo D, alerta o Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel PM Milton Antônio Lazzaris sobre a atuação dos mesmos, atacando os bombeiros militares na imprensa e buscando apoio com autoridades políticas para se expandir pelo Estado. Expansão que mais tarde seria impedida pela justiça, esta provocada pelos oficiais comandados pelo então Maj Masnick, comandante do 2º BBM, com sede em Curitiba-SC.

Prossegue o então Maj Masnick, Anexo D, subsidiando o Comandante do Corpo de Bombeiros da época, Cel Lazzaris, sobre a ameaça dos novos entrantes. Informou que a Associação havia sido criada em Joinville em 09/04/1994, transcrevendo os artigos 1º e 2º do estatuto dos Bombeiros Voluntários. Os artigos além de prever que a Associação seria sem fins lucrativos, previa que ela serviria para congregar os bombeiros voluntários que existiam ou viessem a existir no Estado. Uma nítida demonstração da sua intenção de se expandir pelo Estado catarinense buscando fortalecimento político, mesmo que ilegal.

Masnick, Anexo D, se refere aos bombeiros voluntários como “despachantes”. Sobre a ameaça destes novos entrantes, assim se manifesta:

A partir da criação dessa Associação, surgiram em diversos municípios de nosso Estado inúmeras entidades associativas compostas pelos denominados “Bombeiros Voluntários”, onde o Estado não se encontrava presente através de seu Corpo de Bombeiros Oficial, em razão da inexistência de política pública para o setor, de efetivo, viaturas e equipamentos. Tais entidades prestadoras de serviço tem sido implantadas à revelia, sem o conhecimento, orientação técnica e fiscalização do órgão competente, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, órgão legalmente responsável por tal procedimento. (MASNICK, 1994).

No ano de 1994 em que se criou a ABVESC, o Boletim nº 026, de 30 de junho 1994, assinado pelo seu então Cmt Cel PM Silvestre Olegário dos Anjos, já fazia menção aos novos entrantes, como “ameaças corporativistas com interesses menores”. Dizia mais, não vão “conseguir arrebatar de nossas mãos a prevenção contra incêndios”, que é missão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Ainda sobre o perigo de novos entrantes, o Maj Masnick, Anexo D, fazia referências a manifestos agressivos sofridos pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, de autoria da Diretoria da ABVESC. Segundo Masnick estas agressões estavam publicadas em reportagens do jornal Diário Catarinense, edição de 19 de junho de 2001 e na coluna do jornalista Paulo Alceu, de 20 de agosto de 2001, faziam inclusive comparativo de custos entre a associação e o Corpo de Bombeiros do Estado, onde a tese é que o serviço deles era mais barato.

Mas o Maj Masnick, que mais tarde, quando Coronel se tornaria Comandante Geral da Corporação, com toda pertinência que lhe era peculiar foi além em seu ofício ao Cel Lazzaris. Mostrou que os “voluntários” recebiam salários, com folha de pagamento que girava em torno de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) mês para 180 bombeiros efetivos. Também de que os voluntários haviam entrado com ação na justiça e obtido ganho de pagamento por horas trabalhadas. Neste sentido, Masnick, Anexo D, assim manifestou:

Caso recente ocorreu na cidade de Joinville, onde 112 (cento e doze) “Bombeiros Voluntários”, filiados ao Sindicato dos Bombeiros Profissionais Multifuncionais de Joinville e Norte de Santa Catarina, obtiveram sentença favorável na justiça, somando a indenização um total de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais). [...] Certamente o sentido da expressão “voluntário” não refere-se a atividades com remuneração por serviços prestados. (MASNICK, 1994).

Em relação a necessidade de gestão dos recursos que eram escassos, o Boletim nº 026, de 30 de junho 1994, assinado pelo seu então Cmt Cel PM Silvestre Olegário dos Anjos, esclarece qualquer dúvida ou divergência sobre como foi a distribuição estatal de recursos para as atividades de Bombeiro ao longo da história.

Para aqueles que conhecem um pouco da história do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, esta situação hoje por nós experimentada não chega a ser grande novidade, afinal este é um traço histórico e característico da nossa Corporação. Foi neste ambiente de pobreza franciscana que construímos esta Corporação, que apuramos no nosso sentimento de que servir é a nossa missão. (Dos Anjos, 1994).

No Boletim Especial de 26 de setembro de 1994, comemorativo aos 68º (sexagésimo oitavo) ano da Corporação, não foi diferente a manifestação Cmt Cel PM Silvestre Olegário dos Anjos, sobre a falta e escassez de recursos. O Cel assim se manifesta, “ [...] Desde o primeiro aniversário a (sic) limitações de materiais e equipamentos, sempre foi (sic) lembrada, como sendo uma necessidade urgente do Corpo de Bombeiros”.

No boletim nº 029 de 26 de setembro de 1996, comemorativo aos 70º (septuagésimo) ano da Corporação, o então Comandante da Corporação, Cel PM José Francisco Valverde, também se manifesta sobre a carência de materiais: “Ninguém pode ser tão ingênuo e deixar-se entorpecer por estas emoções a ponto de não ver e não sentir as limitações de ordem material”. As emoções a que se referia o Cel era o recebimento pelo Bombeiro do título de “Amigo da Comunidade” e o reconhecimento da população aos serviços de bombeiro.

Os registros existentes nos boletins do Comando Geral da Corporação, trazem ainda que algumas vezes de forma não tão enfática, como as mensagens do Cel PM Silvestre Olegário dos Anjos, um mapa de dificuldades históricas superadas pelos bombeiros que conduziram e trabalharam na Instituição até sua emancipação em 2003. Ao que tudo indica elas tornam a ser levantadas pelo Governo atual.

Em relação a falta de efetivo, o Of. 745/01 de 27 de junho de 2001, Anexo E, da lavra do Comandante Geral da Polícia Militar, Walmor Backes, encaminhado ao Governador da época, Esperidião Amim, traz algumas informações da situação em 2001. Apresenta o documento que o efetivo do Corpo de Bombeiros era de 1817 (um mil oitocentos e dezessete), integrantes, os quais representavam 14 % (quatorze por cento) do efetivo da Polícia Militar que era de 13.061 (treze mil e sessenta e um).

O documento acima não questionava a falta de efetivo, até porque o Cel Walmor Backes, Comandante da PMSC era ferrenho defensor do governo Amim. Já o documento do ofício 504/CB/2002, de 18 de julho de 2002, da lavra do Comandante do Corpo de Bombeiros Milton Antônio Lazzaris, Anexo F, encaminhado ao Chefe do Estado Maior da PMSC, Cláudio José de Barros, retrata uma situação bastante preocupante de falta de efetivo, com 5 (cinco) anos sem inclusão, como se verifica de trechos extraídos do referido ofício:

Considerando estar sendo estudado no EMG (PM-1) proposta de admissão pessoal para a Polícia Militar no ano de 2003. Considerando que há 5 (cinco) anos não há inclusões para o Corpo de Bombeiros da PMSC; Considerando a defasagem hoje existente, fruto desta contenção quinquenal, de exatos 253 bombeiros militares correspondendo a 12 % do efetivo geral previsto para o Estado na Lei 6.217/83; Considerando que apesar destas limitações, temos despendido esforço considerável na expansão dos serviços, visando atender o plano do governo para o quadriênio 99-2002, para mais 25 municípios, através do projeto **BOMBEIRO COMUNITÁRIO** (grifo original); [...] (LAZZARIS, 2002, Anexo H, fls 1).

Sobre o estudo do EMG (Estado Maior da Corporação, citado pelo Cel Lazzaris, no parágrafo anterior, a pesquisa aprofundou e encontrou documentos que davam conta que este grupo foi constituído em 24 de abril de 2003, sendo coordenados pelo então Ten Cel Josemar Francisco Lohn da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar, Anexo G. O documento já previa que o Corpo de Bombeiros seria emancipado “brevemente”.

Após repassar os principais motivos que levaram os bombeiros a querer se desvincular dos quadros da Polícia Militar, com análise mais aprofundada de alguns, o tópico a seguir, começa a revelar as estratégias adotadas pelos fomentadores do processo de emancipação.

### 3.3.3 As pesquisas de opinião no interior dos quartéis e seus resultados

Sob a coordenação do então Ten Cel BM Mauro José da Costa, os Oficiais Comandantes de Organizações de Bombeiro da época ficaram encarregados de fazer pesquisas de opinião junto aos bombeiros que estavam sob seu comando. O objetivo era saber qual era a opinião do efetivo sobre a emancipação. Os resultados revelaram que a esmagadora maioria dos Bombeiros não só queriam emancipar como passaram a trabalhar na sensibilização da comunidade para tal fim. Seguem os dados de uma amostra, com a formatação original.

#### RESULTADO DA PESQUISA DE EMANCIPAÇÃO DO CBSC TODO A ÁREA DO 1º BBM

##### RESULTADO GERAL

Efetivo..... 644

Total de Bms Entrevistados ... 525 correspondente a 81.52 % do efetivo

##### RESULTADOS:

1. Você conhece o projeto de emancipação do CBSC ?

SIM = 361 (68,76%) NÃO = 164 (31,23 %)

2. Qual a sua maior dúvida quanto a emancipação?

Salário = 277 (52,76%) Passagem p/ a reserva = 203 (38,66%)

Regime Jurídico = 220 (41,90%) Plano de Carreira = 383 (72,95%)

3. Você é favorável à emancipação?

SIM = 480 (91,42%) NÃO = 41 (7,81 %)

4. Em caso de emancipação, você permanecerá no CBSC?  
 SIM = 497 (94,66%)      NÃO = 20 (3,80 %)

Obs: Não optou = 13 (2,47%)  
 Não identificado = 6 (1,14%)

Quartel em Florianópolis, SC, em 20 de fevereiro de 2003.

ÁLVARO MAUS  
 Ten Cel PM Cmt do 1º BBM

Confere:  
 MARCOS DE OLIVEIRA  
 Maj PM Sub Cmt do 1º BBM

DISTRIBUIÇÃO:  
 Cmdo do CBPMSC, todas as OBMs do 1º BBM, através do correio eletrônico.

As pesquisas de opinião internas cerraram com uma média surpreendente de aprovação em prol da emancipação do CBMSC. Finda esta fase, em que já se realizava uma grande discussão no interior dos quartéis de Bombeiro e também se realizavam esclarecimentos, o Comando do Bombeiro e seus oficiais passaram a fortalecer a ideia junto ao efetivo e a sociedade, agora de posse de dados concretos. É o objeto de estudo do próximo tópico.

### **3.3.4 O convencimento do efetivo e da sociedade**

Além das pesquisas de opinião no interior dos quartéis de Bombeiro, depois da entrada da PEC O6/2001 de 30/05/2001 na Assembléia legislativa, que deu origem a Emenda Constitucional 33/2003, o Comando Geral do Bombeiros elaborou um documento, Anexo J, que dentre outros tópicos, esclarecia dúvidas, trazia as razões, vantagens, argumentos institucionais, além da própria proposta de emenda. Tal documento foi difundido no Estado, padronizando o discurso, entre outros pontos, de que a emancipação seria boa para as duas instituições. Assim evitava o confronto e angariava mais adeptos.

A primeira página deste documento trazia a pergunta: Você sabia que os bombeiros fazem parte da estrutura da Polícia Militar? A resposta ligava as instituições a 1926 e a criação do Bombeiro dentro dos quadros da Polícia, segundo a cartilha esta situação “perdurava até aqueles dias, mesmo havendo consenso de que as atividades de Polícia e de Bombeiros eram bem diferentes”.

Na segunda página dos esclarecimentos, trazia a relação dos Estados emancipados, que perfaziam um número de 18 (dezoito) restando apenas 09 (nove). A terceira página e seguintes falavam das vantagens que a sociedade teria com a autonomia do Corpo de Bombeiros, destacando a formação, valorização de assuntos de bombeiro, autonomia, ampliação dos serviços. Na página 06 (seis) tornava a falar das diferenças entre as atividades de Polícia e de Bombeiros e ao final da página 07 (sete) falava em “libertar a Polícia Militar de carregar um fardo pesado de uma atividade não caracterizada como policial”.

A cartilha seguia descrevendo vantagens para a sociedade e sempre lembrando que a Polícia Militar não seria prejudicada. Trazia a experiência dos outros Estados, com todas as vantagens por eles repassadas, que incluíam: maior capacitação técnica; autonomia para seleção de pessoal, formação acadêmica voltada exclusivamente para atividade de bombeiro; interiorização dos serviços; otimização na aplicação dos recursos; aumento de efetivo; independência administrativa, orçamentária e financeira; construção de centros de treinamento, entre outras.

A seguir um dos documentos produzidos pelo Comando da Corporação na época que trazia quais as vantagens da emancipação e que foi distribuído aos oficiais e integrantes da tropa para grande mobilização que se realizava. O documento foi produzido pelo BM-3 da Corporação, sendo que muitos dos argumentos dele foram retirados da monografia do Cel Adilson Alcides de Oliveira e de documentos de São Paulo e Minas Gerais. Ele está logo abaixo, em sua formatação original, apenas com a retirada dos grifos:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS

#### VANTAGENS DA EMANCIPAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

- Autonomia administrativa e financeira
- Autonomia operacional
- Formação específica de bombeiros
- Incorporação da Defesa Civil
- Melhor aceitação e aproximação da Corporação por parte da comunidade
- Legislação específica da competência do CB
- Aquisição do Poder de Polícia para fazer cumprir suas ações de fiscalização dos serviços de segurança contra incêndios e pânico
- Igualdade com outras Secretarias de Estado nas negociações de destinação dos recursos orçamentários

- Os planos e metas do CB são perseguidos sem solução de continuidade;
- Melhoria substancial na qualificação das atividades de bombeiro.

**OBS.:** Estas informações, por serem importantes, devem ser repassadas as pessoas envolvidas no processo de desmembramento do corpo de bombeiros, especialmente os Exmos Senhores Deputados Estaduais.

Fonte: Arquivos digitais do BM-3 do CBMSC.

A própria PEC 006/2001 que acompanhava a cartilha trazia uma série de informações acerca da situação nos demais estados brasileiros já emancipados e os benefícios que estes Estados tiveram, tais como: Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, onde todos só apresentavam pontos de sucesso pós emancipação. Aliás em nenhum dos Estados houve reversão do processo de emancipação ou notícia de prejuízo. Ao final de toda a exposição, acompanhava a PEC com todas as suas previsões legais de desvinculação de Bombeiro e Polícia Militar.

Sobre todo este processo de convencimento e trabalho, assim se manifestou o Comandante do Bombeiro da época:

[...] Conseguimos mostrar para os nossos colaboradores, para os oficiais e praças que serviam no Corpo de Bombeiros, de que o projeto poderia ser bom para a Corporação. Primeiro nós procuramos mostrar como eram os bombeiros congêneres do nosso de outros Estados que tinham se separado, o que que eles conseguiram depois da emancipação e todos os relatos que nós tínhamos é de que a Corporação havia melhorado em muito depois da emancipação, e por que que conosco não seria igual?(LAZZARIS, 2015).

Mas como todo processo e mudança gera incertezas e inseguranças, foram dias de acaloradas discussões no interior dos quartéis. De um lado os defensores e fomentadores da emancipação, de outro os incrédulos que diziam que o Bombeiro seria municipalizado se desvinculasse da Polícia. No meio desta discussão, o efetivo e suas entidades representativas. As dúvidas e incertezas mais comuns são objeto do próximo tópico.

### **3.3.5 Dúvidas e incertezas quanto ao futuro da Corporação**

Assim como no Rio Grande do Sul em Santa Catarina, as dúvidas e incertezas por parte do efetivo em relação ao futuro da Corporação foram verificadas. Normalmente estavam

relacionadas com a própria estabilidade do militar, que temia perdê-la. Somado ao fato que dentro dos quadros da Polícia Militar haviam rumores ainda em 2003 de que o Bombeiro seria municipalizado. Talvez fossem frutos do Ofício 745/01 de 27 de junho de 2001, Anexo E, que trazia esta ameaça, dando razão a intenção do então Governador Esperidião Amim.

Os documentos produzidos pelo Comando do Corpo de Bombeiros e distribuídos através do correio eletrônico da época e impressos, tentavam minimizar o incêndio. O convencimento de que isso não ocorreria aos poucos foi se solidificando. Os próprios oficiais com formação jurídica, dentre eles o pesquisador eram constantemente questionados pelos demais militares acerca da possibilidade de extinção dos serviços de Bombeiro prestados pelo Estado. Uma tremenda maldade e desconhecimento jurídico de seus anunciadores.

Quanto a este processo de dúvidas e incertezas, que fez com que muitos não optassem por vir para o Bombeiro e alguns saíssem, entre outras questões de ordem pessoal, assim se manifestou sobre este momento o Cel Lazzaris:

Mas o que existiam era até uma curiosidade, eram as dúvidas que existiam, muitos perguntavam, não só oficiais, praças, e o grupamento aéreo, como é que vai ficar Coronel? O clube dos oficiais? E a cooperativa, vai ter duas? E se separar bombeiro e polícia, a ABEPOM? E a resposta que nós tínhamos na época, era simples, acho que podemos continuar na mesma Associação, na mesma Cooperativa, vai ser policiais e bombeiros. O Hospital da Polícia vai atender militares estaduais, sejam eles policiais ou bombeiros, não vai haver grandes problemas. Mas e o salário, como é que vai ficar? (LAZZARIS, 2015).

Mas o trabalho de convencimento dos colaboradores talvez tenha sido uma das primeiras importantes batalhas vencidas pelo Comando da Corporação e seus oficiais. Deste primeiro convencimento é que foi se agigantando um grande exército de colaboradores em prol da emancipação. Neste sentido, as palavras do Cel Lazzaris revelam:

[...] Conseguimos mostrar para os nossos colaboradores, para os oficiais e praças que serviam no Corpo de Bombeiros, de que o projeto poderia ser bom para a Corporação. Primeiro nós procuramos mostrar como eram os bombeiros congêneres do nosso de outros Estados que tinham se separado, o que que eles conseguiram depois da emancipação e todos os relatos que nós tínhamos é de que a Corporação havia melhorado em muito depois da emancipação, e por que que conosco não seria igual? [...] Hoje, pelo que eu tenho conhecimento todas essas dúvidas viraram pó. Nenhuma delas, nenhuma dessas questões foi tratada de forma a prejudicar ou beneficiar A ou B. (LAZZARIS, 2015).

Após o convencimento do público interno, estes foram mobilizados para trabalhar no convencimento de autoridades locais e da comunidade em geral, assunto do próximo tópico.

### 3.3.6 Mobilização de bombeiros e contato com autoridades políticas locais

De uma forma como jamais ocorrera anteriormente na história dos Bombeiros, o Comando do Bombeiro através de seu Comandante Cel Lazzaris e seu subcomandante, Ten Cel Adilson Alcides de Oliveira, começou a fazer uma campanha estadual de mobilização da sociedade. Para isso utilizou seu contingente de bombeiros militares e comunitários em prol da desvinculação do Bombeiro Militar dos quadros da Polícia Militar de Santa Catarina.

Os oficiais que estavam no comando das organizações de Bombeiros atenderam ao chamado e com apoio de seus comandados foram a campo. O ano de 2001 e os seguintes até a efetivação da emancipação em 2003 ficaram marcados pelo período em que os bombeiros lutaram por um ideal e um sonho de muitos bombeiros que os antecederam e não tiveram essa oportunidade. Mas alguns destes, mesmo na reserva vieram ao campo de batalha ajudar a convencer as autoridades locais e o parlamento catarinense, inclusive enviando ofícios ao relutante governador Esperidião Amim.

Documentos da época revelam esta estratégia de mobilização intensa e endógena. Nota enviada do oficial responsável pelas relações públicas da Corporação na época, Major PM José Cordeiro Neto, Anexo H, datada de 30 de maio de 2001, menos de 30 (trinta) dias depois da entrada do projeto, anexa em seu conteúdo a cartilha de vantagens e a própria PEC 006, elaborada com base nas emancipações de outros estados e na monografia do então Ten Cel Adilson Alcides de Oliveira. Na nota o pedido a todos os bombeiros catarinenses para realização dos contatos, como se revela:

[...] Pedese que sejam contatados os Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras, Vereadores, Deputados, Lions, Rotary, Câmara Júnior, CDL, Associações Comerciais, Presidentes de Associações de Bombeiros Voluntários, Diretórios de Partidos (todos) e outros Clubes de Serviço, no sentido de que sejam produzidos OFÍCIOS DE APOIO AO PROJETO, (grifo original) devendo esses ofícios (sic) serem remetidos às seguintes autoridades: 1) Governador do Estado; 2) Presidente da Assembléia Legislativa; 3) Presidente da Comissão de Justiça (Dep Reno); 4) Deputados Estaduais (todos); 5) Comandante Geral da PM. [...]

E a tropa bombeiril foi a campo de Batalha, neste estudo resgatou-se alguns documentos que revelam a estratégia. Em Tubarão, o Ten Moisés dá entrevista ao vivo para rádio Guanabara, Anexo I, acerca da emancipação no dia 27 de junho de 2001. O Deputado do PP Joares Ponticelli, líder do Governo na Assembléia é interpelado pelo jornalista da

região, José Carlos Aguiar, que coloca o mesmo em saia justa, pois o Governador a quem ele representa, Esperidião Amim, também de seu partido é contra o projeto.

O Deputado, que é daquela região, faz os cumprimentos de praxe e passa a enaltecer a atividade de bombeiro no Município, demonstrando em suas palavras já conhecer o entrevistado, Ten Moisés. Tenta contornar a situação e acaba revelando o que já foi descrito sobre a origem do processo de emancipação, de que a estratégia não era a pretendida pelo Governo, sendo uma estratégia emergente, Mintzberg (1978). Acaba tendo que dizer que é favorável a emancipação e revela o descrito na frase anterior, como se vê abaixo:

[...] Nós já havíamos conversado com o Comando do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina; estávamos iniciando algumas conversas e tínhamos uma estratégia de buscar um outro encaminhamento, outros caminhos, e infelizmente houve um encaminhamento adverso do que nós estávamos imaginando, mas de qualquer forma acho que é positivo nós deliberarmos sobre a matéria. (Anexo F, fls1).

A entrevista segue, o deputado volta a dizer que a matéria não foi encaminhada conforme os planos do governo e que teria sofrido atropelo. Na verdade o que Esperidião Amim queria era municipalizar o Bombeiro e se livrar da responsabilidade de serviço tão necessário e de alto custo. O Deputado Joares Ponticelli, acaba sendo instado pelo jornalista a se manifestar. Pergunta o jornalista: “Quer dizer que o senhor é simpático à ideia? Referindo-se a emancipação do Bombeiro, ao que responde o Deputado:

Plenamente, eu, e o Ten Moisés sabe disso, estávamos conversando já, mas agora com a matéria eu diria que sofreu um certo atropelo, mas não é isso que haverá de prejudicar, eu penso que poderemos fazer um encaminhamento na direção de buscarmos uma melhor, melhores condições, eu diria, mais autonomia. Eu penso que no momento que os Bombeiros Militares de Santa Catarina puderem definir seu próprio projeto, conseqüentemente as coisas fluirão com mais rapidez e com muito mais qualidade ainda do se presta hoje [...]. (Anexo F, fls 2).

Em Balneário Camboriú, o Ten César Assunção, que responde pelo comando daquela Companhia de Bombeiros é convidado a comparecer na casa legislativa para, “explicar sobre o processo de desincompatibilização do Corpo de Bombeiros com a Polícia Militar”. O convite foi encaminhado através do ofício nº 0930/2001, (Anexo J) atendendo a requerimento do vereador Antônio Manoel Soares Santa e subscrito por outros vereadores.

A imprensa de Balneário divulgou no dia 06 de outubro de 2001, em periódico local, com 2000 (dois mil) exemplares (Anexo H) a visita do Ten César a Câmara de Vereadores, falando sobre o projeto de emancipação do Corpo de Bombeiros e suas razões. Na parte final

do texto, revela que os vereadores se mostraram solidários com o movimento, propondo o envio de manifesto de apoio a emenda de autoria do Deputado Francisco de Assis Nunes.

Em que pese o Governador Esperidião Amim ser contrário ao pleito dos bombeiros o processo não tinha mais volta, ou o Bombeiro emancipava, ou seus oficiais sofreriam sérias consequências e retaliações. O pior, a própria organização corria risco de ser penalizada, inclusive com as incabidas e inconstitucionais ameaças de municipalização dos serviços de bombeiro, como se vê no tópico a seguir, de forma mais detalhada, dentro dos papéis dos Comandantes Gerais da PMSC.

### **3.3.7 O papel dos Comandantes Gerais da PMSC**

Excetuando o Cel PM Paulo Conceição Caminha, Comandante Geral no ano da emancipação, não foram encontrados registros, de que outros Comandantes Gerais da PMSC, estrutura na qual estava inserida o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, que em algum momento da história tenham sido favoráveis a emancipação. Via de regra, cabia aos mesmos controlar os movimentos internos que surgiam em prol da desvinculação, sendo incontáveis os casos de oficiais que deixaram de pertencer aos quadros do Bombeiro por defender esta ideia.

Fato curioso é que mesmo com a descoberta de que o Deputado Francisco de Assis Nunes do PT havia dado entrada no ano de 2001 em um projeto de emancipação do Corpo de Bombeiros na Assembléia Legislativa Catarinenese, o Comandante Geral da PMSC, Coronel Walmor Backes manteve no comando do CB o Cel Lazzaris. Este era um dos principais líderes e articuladores do movimento emancipacionista, juntamente com seu sub comandante, o então Ten Cel Adilson Alcides de Oliveira.

O Governador do Estado da época, Esperidião Amim sempre foi contrário a ideia de emancipação do CB. O Comandante Geral da PMSC da época, Walmor Backes também foi contrário a emancipação do CBMSC em sua gestão. Redigiu um documento, onde defendia entre outros pontos a extinção do Bombeiro Militar, alegando alto custo em relação aos bombeiros voluntários de Joinville, a quem demonstrava apoio, além de defender a municipalização dos serviços de bombeiro.

A pesquisa conseguiu resgatar este documento, trata-se do Of. 745/01 de 27 de junho de 2001, Anexo E, verdadeira ofensiva do Comandante Geral da Polícia Militar, Walmor

Backes, contra a emancipação do Bombeiro. O documento foi encaminhado ao Governador do Estado, Esperidião Amim, a pedido deste como revela o documento. Ao final do ofício uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) elaborada pelo Comandante da PMSC, que previa entre outros, a municipalização dos serviços de bombeiro.

Verifica-se no documento, que ele foi produzido tão logo a proposta de emenda constitucional do Deputado Francisco de Assis Nunes deu entrada na Assembléia Legislativa. Na primeira folha do ofício, sob o título “ Da atual proposta de emenda constitucional”, este era o seu conteúdo:

O Exmo. Sr. Deputado Estadual Francisco de Assis apresentou, recentemente, a proposta de emenda constitucional de desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar com a finalidade de dar-lhe autonomia e elevá-lo a categoria de Secretaria de Estado. Não obstante a razão do Corpo de Bombeiros, ocorre que tal proposta de Emenda Constitucional causará prejuízos aos cofres públicos do nosso Estado pelo aumento da estrutura funcional e, principalmente, administrativa, eis que os Bombeiros passarão a ter status de Secretaria de Estado, com legislação, orçamento e independência administrativa. (Anexo, E, fls 1).

O documento trazia uma série de dados de custo das atividades de bombeiro militar, comparativo com o custo de bombeiros voluntários. Trazia números de que o Bombeiro Militar estava em 39 (trinta e nove) municípios catarinenses, com um efetivo de 1817 bombeiros, enquanto a Polícia Militar estava em 293, total de municípios na época, com efetivo de 11.244 (onze mil duzentos e quarenta e quatro). Trazia ainda, a informação de que os bombeiros voluntários estavam em 31 (trinta e um) Municípios, nas palavras do documento, ficando 223 (duzentos e vinte e três) desamparados.

O documento somava valores de convênios que se quer comunicavam-se como da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), do Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM) ) e do Fundo de Reequipamento do Bombeiro (FUNREBOM). Os comparativos nele existentes revelam que sua redação teve a participação dos novos entrantes, se reveste numa verdadeira atrocidade para história das Corporações Militares.

O Comandante Geral da PMSC, Walmor Backes finaliza o documento endereçado ao Governador Amin, dizendo, “ essas as necessárias informações que este Comandante houve por bem elencar, a fim de proporcionar a V.Exa. instrumentos na contenção de gastos públicos, estando anexado a proposta de Emenda Constitucional que retira do Estado a responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar. Nela havia a previsão da extinção do

Bombeiro Militar estadual e a atribuição de competência de Estado aos “bombeiros voluntários”, como se abaixo se vê:

Art 1º – O Art. 107 e seus incisos, da Constituição do Estado de Santa Catarina, passa a ter a seguinte redação:

.....  
 .....

Art 2º – O § 2º, do Art 109, da Constituição do Estado de Santa Catarina, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º – O Estado estimulará e apoiará, técnica e financeiramente, a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros municipais e bombeiros voluntários.”

Art 3º Fica o Art. 112, da Constituição do Estado de Santa Catarina, acrescido seguinte inciso XII e Parágrafo único, com a seguinte redação:

“XII – constituir corpo de bombeiros e incentivar a criação de bombeiros voluntários com competência, além de outras atribuições estabelecidas em leis municipais.” [...].

No período em que o Cel Walmor Backes esteve no Comando da Polícia Militar, sendo sucedido pelo Cel Sérgio Walner, o Bombeiro não emancipou, mas também não municipalizou, como pretendia o Governo a quem representava o Comandante Geral da PMSC. Vieram as eleições, Amim perdeu e o cenário começou a mudar.

O Cel Paulo Conceição Caminha, no ano em que fechava seus 30 (trinta) anos de serviço foi convidado pelo Deputado João Henrique Blasi, para ser o Cmt G da PMSC. Fizeram até um dossiê informando que o Cel era dado a festas, mas o mesmo não prosperou e o Cel Caminha assumiu o Comando da PMSC em 07 de janeiro de 2003.

Alinhado com os propósitos do então Secretário de Segurança Pública, Deputado Estadual João Henrique Blasi, o Cel Caminha se posicionou favorável a emancipação do Bombeiro. O Cel Caminha, com quem se conversou por telefone, tinha perfeita convicção de que precisava dar ao Bombeiro autonomia administrativa e financeira. Também, de que o Comando do Bombeiro deveria ser técnico e profissional, com formação própria, afinal, ele precisava resolver as questões voltadas a atividade policial para a qual tinha formação.

Nas palavras do Cel Caminha, “se com outros Estados tinha dado certo, porque não fazer em Santa Catarina”. O Comandante Caminha ainda lembrou que alguns oficiais da Polícia Militar lhe questionavam se ele permitiria a emancipação e ele respondia que sim, por todos os motivos acima elencados. O Cel Caminha fez questão de recordar que era vontade também do então Secretário de Segurança Pública, João Henrique Blasi a emancipação do Bombeiro.

A mobilização de lideranças políticas prosseguiu por todo Estado Catarinense, o Bombeiro Militar foi favorecido em sua estratégia de mobilização pela sua maior distribuição de organizações pelo Estado, que dos 26 (vinte e seis) de 1996 já havia aumentado para 37 (trinta e sete) o número de Municípios atendidos em 2001. Estas lideranças locais foram acionadas como se vê no próximo tópico.

### **3.3.8 O envolvimento de lideranças por todo o Estado**

O Bombeiro Comunitário foi sem dúvida um dos grandes canais gratuitos de comunicação com a sociedade. Através dele, diversos segmentos da sociedade passaram a conhecer o dia a dia dos bombeiros, inclusive as rotinas do serviço diário, sendo que os bombeiros comunitários faziam parte da guarnição. Também participavam de formaturas, compondo pelotões, inclusive no desfile cívico de 07 de setembro.

Estes bombeiros comunitários, engajados com os militares locais, comandantes de Batalhão até grupos de bombeiros, promoveram a maior mobilização que se tem notícia na história da Corporação. Foram conscientizados a participar do processo de emancipação prefeitos, vereadores, presidentes de bairro, clubes de serviço, enfim, toda a sociedade civil organizada.

Coube aos líderes do movimento, dentre os quais o Cel Lazzaris e o Ten Cel Adilson, juntamente com um grupo de oficiais e praças que não serão nominados para que não se cometa injustiças, a elaboração de discursos padrão de esclarecimento que circulavam de igual maneira por todo o Estado de Santa Catarina. Os Comandantes do Bombeiro e os militares do Estado constantemente eram chamados as rádios locais, Câmara de Vereadores para que prestassem esclarecimentos de quais os motivos da emancipação. A ideia era que a mobilização chegasse aos Deputados Estaduais, objeto do próximo tópico.

### 3.3.9 O papel da Assembléia Legislativa

Foi na Assembléia Legislativa que o Deputado Estadual do PT Francisco de Assis deu entrada a proposta de Emenda Constitucional no ano de 2001, que culminou com a Emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina no ano de 2003, após a mudança de governo estadual.

Sem dúvida a mobilização dos deputados através das visitas realizadas pelos bombeiros militares de suas regiões foi algo sem precedentes na história da Corporação de Bombeiros. Somaram-se a estes bombeiros, as lideranças locais, devidamente esclarecidas sobre o projeto, que passaram a pleitar junto aos seus representantes da Assembléia a aprovação do projeto de emancipação do CBMSC, desde o ano de 2001, quando deflagrou o processo.

Após um pouco mais de dois anos da entrada do projeto, com a indicação de que o projeto seria aprovado, pois era vontade do novo Governador, Luiz Henrique da Silveira, ainda assim o Comando do Corpos de Bombeiros não baixou a guarda e redigiu ofício padrão aos Deputados Estaduais, tanto no 1º quanto no 2º turno. Recebeu como resposta, inúmeras manifestações de apoio a aprovação do projeto, das quais o estudo conseguiu resgatar algumas.

O Deputado Estadual Genésio Goulart, Anexo k, através do Of. Gab.0158/2003, acusa o recebimento do ofício nº 135/CCB/BM-2/2003. Em suas palavras ressalta que, “ em relação ao solicitado, vamos dar especial atenção a referida proposta, uma vez que o Corpo de Bombeiros independente, além de satisfazer a vontade popular, trabalharia com mais liberdade”. O ofício 135 não foi encontrado, mas fica claro pela resposta, qual era o seu teor.

Através do Of. Nº 135/2003, datado de 23 de abril de 2003, Anexo L, o Deputado Paulo Eccel do PT, acusa o recebimento do ofício nº 135/CCB/BM-2/2003 e comunica que neste dia foi votado e aprovada a admissibilidade do projeto de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Francisco de Assis Nunes. Comunica ainda, a exemplo dos demais deputados, que se posiciona a favor do projeto.

Através do Of. Nº 201/AP/03, datado de 25 de abril de 2003, Anexo M, o Deputado Nelson Goetten, acusa o recebimento do ofício nº 135/CCB/BM-2/2003, em que menciona a solicitação de apoio do Comandante na aprovação do projeto de Emenda Constitucional, que tem por escopo a emancipação do Corpo de Bombeiros Catarinense. No documento o

Deputado informa que já havia enviado ofício em 28/02/03, informando voto favorável a aprovação do projeto.

Como se vê, o Comando do Corpo de Bombeiros estava empenhado no pedido de apoio aos parlamentares catarinenses para aprovação do projeto de emancipação. As respostas eram bastante animadoras e já davam um prenúncio positivo aos defensores da emancipação. Contudo, o apoio que mais surpreendeu o pesquisador foi o revelado no parágrafo seguinte.

Através do Of. nº 0497/03, datado de 6 de maio de 2003, Anexo N, o Deputado Reno Caramori do PPB, acusa o recebimento do ofício nº 135/CCB/BM-2/2003 e assim se pronuncia, “cumpre-me vir à vossa presença para manifestar meu apoio e voto favorável ao Projeto de Emenda Constitucional”. O Deputado Reno era conhecido pelos bombeiros militares catarinenses como ferrenho defensor do Bombeiro “Voluntário” de Caçador, local que depois de Joinville era considerado um forte ponto de apoio dos novos entrantes.

O ofício seguinte, de nº 064/03/CTCJ, datado de 6 de maio de 2003, Anexo O, de autoria do Deputado João Paulo Kleinubing, convida o Comandante do Bombeiro para audiência pública da Comissão Técnica de Constituição e Justiça, a realizar-se no dia 15 de maio, às 14:00hs na sala de reuniões nº 27 da Assembléia.

Após aprovada em 1º turno a emenda partiu para votação em 2º turno e novamente foram oficiados os Deputados, através do ofício nº272/2003. Verificou-se a existência novamente de uma série de ofícios manifestando voto favorável também no 2º turno. Destaque para o ofício nº 1270/2003, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, 1º Vice Presidente da ALESC, Anexo P, que manifesta seu posicionamento com as palavras, “podem contar com o meu voto favorável”.

Finalizando a série de ofícios de apoio ao projeto de emancipação do Corpo de Bombeiros, este último é mais significativo. Trata-se do ofício Circular 028/03 do Deputado Francisco de Assis Nunes, Anexo Q, que anuncia a promulgação da emenda de sua autoria, em 11 de junho de 2003 e sua publicação no Diário Oficial de nº 17176 de 17/06/2003. No documento existe um convite para uma sessão solene para comemorar a emancipação no dia 30/06/03 às 17:30h. A seguir, algumas das palavras do ofício do Deputado Francisco de Assis:

Creio que a emancipação vai trazer melhorias para todos os bombeiros e para a sociedade catarinense. Com uma dotação financeira e orçamentária própria, haverá um melhor planejamento e investimento na corporação. A qualificação específica dos bombeiros vai possibilitar que a prestação de serviço à comunidade seja mais eficaz. (NUNES, 2003)

Na sessão solene de aprovação da Emenda Constitucional que emancipou o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, conforme ata da sessão de nº 1533, assim se manifestou o Deputado Francisco de Assis, autor da proposta:

[...] Este momento vem carregado de história, de luta e, principalmente, de muita persistência. Há mais de dois anos, quando o companheiro Marcos Roberto Banhara procurou-nos para conversar a respeito da emancipação da Corporação, aceitamos levar o projeto adiante. Mesmo sabendo que a caminhada seria árdua, cheia de obstáculos e de questionamentos dos mais diversos segmentos, nossa teimosia não nos desanimou e mesmo o projeto sendo arquivado no final da Legislatura passada, este ano nós o reapresentamos na primeira semana de trabalho do Legislativo (NUNES, 2003)

Não resta dúvida que o parlamento catarinense passou a ser lugar de convívio dos bombeiros catarinenses, que através de uma equipe bem liderada, descobriram a importância da mobilização em prol das causas institucionais. Em relação a presença dos bombeiros na Assembléia Legislativa, assim se manifestou o Cel Lazzaris, Anexo A, “ nós tivemos uma grande repercussão política, e nós aprendemos a andar pela Assembleia Legislativa, conversar com os deputados, esclarecer o que que a gente queria”.

Aprovada a emenda, Bombeiro emancipado, o passo seguinte era reestruturar a nova Instituição, recrutando dentro dos quadros da Polícia Militar, militares com perfil para compor as Diretorias do Bombeiro. A tarefa não era nada fácil pois naturalmente encontraria resistências, incertezas, assunto do próximo tópico.

### 3.4 PRIMEIRO DESAFIO DO PÓS EMANCIPAÇÃO – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Logo que ocorreu a emancipação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, a primeira grande movimentação interna foi de saber quem ficaria ou viria para o Bombeiro e quem iria para a Polícia Militar. Para o Comando a ideia era estruturar sua equipe de apoio. Criou-se uma série de especulações e indecisões entre os militares. Afinal, a decisão de ficar ou sair desta ou daquela organização, acompanharia o militar para o resto de sua vida.

Para o Cel Adilson Alcides de Oliveira, primeiro comandante do Bombeiro emancipado foram dias difíceis de estruturação da nova Corporação, segundo Oliveira, Anexo B, [...] “Depois veio um segundo grande desafio, que foi a montagem deste bombeiro, como montar este bombeiro, depois que separou, porque daí tem todo, eu diria para ti, a gente passou a estar sozinhos, vocês agora administrem”. Lembra o Cel que ele ainda era Ten Cel na época.

O Cel Adilson Alcides de Oliveira lembra também dos desafios que passam a ser percorridos a seguir, que através do resgate de documentos da época, enriqueceu sobremaneira o estudo. Assim se manifesta o Cel sobre os desafios iniciais do pós emancipação, Anexo B:

Nós tivemos que trabalhar as leis internas, fazer as estruturas das leis internas, fixação de efetivo que nós não tínhamos, nós tínhamos que fazer a transição do pessoal que estava na PM e que vinha para o Bombeiro, ver o número de vagas, trabalhar as diretorias para o Bombeiro continuar operando, eu diria para você que é mais ou menos você estar trocando a roda de um carro em movimento. (OLIVEIRA,2015)

O Comando Geral do Bombeiro mais uma vez mostrou força e tratou de realizar convites a oficiais da Polícia Militar, dentro do perfil que julgava necessário ao complemento do quadro. Obteve êxito, pois muitos oficiais da Polícia Militar vieram para o Bombeiro a fim de compor a estrutura organizacional de logística, pessoal, entre outras. Observa-se que em alguns postos da carreira militar, para os bombeiros a ascensão foi bem mais rápida do que seus colegas de turma que ficaram na Polícia.

Para o Bombeiro vieram bem mais oficiais do que saíram, até porque o quadro de promoções vislumbrava uma carreira mais rápida, especialmente para alguns oficiais e sargentos. Curiosamente, alguns oficiais bombeiros, defensores da emancipação, entre eles especialistas em atividades técnicas, mergulhadores, saíram do Bombeiro. Aos poucos a estrutura foi se consolidando e uma nova equipe se formava.

Documentos resgatados da época retratam este momento de movimentações. Em nota, datada de 25 de junho de 2003, do Diretor da Diretoria de Pessoal (DP) da PMSC, Ten Cel PM Josemar Francisco Lohn, Anexo R, este solicita que os interessados em servir no Bombeiro para que se manifestem diretamente ao Comando do CCB e não mais a Diretoria de Pessoal da PM. O complemento da nota foi assinado pelo Ten Cel Adilson Alcides de Oliveira, Cmt Interino do CCB e traz as seguintes informações:

Complementando a nota anterior sobre interessados em servir no Corpo de Bombeiros, informo que a manifestação, para os oficiais e sargentos que não possuem curso de bombeiro, terá que se efetivar até o dia 30/06/03, quando dará entrada na Assembléia Legislativa, um conjunto de Leis que tratarão da LOB (Lei de Organização Básica), Lei de Fixação do efetivo, lei de transferência, lei de patrimônio e quadro de organização. Até essa data, o Comando do CB poderá trocar com alguma OPM/Seção da PM, o oficial ou praça que queira sair do CB. Após a aprovação da lei que trata dos critérios de transferência (Lei de Transferência) da Polícia para o CB e vice-versa, somente será aceito quem possuir **curso de bombeiro**,(grifei) além de outros requisitos previstos na referida Lei. (Anexo R).

Este requisito de ser especialista, ou ter o curso de bombeiro, não foi incluso na Lei 259 de 19 de janeiro de 2004, que regulou as movimentações somente em janeiro de 2004, dando mais trinta dias para a escolha de onde se queria trabalhar, no Bombeiro ou na Polícia. Por causa disso, os militares estaduais tiveram mais prazo para decidir.

A janela de transferência para não especialistas, que em tese fecharia em 30/06/03, pelas palavras do Cmt Cel Adilson, acabou se estendendo, o que para Corporação foi bom. Porém para alguns militares que optaram em ficar já no início da emancipação, viram outros militares mais antigos do que eles chegarem gradativamente até fevereiro de 2004, o que obviamente no futuro iria atrasar as promoções daqueles mais modernos.

Os pedidos de movimentação continuaram acontecendo, inclusive por parte de políticos em favor de militares. Muitos comandantes não facilitaram a troca de Instituições por parte de seus subordinados. O estudo resgatou alguns dos pedidos da época apenas para contextualizar aquele momento de intensa agitação.

O Ten Cel BM Reinaldo Valmiro Correia, que atualmente trabalha no Estado Maior da Corporação, naquela época solicitou marcação de um horário para falar com o Cel Adilson sobre sua transferência. Neste sentido, a nota datada de 7 de julho de 2003, onde o então 1º Ten Reinaldo Valmiro Correia, Anexo S, ainda na Polícia Militar, solicita uma agenda para falar com o Cmt do CCB, a qual transcreve-se um trecho:

Em virtude de minha transferência para o CB através da nota nº 198/DP-2/03 datada em 17 Jun 03 e posteriormente tornado sem efeito através da nota nº 102/DP-2/03 com a data em 18 Jun 03, venho a V. Sa. pleitear um espaço de tempo para uma conversação pessoal, com intuito de posicionar-me dos motivos que originaram tal impedimento. (Anexo, S).

O despacho do Cel BM Adilson estampado na própria nota, datado de 10 de julho de 2003 é do seguinte teor: “Cap Lessa informar ao Ten Reinaldo que as portas do CB estão abertas para todos e que basta que ele ligue para conversa sobre o assunto”. Quanto a abertura de portas é bom salientar que alguns oficiais acabaram acessando os quadros do Bombeiro pela via judicial, outros não vieram porque acataram o não administrativo.

Caso se observe com atenção o prazo inicial de opção dado aos militares para escolha do local onde queriam trabalhar, se na Polícia ou no Bombeiro foi 30/06/2003, conforme nota do Anexo P. Depois se estendeu até 18 de fevereiro de 2004, devido a previsão legal do Art 3º, da Lei 259 de 19 de janeiro de 2004, que assim estabelecia:

Art 3º A partir da publicação desta Lei Complementar, fica estabelecido o prazo de trinta dias para os militares estaduais exercerem o direito de opção de servirem na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar, obedecidas as seguintes regras:

I – Fica assegurada a permanência em qualquer uma das Corporações, desde que por opção do militar; e

II – Os militares que pretenderem mudar de Corporação formularam requerimento ao respectivo Comandante Geral.

Parágrafo único: Para ocorrer a transferência de uma Corporação para outra serão atendidos os seguintes requisitos

I – Existência de vaga, conforme estabelecido no Anexo I desta lei Complementar; e

II – Havendo mais candidatos que vagas, será obedecido o critério de antiguidade para o preenchimento das vagas existentes.

Outra nota interessante é do Maj PM Fernando Vidal (Anexo T). Na época o referido oficial ainda era aluno do 1º ano de formação do CFO (curso de formação de oficiais) que funcionava dentro do Centro de Ensino da Polícia Militar. O teor da nota enviada ao Comando do CCB: “Comunico-vos que o signatário encontra-se cursando o primeiro ano do CFO e tem interesse em servir no Corpo de Bombeiros, já havendo manifestado tal intenção por escrito ao comando da APM (Academia de Polícia Militar), por escrito”.

Em relação aos pedidos políticos, em 16 de dezembro de 2003, através do ofício 279/2003, Anexo U, o Prefeito de Camboriú Wilson Plautz, encaminha pedido ao Secretário de Segurança Pública João Henrique Blasi. Nele, pleiteia a transferência do então 2º Ten Laureano para os quadros do Bombeiro. Ao conversar com o Major BM Laureano, soube-se que sua transferência na época foi obstada pelo seu comandante de Batalhão junto ao comando do CCB. Quando tomou conhecimento buscou apoio para reverter a situação, vindo para o Bombeiro em janeiro de 2004, antes da edição da Lei 259/04.

Encerrando este primeiro momento de composição do quadro de pessoal, o estudo procurou outras curiosidades e desafios do pós emancipação. Neste sentido o boletim especial nº 01 de 24 de setembro de 2010, assinado pelo Cel Álvaro Maus, que comemorava os 84º (octagésimo quarto) ano do Corpo de Bombeiros, revela entre outros, quais os desafios do Bombeiro na ótica daquele Comandante, como se vê na transcrição de trecho do boletim:

A corporação possui enormes e permanentes desafios, que passam pelo recompletamento do efetivo, pela renovação da frota de embarcações, viaturas e aeronaves, pela renovação do seu parque de equipamentos, pela modernização da sua gestão. (MAUS,2010).

Os desafios elencados pelo então Cel Maus, perpassam a história, sendo recorrentes. A Corporação pós emancipada tem que estar preparada para enfrentá-los, pois haverão momentos em que eles tornarão a ser pauta de discussão e preocupação para os oficiais que dirigem a Corporação. O reflexo é sobre todo o efetivo e sobre a qualidade dos serviços prestados, que tem que continuar sendo de excelência.

Encerra-se aqui o tópico relativo aos primeiros desafios do pós emancipação, suas curiosidades, composição do quadro de pessoal, necessário para distribuição montagem das equipes de direção, apoio e execução. Aos poucos o Bombeiro tinha sua própria Direção de Pessoal, Diretoria de Ensino, de Logística e Finanças, dentro da qual estava o suporte de tecnologia e informação da Corporação, entre outras. A seguir as conquistas e mudanças do pós emancipação.

### 3.5 CONQUISTAS E MUDANÇAS DO PÓS EMANCIPAÇÃO

Ao se emanciparem, as Organizações de Bombeiros Militares ganharam autonomia, suas missões já eram distintas da polícia militar conforme ordenamento constitucional. Mantiveram a organização, estrutura e a rigidez peculiar do modelo de suas Organizações Policiais Militares de origem, até por força de legislação federal.

Logo após a emancipação, o boletim especial nº 07 de 26 de setembro de 2003, assinado pelo Comandante do CBMSC, Cel Adilson Alcides de Oliveira, informa entre outros, da inclusão de 150 (cento e cinquenta) bombeiros militares e da previsão de mais 450 para os três anos seguintes a 2003.

No mesmo boletim o Cel Oliveira, como era conhecido, relata, “vivemos neste momento quem sabe o melhor momento de nossa história. Um novo paradigma. A quebra do estabelecido. A materialização de um sonho tanto acalentado, o salto para o futuro”.

Assim como em Santa Catarina, os Corpos de Bombeiros emancipados conquistaram a autonomia financeira e dos recursos e materiais porque sempre almejavam. Em Santa Catarina

um percentual de 7% (sete por cento) dos recursos da Segurança Pública é destinado ao Corpo de Bombeiros. Estes recursos acabam sendo insuficientes e a salvação do Estado são os convênios realizados com os Municípios. Por estes convênios, através dos recursos oriundos do Fundo de Reequipamento do Bombeiro (FUNREBOM), equipamentos, materiais utilizados no serviço de atendimento hospitalar e até viaturas já foram adquiridas.

O Corpo de Bombeiros de Santa Catarina teve um crescimento espetacular com um aumento de mais de 400% no número de Municípios atendidos. Em relação a evolução experimentada após a emancipação, o Cel Lazzaris, Comandante do Corpo de Bombeiros antes da emancipação, assim se manifesta:

[...] Esse bombeiro que eu estou entrando agora nada se parece com o bombeiro do qual eu me despedi há 5 ou 6 anos atrás. A revolução, a vida neste curto espaço do tempo ela é gigantesca, é absurda. Se nós formos talvez analisar histórias de corporações, nesse, num período aí de 5, 6, 7 anos, o que era e o que se apresentava pra mim depois desse tempo, eu diria que não era a mesma corporação. (LAZZARIS,2015)

O Boletim Especial, de 26 de setembro de 2006, do então Comandante Cel Adilson Alcides de Oliveira, informa que naquele ano o Bombeiro já está em mais de 80 (oitenta) Municípios. Houve um aumento considerável em relação ao número de Municípios atendidos pelo Bombeiro que passou de 51 (cinquenta e um) da Emancipação para mais de 80 (oitenta) na comemoração de seus 80 (oitenta) anos de existência em 2006.

Segue a pesquisa usando os boletins especiais para obtenção dos dados que demonstram o crescimento da Corporação e o acerto da emancipação. O Boletim Especial, de 26 de setembro de 2007, o Comandante Cel Adilson Alcides de Oliveira, informa que naquele ano o Bombeiro já está em mais de 87 (oitenta e sete) Municípios. No mesmo boletim, o Cel Oliveira destaca, “No ano de 2003 nossa corporação vive (sic) uma nova guinada, marcada primordialmente pela sua emancipação administrativa”.

O Boletim Especial, de 26 de setembro de 2008, do então Comandante Cel Álvaro Maus, informa que naquele ano o Bombeiro já está em de 89 (oitenta e nove) Municípios. Segundo o Cel Maus, “a ampliação só foi possível porque abrimos nossos quartéis a participação comunitária”. O Cel se referia ao modelo adotado pelo Bombeiro de Santa Catarina, que através de convênio recebe servidores das Prefeituras e os capacita.

Não existe registro de Boletim Especial em 2009 e o boletim de 2010 não fala em nenhum aumento estrutural e nem do número de Organizações de Bombeiro. Revela que o

Bombeiro tem desafios a superar, o que foi tratado no tópico anterior. No ano de 2011, sob o Comando do Cel José Luiz Masnick, também não foi elaborado Boletim Especial.

O Boletim Especial nº 04, de 26 de setembro de 2012, do então Comandante Cel Marcos de Oliveira, informa que naquele ano o Bombeiro já está em 107 (cento e sete) Municípios e que o desafio era a Lei de Fixação de Efetivo e a aquisição de novas viaturas e embarcações.

Enquanto não vinham viaturas novas, alguns Municípios optaram por receber veículos usados da Receita Federal, sendo que os de passeio via de regra eram caracterizados com as cores do bombeiro e os veículos tipo caminhão eram encarroçados e transformados em caminhões de combate a incêndio e resgate, utilizando-se para isso normalmente recursos do FUNREBOM.

O Boletim nº 24, de 13 de junho de 2013, do então Comandante Cel Marcos de Oliveira, comemorativo aos 10 (dez) anos de emancipação, dando conta de que o Bombeiro já estava em 112 Municípios e só em 2013 foram 32.000.000 (trinta e dois milhões) de investimentos. Registra o ano de maior investimento na história da Corporação, antes e depois de sua emancipação, por isso o pesquisador resolveu transcrever as palavras do Cel Oliveira, comandante da época:

Nesta última década, passamos de 3 para 12 Batalhões de Bombeiro Militar, ampliamos nossa presença de 51 para 112 municípios, aumentando nosso efetivo de 1.890 para 2.750 homens e mulheres (um incremento real de 45%). Construímos um Centro de Ensino BM e adquirimos uma aeronave própria. Muita coisa mudou e mudou para melhor. Graças ao apoio do Governo do Estado, através do Pacto por SC, faremos o maior investimento logístico da história do CBM. Atualmente já adquirimos 39 novos caminhões de bombeiro e 30 novas viaturas administrativas, e estamos finalizando a aquisição pela SSP de mais 50 ambulâncias, 15 camionetes 4X4, 1 caminhão de ajuda humanitária, 1 escada mecânica e 1.000 Kits de proteção pessoal. (OLIVEIRA, 2013).

Também no Boletim nº 24, o Cel Oliveira informa que através do projeto SALVATUR foram viabilizados recursos da ordem de 13 (treze) milhões de reais, o que segundo ele, garantiriam “a melhor temporada de todos os anos e os menores índices de afogamento em praias protegidas de nossa história”. O Boletim Especial nº 02, de 26 de setembro de 2003, comemorativo aos 87 (oitenta e sete) anos do Corpo de Bombeiros, traz a informação de forma genérica das atividades que o Bombeiro estava desenvolvendo:

[...] nossos serviços incluem o trabalho preventivo através da análise de projetos e vistorias, a educação pública, a extinção de incêndios, o serviço de resgate veicular, o socorro pré-hospitalar, o atendimento de emergências com produtos perigosos, a

busca terrestre, o salvamento em altura, o serviço de salvamento aquático e de mergulho e mais recentemente, uma série de novas especialidades para enfrentarmos e dar resposta efetiva aos desastres naturais extremos, através do emprego de forças tarefa especializadas em incêndio florestal, inundações, deslizamentos e ajuda humanitária. (OLIVEIRA, 2013).

Finalizando este tópico, demonstrando o crescimento pelo qual passou a Instituição pesquisada, em formatura realizada no dia 12 de junho de 2015, no Centro de Ensino do CBMSC, relativa a comemoração de 12 (doze) anos de emancipação do CBMSC, assim se manifestou o atual Comandante, Cel BM Onir Mocelin:

Em pouco mais de uma década a ampliação planejada e gradativa proporcionou o crescimento de 51 para 125 municípios com instalação de quartéis. O atendimento à população catarinense melhorou muito, tenho orgulho de fazer parte desta fase de investimentos também em equipamentos, pessoal, tecnologia e ensino. Devemos todas estas conquistas a cada um dos bombeiros que trabalharam e trabalham incessantemente para construir uma corporação mais preparada e mais eficiente. (MOCELIN,2015).

Para facilitar a leitura e visualização do crescimento de mais de 147% no número de Municípios com Organização de Bombeiro instaladas no território catarinense, desde sua emancipação até o ano de 2015, com base nas informações dos boletins especiais do Comando Geral, elaborou-se o quadro a seguir:

**Quadro 8 – Número de Municípios com Organizações de Bombeiro em SC**

Ano	Número de Municípios	Comandante
2003	51	Cel Adilson Alcides de Oliveira
2006	81	Cel Adilson Alcides de Oliveira
2007	87	Cel Adilson Alcides de Oliveira
2008	89	Cel Álvaro Maus
2009-2011	Sem informação	Cel Álvaro Maus e Cel Masnick
2012	107	Cel Marcos de Oliveira
2013	112	Cel Marcos de Oliveira
2015	126	Cel Onir Mocelin

Fonte: Produzido pelo autor, 2015 – Dados dos boletins especiais do Cmdo G do CBMSC

Não resta dúvida pelo que se levantou no estudo do grande salto de progresso experimentado pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Questões estruturais, de

equipamentos, novas tecnologias, estímulo aos profissionais pela possibilidade de ascensão na carreira, com a abertura dos quadros de promoção, o que também ocorreu na PMSC. Em relação as promoções houve mudança e edição de nova legislação neste sentido. Outros avanços importantes ocorreram na formação e treinamento, como adiante se observa a seguir.

### **3.5.1 Formação e o treinamento**

Nos Corpos de Bombeiros Militares, o conhecimento sobre procedimentos e técnicas utilizadas nas atividades de socorro e prevenção do dia a dia, gerando aprendizado, normalmente é adquirido em cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização. Também nos treinamentos desenvolvidos pelas Unidades operacionais.

Os treinamentos em Santa Catarina são previstos no ano anterior ao de execução, pelos Batalhões, os quais definem suas prioridades e os recursos materiais e humanos que serão necessários para realização dos cursos. Elaboram uma planilha e encaminham para o BM-3 para aprovação. O BM-3 é staff do Comando Geral e responsável pela instrução e ensino da Corporação.

Com a emancipação, os bombeiros que até então, quando muito, tinham somente centros de treinamento, passaram a criar seus próprios centros de ensino, formando seus militares em matérias específicas de bombeiro. Isso antes da emancipação era impossível, pois a carga horária tinha que conter ensinamentos de atividade policial militar. Os oficiais tinham formação policial militar com alguma noção de atividade de bombeiro e os praças tinham uma formação mais próxima da realidade de bombeiro.

Nos dias atuais, além da instrução nos Batalhões, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina tem um Centro de Ensino próprio e realiza parcerias com Universidades para especializações lato sensu. Atualmente o Centro de Ensino do CBMSC passa por um processo de reconhecimento como Instituição de ensino Superior para pós graduação.

No ano de 2004 o Corpo de Bombeiros Militar , já emancipado da PMSC, teve a sua primeira inclusão de soldados na Corporação. No interior eles foram formados nos Batalhões e na capital a formação de 50 ( cinqüenta) soldados, da área do 1º Batalhão de Bombeiro Militar, que fica no Bairro do Estreito, se deu no Centro de Ensino da Polícia Militar, pois o Centro de Ensino do Bombeiros ainda não estava pronto.

O Centro de Ensino passou a funcionar efetivamente a partir do dia 17 de dezembro de 2004, após a solenidade de formatura das turmas do curso de formação de soldados na capital. O primeiro curso a funcionar oficialmente nas salas de aula do CEBM foi o Curso de Especialização de Bombeiro para Oficiais – 2005.

No dia 18 de dezembro de 2014 o CBMSC inaugurou um espaço junto ao Centro de Ensino da Corporação, em que ficará o acervo histórico. Nele poderão ser encontrados documentos, equipamentos, viaturas, que ajudam a contar a história do Bombeiro de Santa Catarina. O próximo tópico fala de mais uma das conquistas do CBMSC pós emancipado, que foi o aumento de efetivo.

### 3.5.2 Aumento de efetivo

Após a emancipação houve um aumento significativo na estrutura do bombeiro, que passou de 51 (cinquenta e um) municípios em 2003 para 129 (cento e vinte e nove) nos dias atuais. Em que pese o esforço dos governos recentes em realizar concursos de admissão, os longos anos sem concurso, causaram prejuízo a Instituição. O efetivo na época da emancipação era de 1951 (um mil novecentos e cinquenta e um) bombeiros militares, hoje é de 2700 (dois mil e setecentos).

Para que a população catarinense tenha um serviço de melhor qualidade as inclusões não podem parar. O Estado ainda está bem abaixo dos padrões internacionais de um bombeiro para cada mil habitantes. As parcerias com os Municípios é que tem conseguido dar suporte a permanência do Bombeiro em alguns municípios catarinenses.

Quando da edição da Lei 259/04, conforme se retira de seu Art 6º, o efetivo previsto entre bombeiros e funcionários civis seria de 4.123 (quatro mil, cento e vinte três). De bombeiros remanescentes da Polícia, tinham efetivamente 2011 (dois mil e onze) militares. O quadro abaixo, que corresponde ao Anexo I, da citada lei trazia a seguinte distribuição:

#### Quadro 9 – Efetivo de militares estaduais em janeiro de 2004

Posto/Graduação	Polícia Militar	Corpo de Bombeiros	Total
Coronel	17	1	18
Tenente Coronel	41	4	45

Major	68	7	75
Capitão	132	17	149
Primeiro Tenente	166	31	197
Segundo Tenente	165	30	195
Aspirante Oficial	66	-	66
Cadete	120	-	120
Subtenente	103	24	127
Primeiro Sargento	238	43	281
Segundo Sargento	500	77	577
Terceiro Sargento	946	166	1.112
Cabo	1.816	350	2.166
Soldado	9.058	1.261	10.319
TOTAL	13436	2.011	15.447

Fonte: Anexo I da Lei 259 de 19 de Jan. 2004.

A lei que trata do efetivo da Corporação de Bombeiros hoje no Estado de Santa Catarina é a Lei Complementar nº 582 de 30 de novembro de 2012. O art 1º da lei fixa o efetivo máximo para o Corpo de Bombeiros:

Art 1º O efetivo máximo previsto para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) é fixado em 3.816 (três mil, oitocentos e dezesseis) bombeiros militares.

As vagas vem sendo ativadas gradativamente e dependem sempre de conversação entre o Comando Geral da Corporação e o Governo do Estado. Em função do número de municípios que estão sendo atendidos pelo Bombeiro, a reposição de efetivo sempre será uma preocupação do comando da Corporação.

Inovação importante da Lei 582 foi a previsão do quadro de saúde, para médicos bombeiros militares, sendo 03 (três) vagas de capitão, 03 (três) de 1º Ten e 3 (três) de 2º Ten. Contudo, ao disciplinar que a jornada de trabalho dos oficiais médicos será igual a dos demais oficiais, que hoje é de no mínimo 40 (quarenta), talvez o quadro demore muito ainda para ser ativado e procurado, pois em outros órgãos públicos não militares, a carga não ultrapassa 20 (vinte) horas semanais. Além do fato que sua carreira só vai até capitão.

Em seguida informações acerca de um dos maiores propósitos porque todas as Corporações de Bombeiros do Brasil lutavam, a autonomia financeira e administrativa, tema do próximo tópico.

### **3.5.3 Autonomia Administrativa e Financeira**

A autonomia administrativa e financeira foi sem dúvida, o maior o objetivo do Bombeiro alcançado. Graças a Emenda Constitucional nº 33 de 13 de junho de 2003 que promoveu sua desvinculação dos quadros da Polícia Militar.

A partir da desvinculação o Corpo de Bombeiros não recebeu status de Secretaria como se pretendia com a PEC, acabou ficando nos quadros da Secretaria de Segurança Pública juntamente com a Polícia Militar, Polícia Civil e demais órgãos que compõem a SSP.

Para a manutenção da atividade finalística da Corporação as fontes de recursos utilizadas são: fonte de recursos 100, oriundas do tesouro do Estado, que são destinadas ao custeio das despesas de pessoal e fonte de recursos 111, oriundas das taxas da Segurança Pública, sobre a qual o CBMSC recebe destinação de 7% do montante geral para gerir suas ações de custeio e investimentos.

Além destas duas fontes de recursos primárias, o CBMSC recebe um aporte de recursos da Fonte 162, oriunda dos recursos da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte (SEITEC), destinado ao pagamento de indenizações dos guarda-vidas civis durante a operação veraneio, além de recursos oriundos de outras fontes, como Secretaria de Estado da Defesa Civil, Secretaria da Saúde, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP , recursos de Emendas Parlamentares, entre outros.

No ano de 2014, da FR 111 (Taxas da Segurança Pública), o CBMSC executou um orçamento de R\$ 17.929.710,23 e da FR 162 (Secretaria de Turismo) foi descentralizado para o pagamento das Indenizações do Guarda-vidas civis R\$ 8.954.775,00, os quais foram os recursos principais utilizados pelo CBMSC para manter a máquina administrativa e operacional em funcionamento, bem como, as ações ligadas a Operação Veraneio.

Encerrando o tópico sobre a autonomia financeira do CBMSC, o item da página seguinte traz a síntese da pesquisa, com a devida análise a luz da teoria adotada, metodologia empregada e resultados obtidos com as devidas recomendações.

## **4 ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO/RECOMENDAÇÃO**

### **4.1 ANÁLISE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO A LUZ DA TEORIA ADOTADA**

Da identificação da origem, da mobilização interna e externa em prol da aprovação do projeto, aos apontamentos sobre o crescimento vertiginoso da Instituição CBMSC no seu pós emancipação, destaca-se algumas constatações:

- a) O caráter contextualista e processual da pesquisa, abordando os fenômenos de uma maneira histórica, tratada conforme uma perspectiva longitudinal, mostrou-se uma orientação metodológica apropriada para compreender o processo de emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina;
- b) No período estudado, pode-se dividir o processo de emancipação do CBMSC em 13 (treze) grandes grupos ou momentos, que formam a linha do tempo:
  - 1) O primeiro movimento emancipacionista de 1989, liderado pelo Ten Cel Francisco de Assis Vitovski, porém inexitoso;
  - 2) Buscas do Comando de composição com o Governo para emancipação, porém sem sinais de realização efetiva por parte do Governo de 1990 a 2001;
  - 3) Do surgimento de uma PEC em 1999, de autoria de um Ex Sargento, Marcos José Banhara que a fez chegar nas mãos do Deputado Francisco de Assis Nunes do PT;
  - 4) O da deflagração do processo em 2001, com a apresentação de um Projeto de Emenda Constitucional na Assembléia, por parte do Deputado Francisco de Assis Nunes do PT sem conhecimento do Comando da Corporação;
  - 5) Da atitude visionária do comando, que assumiu a liderança do processo, passando a reunir seus oficiais e sensibilizar seus demais colaboradores, indo pessoalmente a alguns municípios palestrar sobre o tema, de junho de 2001 a 2003;
  - 6) O da elaboração de cartilhas de discurso padronizado em junho de 2001, apontando vantagens para Polícia e Bombeiro, adotando uma política de não confronto com a Polícia Militar;

- 7) O de convencimento da comunidade através de palestras sobre o tema, comandantes locais dando entrevistas em rádio. O efetivo conversando com políticos locais e com a comunidade em geral, de junho de 2001 a 2003;
- 8) O de pedido de apoio a sociedade civil organizada, de junho de 2001 a 2003, através de ofícios a líderes comunitários, presidentes de clubes de serviço, Lions, Rotary, associações, vereadores, prefeitos e destes fazendo chegar aos deputados e até ao Governador;
- 9) O de negativa da aprovação da Emenda por parte do Governador Esperidião Amin, 2001 e 2002, que através da maioria dos deputados da Assembléia não deixou o projeto seguir. Além da elaboração do ofício 745 de 27 de junho de 2001, por parte do Comando Geral da PMSC, que ameaçava a extinção Bombeiro do Estado e a consequente municipalização dos serviços;
- 10) Da derrota de Esperidião Amin em 2002, não conseguindo a reeleição, com a assunção de Luiz Henrique da Silveira, seu secretário João Henrique Blasi e do Comandante Geral da Polícia Militar, Paulo Conceição Caminha, muda o cenário a favor da emancipação do Corpo de Bombeiros;
- 11) Da aprovação da Emenda na Assembléia em 13 de junho de 2003, sempre com presença maciça de bombeiros quando das votações das comissões e em plenário, tudo devidamente incentivado pelo Comando da Corporação;
- 12) Da montagem do quadro de pessoal, com legislação sobre efetivo e a nova estrutura da Corporação, de junho de 2003 até fevereiro de 2004.
- 13) Do surgimento de uma nova Instituição, com aumento de efetivo, autonomia administrativa e financeira, de crescimento estrutural vertiginoso, após a emancipação em 2003 até os dias atuais.

Encerrando este tópico ficam sem dúvida ensinamentos de gestão que encontram na teoria respaldo. Outros podem até servir como ensinamentos estratégicos de mobilização e passos a serem seguidos para obtenção de propósitos no meio estatal, que envolva política e comunidade. Além do que, revelam que nem sempre a estratégia de confronto é a melhor a ser utilizada. No caso em estudo duas Instituições estatais, que gozam de prestígio entre a sociedade, nenhuma realizando serviço menos importante que o da outra, apenas constitucionalmente diferentes.

Após a análise do processo de emancipação, com a pormenorização de suas etapas, formando a linha do tempo dos principais acontecimentos, uma síntese de como ocorreu a emancipação sob a luz da teoria é o tema do próximo tópico.

#### 4.2 SÍNTESE DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

O processo de emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina foi fruto de uma estratégia emergente, Mintzberg (1978). A vontade de separar dos quadros da Polícia Militar não era nova. Mas até então, sempre que se tentava por em prática pelos meios convencionais e dentro dos princípios da hierarquia e disciplina acabava sendo sufocada e seus autores perseguidos, alguns até desligados dos quadros do Bombeiro.

Contudo, dando razão aos ensinamentos de Pettigrew (1987), o contexto foi favorável para que a emancipação do CBMSC, sendo esta considerada “o conteúdo”, na visão do autor adotado. A forma, “o como” isso ocorreu é o que se chama de “processo”. Pois bem, quanto a este, o ex sargento do Bombeiro Marcos José Banhara, encaminhou o projeto de emancipação no ano de 2001 ao Deputado do PT Francisco de Assis Nunes, que após fazer os devidos ajustes no padrão legislativo, deu entrada ao projeto na Assembléia Legislativa.

Num primeiro momento ele foi bloqueado pelo Governador Esperidião Amin, obtendo aprovação dois anos depois, após a maior mobilização da história dos bombeiros catarinenses, que seguiu as estratégias de Estados emancipados anteriormente, especialmente Minas Gerais.

O Comandante do Corpo de Bombeiros, Cel Milton Antônio Lazzaris não sabia que o Ex sargento Banhara iria apresentar o projeto, mas após tomar conhecimento reuniu seu Sub Cmt, Cel Adilson Alcides de Oliveira e demais oficiais e passou a traçar as estratégias para ver o projeto aprovado, promovendo uma grande mobilização.

Os bombeiros do Estado se mobilizaram e através de lideranças regionais chegaram até aos Deputados Estaduais. O primeiro governo de Esperidião Amim não deixou o projeto avançar. O Governo que o sucedeu, de Luiz Henrique da Silveira permitiu a emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Após a emancipação o Bombeiro cresceu de forma vertiginosa, adquirindo autonomia financeira e administrativa. No ano de 2013 teve o maior investimento da história renovando a sua frota de caminhões de combate a incêndio, veículos de socorro tipo ambulâncias, além da aquisição de equipamentos de proteção individual e de resgate.

Encerra-se a síntese do processo de emancipação, iniciativa do pesquisador para facilitar a leitura do que está detalhado dentro do estudo. O próximo tópico traz as recomendações do pesquisador ao Comando Geral da Corporação.

#### 4.3 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que o dia 13 de junho seja reconhecido em documento hábil, como o dia de comemoração estadual da criação da nova estrutura de Bombeiro. Que na semana do dia da comemoração sejam realizadas palestras sobre a atividade de Bombeiros nas escolas, empresas, associações de bairro e comunidades organizadas, tal qual na semana de 02 de julho, quando se comemora o Dia Nacional do Bombeiro.

Que a exemplo de alguns anos, como foi observado neste estudo, seja elaborada a mensagem do Comandante Geral no dia 13 de junho. A mesma deve ser minuciosa, relatando as conquistas e atualizando o número de organizações de bombeiro existentes, efetivo, viaturas, equipamentos, projetos inovadores e ações realizadas no ano.

Tudo com a devida publicação em boletim do Comando Geral dos dados. Estas informações facilitam em muito as pesquisas, pois arquivos em seções não duram mais que 05 (cinco) anos e são difíceis de localizar. Normalmente seus chefes quando saem, costumam levar consigo o que produziram, dificultando a preservação histórica da memória institucional.

Em relação ao parágrafo anterior, normalmente a resposta que o pesquisador recebe é de que isso quem tinha era o fulano, mas ele foi embora. Neste sentido, o encontro dos documentos deste estudo só foi possível, além de metodologia de pesquisa já descrita, pela persistência em procurar em pilhas de documentos que já estão prestes a ser incineradas, além da vontade de produzir algo fidedigno para Corporação, superando aranhas, traças, a renite e o cansaço visual. A cada documento perdido, que era achado em arquivo diverso, uma alegria para o pesquisador.

Finalmente, que seja utilizado deste estudo nas disciplinas dos cursos de formação da Corporação. A seguir as conclusões do estudo e a verificação do alcance dos objetivos.

## 5 CONCLUSÕES

O referencial teórico aportado é rico em orientações no sentido do acerto em se usar a metodologia contextualista e histórica, Pettigrew (1987) para estudar períodos relativos ao passado das organizações. Até a realização desta monografia, inexistiam trabalhos que falassem sobre a emancipação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Mais uma vez, demonstrou ser uma boa metodologia para se entender o processo de mudança organizacional porque passou a Instituição pesquisada.

Esta metodologia de abordagem contextualista é mais comum em instituições de ensino superior brasileiras, como se pôde verificar durante as pesquisas do referencial teórico. Para o Corpo de Bombeiros de São Paulo e Paraná, ainda não emancipados, o estudo pode servir de base em sua tomada de decisão. Para o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina a ideia é que o documento ora elaborado, além do valor histórico, seja útil para tomada de decisões e projeção de cenários, além do conhecimento do passado institucional Franciscano.

Esta investigação teve sucesso no desenrolar do problema e na lógica de construção de seus tópicos. A concretização dos objetivos geral e específicos formulados na introdução foram alcançados, graças ao norte lógico racional de construção científica, baseado na teoria.

O objetivo geral da pesquisa era: **Fazer o resgate histórico do processo de emancipação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC)**. Não só se fez o resgate histórico, como juntou informações que até então estavam dispersas na mente de cada um dos atores do processo, que por não ter tido acesso as diversas partes do todo, do que foi a emancipação, interpretavam a luz de sua visão, criando verdades próprias.

Buscou-se a origem do processo, numa investigação onde a experiência do pesquisador contribuiu sobremaneira para filtrar informações e com isenção identificar como tudo começou. Uma estratégia emergente, Mintzberg (1978), que por ser simpática ao Comando da Corporação, foi absorvida pela Instituição e conduzida com garbo e maestria pela coalizão dominante, Comando da Corporação e seus oficiais, chegando ao êxito graças também ao contexto, Pettigrew (1987) favorável de um Governo descentralizador e de uma tropa motivada.

Deste resgate histórico, que traz também noções importantes do contexto externo, a pesquisa avançou e fez uma caracterização bem aprofundada de aspectos legais que envolvem o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, que podem servir de subsídios para outros estudos.

Serve também como embasamento para uma boa discussão histórica, ideológica e a luz da legislação, de que Bombeiro Municipalizado é conversa de quem desrespeita o passado e as leis de nosso País. Seria como querer municipalizar o Judiciário, a Polícia, enfim, missões tipicamente de Estado e que não podem ser delegadas pela legislação vigente em nosso País.

Quanto ao cumprimento dos objetivos específicos, o primeiro deles era: **Registrar os principais acontecimentos internos e externos que antecederam e culminaram com o processo de emancipação.** Foram todos devidamente registrados, no tópico contexto externo, foi realizada uma contextualização do Brasil e de Santa Catarina, propositalmente no período que antecedeu a emancipação e nos anos de entrada do projeto e mobilização do efetivo pelo Comando em prol da emancipação.

Ainda em relação ao primeiro objetivo específico, no tópico papel dos Comandantes Gerais da PMSC e motivos que levaram a emancipação, o aprofundamento do objetivo é demonstrado, inclusive com a apresentação e discussão de documentos da época devidamente resgatados pelo pesquisador.

Com relação ao segundo objetivo específico: **Identificar quem foram os condutores do processo e quais as ações tomadas por eles.** Mais uma vez o objetivo foi cumprido, aliás trouxe uma contextualização da informação, decifrando o processo numa espécie de passo a passo. A identificação de que foi o ex sargento Marcos José Banhara a procurar o Deputado Estadual Francisco de Assis Nunes, autor da emenda e de todas as medidas tomadas por eles. Além disso de onde se buscou material para elaboração de cartilhas, no caso Minas Gerais e quais as estratégias de convencimento, o discurso padronizado, entre outros.

Ainda neste objetivo, todas as estratégias desenvolvidas pelos condutores do processo, Cel Milton Antônio Lazzaris, pelo seu Sub Comandante, o então Ten Cel Adilson Alcides de Oliveira, a quem coube o primeiro comando do CBMSC emancipado. Descrição de toda a estratégia de preenchimento das vagas do quadro, estruturação das diretorias, enfim. O pesquisador preferiu não citar outros nomes, sob pena de esquecimento de algum, pois na verdade todo o CBMSC foi conscitado e trabalhou no processo como se vê na pesquisa.

Em relação ao terceiro objetivo específico, **Fazer um comparativo da situação estrutural do Corpo de Bombeiros na época da emancipação e a atual.** Também foi alcançado. De posse dos boletins especiais e as mensagens dos Comandantes da época e os que lhes sucederam, foram sendo registrados os avanços da Corporação. Neste tópico algumas informações tinham pequenas divergências e obrigou o pesquisador a procurar outras fontes e até efetuar ligações telefônicas ao responsáveis atuais para fechar números.

O presente estudo se encerra esperando poder contribuir para o enriquecimento da cultura organizacional do CBMSC. Que ele seja útil a todos aqueles que um dia por ventura possam se aventurar na magia do saber. Conhecendo nossa Instituição, nos conhecemos; sabemos quem somos, de onde viemos e o que realmente nos identifica: sacerdócio e superação a cada dia, Bombeiros Militares do Brasil, em prol de seu objetivo maior “ vidas alheias e riquezas a salvar”.

**“ Quem há, por aí que já não tenha ao menos uma vez, tremido de susto e vibração de comoção e entusiasmo, ao ver o trabalho ao admirar a coragem destes bravos bombeiros entre as chamas?”**

**(Olavo Bilac em Os Bombeiros)**

## REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ÂNGELO, Durval. **Autonomia ao Corpo de Bombeiros, anistia aos policiais militares**. Texto da Emenda à Constituição, discursos do Deputado e artigos opinativos sobre a PEC 14/99. Gráfica e Editora “O Lutador”, 1999.

ASSIS, Francisco de. **Discurso em Sessão solene de aprovação da Emenda Constitucional número 33/2003**. Disponível em: <http://www.ale.sc.gov.br/diarios/pdf/5133dia.pdf>, acesso em 18 de agosto de 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Ltda, 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira.; LEHFELD, Neide aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BASSEY, M. **Case study research educational settings**. Filadélfia: Open University Press, 1999.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**, 2. ed, 1975.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto Alegre, 1994.

BOWDITCH, J. L; BUONO, A. F. **Elementos do comportamento organizacional** . São Paulo: Pioneira, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>, acesso em 12 de julho de 2015.

BRASIL. **Decreto Federal nº 8777, de 30/09/1983**. Aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>, acesso em 09 de julho de 2015.

BRASIL. **Decreto Imperial 1775, de 02/07/1856**. Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incendios. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1775-2-julho-1856-571280-publicacaooriginal-94371-pe.html>, acesso em 09 de julho de 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 02/07/1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos

de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm), acesso em 09 de julho de 2015.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRUYNE, P., HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAVEDON, Neusa Rolita.; LENGLER, Francisco Bertinetti. **Pós-modernidade e etnografia nas organizações**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, p.195, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DA COSTA, Frederico Lustosa. Brasil: **200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. RAP — RIO DE JANEIRO 42(5):829-74, SET/OUT. 2008.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista** . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FISCHER, Tânia. **A perduração de um mestre e uma agenda de pesquisa na educação de administradores: artesanato de si, memória dos outros e legados de ensino** in: Organizações & Sociedade, especial Guerreiro Ramos, n. 52, p. 210, 2010.

GLEICK, J. **Caos** . Lisboa: Gradiva, 1989.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GREINER, L. **Evolution and revolution as organization grow**. Harvard Business School, jul-aug, 1972.

HARRIGAN, Kathryn. **Research methodologies for contingency approaches to business strategy**. The Academy of Management Review. Briarcliff Manor: v. 8, n. 3, p. 398-405, Jul. 1983.

HREBINIAK, L. G., JOYCE, W. F. **Organizational adaptation: strategic choice and environmental determinism**. Administrative Science Quarterly, n.30, p.336-349, Sep, 1985.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas**, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação por Sexo e Idade para o período 2000-2030** . 2013.

- KIMBERLY, J. R. **Issues in the design longitudinal organizational research**. Sociological methods and research , v.4, n.3, p. 321-347, 1976.
- LAZZARIS, Milton Antônio. **Entrevista concedida a Ariovaldo da Silva Pacheco**. Florianópolis, 14 de Ago. De 2015. Entrevista.
- MALAN, P. **As perspectivas do Real no limiar do novo século**. In: REIS VELLOSO, J. P. dos (coordenador). O Brasil e o mundo no limiar do novo século. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, (1998).
- MERRIAN, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. Jossey-Bass Publishers:San Francisco, 1998.
- MINAYO, M. (org). **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINTZBERG, H. **Strategy - Making in Three Modes**. California Management Review.Berkeley: v. 16, n.2, p. 44-53, Winter 1973.
- MINTZBERG, H. **Padrões na formação da estratégia**. Revista Ciência da administração, vol. 24, n. 9, mai 1978.
- MINTZBERG, H; QUINN, J. B; LAMPEL, J; GHOSHAL. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MINTZBERG, H., McHUGH, A. **Strategy formation in an adhocracy**. Administrative Science Quartely, v.30, n.1, p.160-197, 1985.
- OLIVEIRA, Adilson Alcides de. **Entrevista concedida a Ariovaldo da Silva Pacheco**. Florianópolis, 15 de Ago. 2015. Entrevista.
- PETTIGREW,A. **Context and action in the transformation of the firm**. Journal of Management Studies, v.24, n. 6, p. 623-670, 1987.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RICHARDSON, Richard. **Pesquisa social**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas; Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3.ed.-15. Reimpr. - São paulo: Atlas, 2014.
- SANTA CATARINA, **Constituição 1989**. Ed.atualizada com 68 Emendas Constitucionais – Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2013. 174 p.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003**. Disciplina a celebração de convênios ou instrumentos congêneres, de natureza financeira, pelos órgãos ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina: Imprensa Oficial, Florianópolis.

SANTA CATARINA. **Emenda Constitucional nº 33, de 13 de junho de 2003**. Altera os artigos 31, 50, 57, 71, 90, 105, 107 e 108, inclui o Capítulo III- A no Título V, e acrescenta os artigos 51, 52, 53, 54 e 55 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina. Disponível em: [c.sc.gov.br/portal\\_alesc/emendas-constitucionais?field\\_num\\_sessao\\_value=33&field\\_ano2\\_value=2003](http://c.sc.gov.br/portal_alesc/emendas-constitucionais?field_num_sessao_value=33&field_ano2_value=2003), acesso em 12 jul. 2015.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 381, de 07/05/2007**. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>, acesso em 12 de julho de 2015.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 259, de 19 de Jan. de 2004**. Estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e adota outras providências. Disponível em: [c.sc.gov.br/portal\\_alesc/emendas-constitucionais?field\\_num\\_sessao\\_value=33&field\\_ano2\\_value=2003](http://c.sc.gov.br/portal_alesc/emendas-constitucionais?field_num_sessao_value=33&field_ano2_value=2003), acesso em 12 jul. 2015.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 381, de 07/05/2007**. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>, acesso em 12 de julho de 2015.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 582, de 30 de Nov. de 2012**. Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e estabelece outras providência. Disponível em: <http://200.192.66.20/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>, acesso em 12 de julho de 2015.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos da UDESC**: tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e relatório de estágio / Universidade do Estado de Santa Catarina; equipe de elaboração: Luz, A. C. da et al. – 4. ed. - Florianópolis : UDESC, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Estrutura e forma da Monografia de Especialização da Esag**: equipe de elaboração: Professor Nério Amboni ; Professor Leonardo Secchi e Professora Simone Ghisi Feuerschütte, adaptado pelo professor Maurício Custódio Serafin - Florianópolis : UDESC, 2013.

VAN DE VEN, A.; HUBER, G. **Longitudinal Field Research Methods for Studying Processes of Organizational Change**. Organization Science, vol. 1, p. 213-219, 1990.

VASCONCELOS, Flavio Carvalho de. VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia. **Paradoxos organizacionais uma visão transformacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VERGARA, Silvia Constant, Métodos de pesquisa em administração. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2006.

YIN, R. K. **Case study research: Design and methods**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## GLOSSÁRIO

Comando Geral: Cúpula da Corporação com sede em Florianópolis, onde o Comandante maior é um Oficial do último posto da carreira.

Coalizão dominante: grupo de tomadores de decisão existente em cada organização que exerce grande influência sobre o sistema, podendo fazer parte da sua estrutura formal ou informal (MILES E SNOW, 1978). Na Instituição pesquisada será usado para definir o grupo de Oficiais tomadores de decisão, normalmente no Comando de Organizações de Bombeiro.

Emancipação: Tornar independente, libertar (AURÉLIO, 2008). Neste estudo o termo é usado para definir a separação dos Corpos de Bombeiros do Brasil dos quadros das Polícias Militares.

Reserva: Condição similar a de aposentado da iniciativa privada, com a diferença que o militar na reserva remunerada pode ser convocado e voltar a trabalhar em situações específicas.

## ANEXO A

**ANEXO A** - Entrevista feita pelo MAJOR BM ARIIVALDO DA SILVA PACHECO, no dia 13.08.2015, na casa do entrevistado, na Cidade de Florianópolis.

Entrevistado: Cel Milton Antonio Lazzaris

**Entrevistador:** Estamos aqui na casa do Cel Milton Antonio Lazzaris, o nosso entrevistado, que vai falar sobre “A Emancipação do Corpo de Bombeiros Militar” que é o objeto do nosso estudo da ESAG/UDESC – 2015.

Boa tarde, Cel Lazzaris, passando a palavra para o Sr., o que o senhor pode nos falar, contribuir para a gente, a questão do processo de emancipação do Corpo de Bombeiros Militar que aconteceu no ano de 2003, através da Emenda Constitucional n. 33? A nossa entrevista é aberta, ou seja, é livre, eu só vou mediando a medida que o senhor for falando, tentando resgatar alguns pontos, conto com sua memória e com a sua boa vontade em nos ajudar, agradeço já inicialmente e passo a palavra para o senhor.

**Entrevistado:** Bom Ariovaldo, primeiramente dizer da satisfação e da honra que eu tenho em participar da tua, do teu trabalho de conclusão de curso, da tua tese aí e contribuir com algumas lembranças, alguns fatos, que a gente vai aos poucos tirando o pó e colocado para o conhecimento, ah! da posteridade que vai ter na tua obra uma fonte de consulta, esperamos seja ela substancial. Na verdade o processo de emancipação é processo, não foi uma coisa que aconteceu, naqueles dois ou três anos onde a fase final, o desencadeamento da emancipação se deu. Todas as corporações de Bombeiro no mundo praticamente todo nasceram dentro de corporações militares, isso nós temos exemplos aqui no Brasil, em todos Estados é assim, dentro das polícias militares, os bombeiros nasceram, cresceram e depois se emanciparam, com exceção do Rio de Janeiro. Nos Estados Unidos também, muitas corporações, nos Condados americanos também nasceram dentro das forças policiais. Na Itália os *vigiles del fogo*, que é como são conhecidos os bombeiros daquele país, nasceram dentro dos *carabineiros*, que é a força policial da Itália e mais tarde com esse processo que vai a própria natureza vai apurando houve a separação em muitos casos natural, em outros casos mais traumática, mas é fruto do processo. Em Santa Catarina esse processo é de muita longa data, desde que nós entramos no Corpo Bombeiros, por exemplo, em 1972 já se ouvia falar na separação de Bombeiros e Polícia. Alguns oficiais que fizeram cursos fora do Estado, de especialização na atividade bombeiril vinham com essas ideias, sempre traçando um paralelo entre a nossa corporação e a corporação onde se fez o curso, achando que lá eles tinham algumas vantagens, que nós aqui não tínhamos. Mas esse processo foi minando, algumas resistências, foi perpassando o tempo e em 1989 quando se fez a Constituinte Estadual surgiu, a primeira tentativa assim vamos dizer estruturada de se fazer a separação das corporações: Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. O autor desta proposta na época foi o então Major Francisco de Assis Vitowski que é também o autor do Hino do Bombeiro. Essa proposta foi analisada pelos constituintes, os deputados constituintes que tinha lá na época a presença de um deputado policial militar, o coronel Sidney Antonio Pacheco, e o coronel Pacheco deputado constituinte se posicionou contra essa emancipação dos bombeiros e conseguiu com o apoio do governo, com o apoio do comando geral da polícia fazer com que essa proposta não avançasse. E em função disso, o sonho foi adiado, a emancipação foi transferida e o

tempo passou. E o sentimento de que as atividades eram diferentes e a formação tinha que ser mais específica para os bombeiros, foi amadurecendo, foi evoluindo e em 1999 surgiu sem que ela fizesse plano, ou fizesse parte do plano de comando surgiu na assembleia legislativa do Estado uma proposta de emenda constitucional, apresentada pelo então deputado estadual Francisco de Assis, que nos pegou de surpresa, porque esse deputado não tinha nos procurado, não tinha nos consultado e também ficamos assim meio sem chão no dia seguinte. Mas, com calma nós fomos tomando pé da situação, reunimos os nossos oficiais da época, conversamos e verificamos qual seriam as nossas reações, as nossas posturas diante deste fato e resolvemos assumir proposta, resolvemos, vamos ver o que nós podemos fazer para ajudar, já que ela está, já que o cavalo está passando, prontinho, encilhado, vamos tentar montar. E assim nós conseguimos, devagarinho, ir montando o nosso projeto, evidentemente que, a urgência às vezes o tempo não permitiu que a gente criasse grandes projetos pra nós, procuramos evidentemente apoio em outras corporações que já tinham passado por essa fase, já estavam separadas das Polícias Militares há algum tempo, tinham todos os projetos e nós solicitamos aos comandantes dessas outras corporações que nos remetessem projetos de lei e projetos de separação, enfim, todas as informações que sustentaram aqueles processos de outros estados para que nos ajudassem aqui. E aí nós recebemos de uma grande quantidade de corporações muitos documentos que nos ajudaram muito também, na montagem do nosso processo. E, a par disso, nós fomos fazendo nossa parte. Sabíamos de algumas tentativas que fizemos junto ao Governo do Estado que na época era o Senhor Espiridião Amin Filho, governador, e tínhamos a informação de que ele não era favorável, ele não concordava com a proposta e não apoiaria a ideia e também se avizinhava pra época uma mudança de governo. Tava na época de final de um mandato para um novo período e as eleições seriam em breve lançadas, então, [...] foi 2001. Todo esse fato que foi narrado aí da apresentação da emenda na Assembleia Legislativa pelo deputado Francisco de Assis aconteceu em 2001 [...] 2003 o Espiridião era candidato a reeleição e em 2001 nesta fase quando foi apresentado o nosso projeto na Assembleia Legislativa não havia clareza quem seriam os candidatos a governador dos outros partidos, mas havia indicações, por exemplo, PMDB indicaria Luiz Henrique da Silveira, seria o candidato a candidato. O PT indicaria o prefeito de Chapecó, José Fritzch, e com essas pessoas a gente procurou uma aproximação. Procuramos apresentar a estes candidatos a candidatos o nosso projeto, a nossa proposta, a nossa ideia e obtivemos dos candidatos de oposição, especialmente desses dois candidatos um sinal verde de que se eleitos fossem eles colocariam essa proposta no seu plano de governo. Aliás, a proposta de emancipação do Bombeiro está no Plano 15 do governador Luís Henrique que é um plano anterior até a sua eleição a governador, então já estava lá no programa do candidato a governador a emancipação do bombeiro. E determinada ocasião, acho que ainda no ano de 2001 nós fomos convidados a participar de uma solenidade do Bombeiro de Joinville, onde os bombeiros Militares que trabalhavam lá no aeroporto iriam receber um reforço no equipamento e esse reforço era patrocinado pela INFRAERO e nós fomos convidados a prestigiar a solenidade, estava lá também o prefeito Luís Henrique, e nesse dia eu me aproximei do prefeito e relatei a ele o nosso projeto, a nossa proposta e como ele era um candidato a candidato eu pedi a ele apoio a ideia e que apoiasse a nossa proposta se ele fosse candidato a governador, e que se ganhasse a eleição que isso fosse parte do projeto de programa do governo dele. E ele me relatou que era a emancipação do bombeiro da polícia um imperativo técnico. Eu entendi com esta frase que ele me disse de que era uma necessidade, e já devia até ter acontecido antes, e havia uma clara diferenciação entre o que era atividade de bombeiro e atividade de polícia, coisa que o então prefeito entendera

perfeitamente. Então nós ficamos satisfeitos com a proposta e passamos a trabalhar junto ao comitê do candidato a governador no ano seguinte, no ano da eleição, o ano de 2002, e estávamos presentes, muitos dos nossos bombeiros do interior, a quem nós agradecemos muito, pela atuação, estavam presentes em todos os comícios que o governador Luís Henrique fazia pelo interior do Estado, algum bombeiro estava lá caracterizado pra fazer com que ele visse e se pudesse chegar perto lembrá-lo desse compromisso que ele havia assumido com o comandante. E assim nós fizemos durante toda a campanha e pra nossa sorte e os desígnios de Deus [...] o governador Luís Henrique, acabou sendo eleito contra todas as pesquisas eleitorais que eram feitas a época. [...]. O governador designou como secretário de segurança o deputado João Henrique Blasi, que foi também um parceiro que nos apoiou fortemente nestas questões da separação e tinha um contato muito bom com o nosso subcomandante o coronel Adilson Alcides de Oliveira e em meio, nos primeiros seis meses de governo Luís Henrique da Silveira o projeto foi aprovado em 13.06.2003. Foi uma coisa que nós ficamos muito felizes, muito satisfeitos porque deu certo, porque se o governador não fosse Luís Henrique e continuasse Espiridião Amin a emancipação talvez ainda não tivesse ocorrido.

[...]

**Entrevistador:** [...] (em relação há represálias ....)

**Entrevistado:** não me lembro de ter sofrido nenhum tipo de retaliação, acho que o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Walmor Backes foi muito sereno, acho que apesar da confiança dele com referência a minha pessoa ter sido arranhada em função da surpresa com que a separação foi tratada, da forma com que o projeto foi apresentado na Assembleia Legislativa sem que ele tomasse conhecimento, como eu também não tinha, isso me custou várias vezes, eu cheguei a ele eu disse: Coronel, eu não sabia! Mas para ele era difícil acreditar que eu não soubesse desse fato. Mas enfim, mas a nossa relação continuava respeitosa, não houve da parte dele nenhuma retaliação, se manteve cordial comigo, me manteve no comando, que eu também me surpreendi, porque apesar de saber que ele não apoiava a ideia, apesar de saber que o governador não apoiava a ideia, que o Estado maior geral da corporação não concordava com a ideia, ele respeitou a minha história dentro do Corpo de Bombeiros e me manteve no comando.

[...] (neste momento, o entrevistado fala sobre a criação e fomentação da ideia de Bombeiro Comunitário por ele difundida)

Passamos em torno de 25 para 51, 52 cidades. Isso nos ajudou muito agora na emancipação, porque nós já tínhamos uma base mais ampliada da nossa atuação no território catarinense, e aí entra a questão da sensibilização. Ficou mais fácil a gente chegar num prefeito da cidade, chegar na câmara de Vereadores dessa cidade que nos tínhamos acolhido algum tempo atrás, através desse processo da implantação de uma organização de bombeiros naquela cidade. E as pessoas foram muito receptivas, apoiaram de pronto a ideia porque sabiam das nossas dificuldades, sabiam dos nossos problemas com efetivo, nosso problema com equipamentos, isso já era do conhecimento deles do processo anterior, e essa emancipação se apresentava como uma possível saída pra essa questão dessas dificuldades materiais que nós tínhamos. E o apoio foi assim uma coisa admirável. Todos relatava-me o coronel Friderich, que era o chefe da Casa Militar do governador Espiridião Amin que pedia que nós parássemos com essa pressão, porque o governador não aguentava mais receber tanto ofício de pessoas do interior, de prefeitos, de vereadores e presidentes de associações de bairro, enfim, de todos

aqueles a quem a gente se dirigia pedindo apoio que eles mandavam ofício para o governador: apoiamos a proposta de emenda constitucional, que apoiamos e o governador sabidamente contra tava impressionado com esse movimento. Isso era a sensibilização política e dentre esses voluntários, esses comunitários que trabalhavam com a gente às vezes nós tínhamos vereadores, tínhamos pessoas da comunidade que representavam o comércio, a indústria e que passaram a conviver com o nosso dia a dia, saber das nossas dificuldades e eles eram os nossos porta vozes lá na câmara municipal, nas associações de bairro, enfim, eles falavam dos bombeiros, das dificuldades, do movimento e isso foi se espalhando como uma pedra jogada ao lago e círculos concêntricos foram se espalhando e nós tivemos uma grande repercussão política, e nós aprendemos a andar pela Assembleia Legislativa, conversar com os deputados, esclarecer o que que a gente queria.

[...] Conseguimos mostrar para os nossos colaboradores, para os oficiais e praças que serviam no Corpo de Bombeiros, de que o projeto poderia ser bom para a Corporação. Primeiro nós procuramos mostrar como eram os bombeiros congêneres do nosso de outros Estados que tinham se separado, o que que eles conseguiram depois da emancipação e todos os relatos que nós tínhamos é de que a Corporação havia melhorado em muito depois da emancipação, e por que que conosco não seria igual?

[...] Os oficiais de polícia que estavam servindo na Polícia Militar que desejassem se transferir para o bombeiro depois da emancipação, eles poderiam solicitar transferência desde que houvessem vagas nos quadros da Corporação, da época. Essa era uma proposta que já existia no projeto de emancipação. E também é cópia dos projetos de emancipação de outros estados. Mas o que existiam era até uma curiosidade, eram as dúvidas que existiam, muitos perguntavam, não só oficiais, praças, e o grupamento aéreo, como é que vai ficar Coronel? O clube dos oficiais? E a cooperativa, vai ter duas? E se separar bombeiro e polícia, a ABEPOM? E a resposta que nós tínhamos na época, era simples, acho que podemos continuar na mesma Associação, na mesma Cooperativa, vai ser policiais e bombeiros. O Hospital da Polícia vai atender militares estaduais, sejam eles policiais ou bombeiros, não vai haver grandes problemas. Mas e o salário, como é que vai ficar?

[...] Hoje, pelo que eu tenho conhecimento todas essas dúvidas viraram pó. Nenhuma delas, nenhuma dessas questões foi tratada de forma a prejudicar ou beneficiar A ou B.

[...] Esse bombeiro que eu estou entrando agora nada se parece com o bombeiro do qual eu me despedi há 5 ou 6 anos atrás. A revolução, a vida neste curto espaço do tempo ela é gigantesca, é absurda. Se nós formos talvez analisar histórias de corporações, nesse, num período aí de 5, 6, 7 anos, o que era e o que se apresentava pra mim depois desse tempo, eu diria que não era a mesma corporação.

[...] Fim.

## ANEXO B

**ANEXO B** - Entrevista feita pelo MAJOR BM ARIIVALDO DA SILVA PACHECO, no dia 14.08.2015, na casa do entrevistado, na Cidade de Florianópolis.

**Entrevistado:** Cel Adilson Alcides de Oliveira

Entrevista feita pelo MAJOR BM ARIIVALDO DA SILVA PACHECO, no dia 14.08.2015, na cidade de Florianópolis.

**Entrevistador:** hoje é 14.08.2015, estamos aqui na casa do senhor Cel Adilson Alcides Oliveira, comandante geral do Corpo de Bombeiros na época da emancipação, dando continuidade as nossas entrevistas sobre o processo de emancipação do CBMSC, passaremos a palavra agora ao então comandante geral, na época da emancipação. O entrevistador sou eu, Arioaldo da Silva Pacheco, major do Bombeiro, oficial aluno do CAEE/2015, parceria ESAG/UEDESC. Passo a palavra agora ao nosso entrevistado para que ele nos fale sobre o processo de emancipação do CBMSC. O início do processo, como se deu, se já tinha havido algum tipo de movimentação no sentido de desvinculação, o que ele pode nos contribuir. A entrevista é aberta e com participação do entrevistador em alguns pontos que julgar necessário esclarecer, passo a palavra ao Cel Adilson.

**Entrevistado:** bom, inicialmente eu gostaria de deixar bastante claro de que eu me formei aspirante, eu entrei na Academia da Polícia Militar em 1974, e me formei 1977 e fui um dos três oficiais na época escolhido para servir no Bombeiro. O processo de que isso era feito, a maneira como isso era feito, era através de um certo alinhamento das matérias de Bombeiro para quem melhor se destacava, ou, algum em muitos casos o número de vagas ofertadas para os oficiais que se formavam, de acordo com suas classificações. Pois bem, eu me identifiquei de imediato com a atividade de bombeiro, até porque já via isso na época da Academia, as matérias de bombeiro muito me chamavam a atenção, eu já sentia que eu tinha uma tendência para aquele tipo de atividade de trabalho. E cheguei no Bombeiro, eu diria bastante empolgado, motivado em fazer alguma coisa que pudesse contribuir para esta instituição. Já de imediato a gente sentia uma grande diferença da atividade de Bombeiro para com a atividade Policial Militar. Claro que essa diferença, gradualmente ela ia ocorrendo a medida em que as especializações iam melhorando e o sentimento de ter o Bombeiro como uma instituição autônoma, ela é muito anterior até a minha chegada no Bombeiro. Creio que ela vem de muito tempo, a partir daqueles momentos em que a instituição se torna uma instituição necessária para a atividade de Bombeiro diferente da atividade de Polícia. Na minha época, ainda, eu diria que com a Constituição, ela é um grande marco, para que tudo pudesse ocorrer, com a Constituição de 88, após a Constituição de 88, que ali abriu uma brecha para que os Estados brasileiros se realinhassem com a nova ordem constitucional e já de imediato alguns Estados começaram a tratar disso. Santa Catarina através de um grande oficial, um oficial idealizador, um oficial que via isso também, com a mesma visão da atividade filosófica de bombeiro diferente de polícia, ele vinha já procurando disseminar a ideia da desvinculação já bem no começo desta nova Constituição Estadual, foi em 1979, desculpa, 1989. Pois bem, o Cel Vitovisck, esse oficial do qual vos falo, Major Vitovisck na época ele liderou um grande movimento vinculado a um deputado chamado Vilson Vandal, que também passou a participar e ter a visão perfeita de que o quanto isso era bom para o Estado de Santa Catarina, enfim,

para todos os catarinenses, só que a gente vivia uma época muito complicada, muito difícil, a gente estava ainda saindo duma condição do Brasil em que vivia uma certa Ditadura, então a maneira como era encarada esse tipo de manifestação ele era visto como alguma coisa perversa a ordem pública até. E o Cel Vitovski pagou muito caro com isso, com a sua expulsão do Bombeiro, inclusive eu que era defensor também na época, mais alguns outros oficiais, Cel Cardoso na época Cap. Cardoso, eu era Tenente, nós fomos mandados para fora, sair do Bombeiro, fomos expulsos do Bombeiro, considerados *persona non grata*, por exatamente pensar dessa maneira. Eu acho que aquele momento ele foi bastante crucial para mim, emblemático para mim, porque dali eu comecei a entender de que a gente teria que trabalhar estratégias muito bem desenvolvidas para um futuro na hora certa, no momento certo, a gente poder adotá-las. E até porque o país vivia essa mudança, vinha sistematicamente se mudando esse modelo de reorganização de Bombeiro e Polícia. Alguns Estados iam separando e eu tratei logo de começar a estudar todos estes processos que estavam acontecendo, mas estudar profundamente, não era estudar só ter o conhecimento e fazer ali uma lista dos Estados, saber como estava acontecendo, quando muitas vezes eu até ia ao Estado, isso em período de férias, ir naquele Estado, conversar com algumas pessoas que estavam envolvidas, e perguntar como é que estava se desenvolvendo e comecei não só catalogar mas criar alguns documentos que fossem fundamentais e importantes para um momento futuro. Esse tempo ele foi gradualmente mostrando de que os Estados que estavam ocorrendo essas separações estavam corretos, estavam certos. E a gente não sabia que isso fatalmente iria acontecer um dia em Santa Catarina, mas que nós deveríamos estar preparados quando esse momento chegasse. Chegou o momento em que houve uma apresentação de uma Emenda Constitucional a partir de um deputado que viu a separação ocorrida em Minas Gerais, viu após a separação do Bombeiro e da Polícia Militar lá em Minas Gerais ele viu isso de uma forma, eu diria assim bastante interessante porque ele não só recebeu a notícia ele foi lá no Estado, conviveu com aquela situação durante um pequeno período que para ele já foi suficiente para ele vir entusiasmado com a ideia de que isso era bom para Santa Catarina também. Minas Gerais estava passando por esse processo e era bom. E eu já tinha paralelamente a isso um trabalho que foi feito, um trabalho de desvinculação do Bombeiro que eu apresentei em 2000, na minha monografia do meu Curso Superior de Polícia e que também tratava disso, que era alinhado com essa ideia que o trabalho meu era um estudo de caso, ele era alinhado com essa ideia de que isso acontecendo em Santa Catarina traria benefícios, só traria benefícios para todas as Instituições, Bombeiro, Polícia e para o catarinense de uma maneira geral. Esse momento eu diria foi o mais rico, talvez foi o mais importante nessa nossa caminhada, porque a partir dali eu era Chefe do Estado Maior, eu retornei para a chefia do Estado maior do Bombeiro e começamos a fazer a difusão desse trabalho já ancorado, já amparado com essa Emenda, com essa proposta de Emenda Constitucional desse deputado Francisco de Assis, que já era um grande elemento, a gente já tinha na verdade ali, no mínimo um parlamentar que pensava afinadamente com o que nós pensávamos. Então já isso, já foi um ponto bastante positivo, aquilo que a gente considera nas estratégias como as forças amigas. Agora nós tínhamos muitas forças inimigas, e isso a bem da verdade, a separação sempre foi vista como um algo perverso, ruim para todo mundo, e visto até internamente como alguma coisa de desconfiança. O Bombeiro ao mesmo tempo que ele queria, que ele sempre quis, mesmo aquele bombeiro que já tinha uma boa vivência eles viam isso com um certo medo, de como é que ficaria a situação jurídica desta nova Instituição, como é que ela se organizaria fora da Polícia, havia uma desconfiança da nossa possível incapacidade de gerenciar essa atividade, se nós ficaríamos em que condição, se ficaríamos vinculado ao Estado, se

continuaríamos sendo uma Instituição Estatal, ou seríamos uma instituição Militar, enfim, eu diria um grande arcabouço de desconfiança ocorria internamente. Nós começamos no primeiro momento a fazer uma divulgação daquilo que nós pretendíamos, daquilo que a gente entendia e daquilo que era melhor como instituição organizada do Estado. Então nós criamos um arcabouço, um modelo, eu diria, um modelo de como a gente podia se organizar como uma nova instituição e passamos a difundir isso a nível estadual, dentro e fora do Bombeiro, muito até muito mais fora, porque a gente sabe a população de uma maneira geral, ela pouco conhece daquilo que acontece dentro dos organismos estatais. Então esse era a nossa grande meta, fazer uma ampla divulgação, mas em toda a força viva estatal. Todas as organizações que se tem notícia, seja elas entidades filantrópicas, sociais, entidades oficiais, entidades privadas, todas as entidades que agregassem um número de pessoas, fossem entidades jurídicas, elas, nós passamos a fazer apresentações, explicações, tirar dúvidas e como complemento a gente media essa interpretação daquele grupo, se era, o que que ela achava do que nós estávamos falando. Para nossa alegria, nós não tivemos em nenhuma entidade depois das explicações a assim, a ideia de que aquilo não seria bom para o Estado catarinense. Todas foram unânimes até porque a gente sabia que isso era o que a gente estava pedindo, o que a gente estava mostrando não era nenhuma novidade para ninguém, era na verdade a descoberta de algo que precisava alguém, algum grupo, enfim, a sociedade de uma maneira geral mostrar de que aquilo é bom para Santa Catarina, que é bom para o Estado. Então nós começamos a fazer essa divulgação maciça e vivíamos um momento pré-eleitoral, era outro fator preponderante, claro que como eu disse, as nossas forças inimigas, elas eram muito bem conhecidas e até a gente sabia de antemão que naquela época o governador na época e que era candidato a reeleição, Esperidião Amim, ele não via isso com bons olhos, não achava que isso seria bom para Santa Catarina, ele não queria. E eu confesso que nas duas tentativas de tentar conversar com o governador, que a mim, eu me incumbi dessa missão de conversar com o governador eu fui rechaçado numa conversa, numa audiência que eu tive com o deputado Paulo Bornhausen, que era líder do partido do governador na época em que eu fui ameaçado sob todos os pontos de vista de que se eu continuasse com o processo eu seria transferido para Dionísio Cerqueira e que ele não queria a separação e que se esses processos continuasse, ele mandaria os recursos que ele normalmente mandaria para o Bombeiro Militar, mandaria para o Bombeiro de Joinville, voluntário, que ele via o bombeiro de Joinville como um organismo muito interessante, enfim, mas mesmo assim nós não nos acovardamos, nós continuamos a trabalho, continuamos a tarefa de divulgação cada vez maior ainda de forma aí mais ampla, diuturnamente, fazendo trabalhos que pudesse gradualmente participar todas as pessoas de uma maneira geral, o próprio parlamento catarinense e, também internamente a gente concorria, fazia questão de aferir o pensamento da tropa, fizemos pesquisas de opinião que eram todas as duas grandes pesquisas que nós fizemos elas davam uma amplitude bastante larga para a ideia da separação, todos eram a favor, basicamente ficavam em torno de 98% do percentual a favor da emancipação do Bombeiro. Nós sabemos que isso não era o suficiente, que nós tínhamos muito o que percorrer, muito caminho a que percorrer. Como eu disse, o período pré-eleitoral em seguida havia uma nova eleição para governador e o governador Esperidião Amim era candidato a reeleição, e se ele fosse reeleito, recolocado como governador, a gente sabia que o processo, a gente teria que voltar a carga num futuro, a gente teria provavelmente grandes problemas para administrar a partir de todo esse trabalho que nós havíamos feito. Então houve uma ideia já ampliada por várias razões com a própria Polícia Militar de levar o fórum de debate, de questionamento para o Clube dos Oficiais. Então o próprio Clube dos Oficiais se colocou a disposição para receber todos os futuros, todos os

candidatos a futuro governador, ao cargo de governador para uma discussão maior e a própria Polícia colocou alguns, a própria PM colocou de uma maneira geral criaram expectativa sobre qual era a ideia, quais eram as ideias dos futuros ou dos pretensos governadores sobre a segurança pública. E nós já incluímos a ideia nossa, nós já incluímos também a nossa proposta de que os futuros governadores, os futuros candidatos a governadores, se comprometessem e isso colocados nas suas agendas, agendas de trabalho, nas suas propostas de plano de ação a ideia, colocasse a separação do Bombeiro como fator importante e a difusão daquilo que nós entendemos que também melhora muito o Estado catarinense que é a difusão do verdadeiro bombeiro voluntário, que era os bombeiros comunitários. Então essas duas propostas, ideias nossas foram colocadas em todas as agendas dos futuros candidatos a governador, com uma única exceção do governador Esperidião Amim que não compareceu e não participou dos debates, fez questão de não participar dos debates, mas todos os candidatos do PMDB, Luiz Henrique da Silveira, o deputado do PT Fritzch, enfim, José Fritzch, o Grando, se não me falha a memória era candidato do PPS, enfim, de todos os candidatos eles colocaram em suas agendas, dos seus planos de governo a separação do Bombeiro como uma meta a ser atingida. Ali basicamente o processo começou, porque a partir do momento em que o desenho começou a se modificar das pesquisas, as pesquisas começaram a mudar e automaticamente o Luiz Henrique da Silveira, candidato do PMDB começou a subir nas pesquisas, nós começamos mais a intensificar a proposta, colocar a proposta e depois fomos cobrar no momento em que ele ganhou a eleição. Aí a coisa se tornou mais fácil. Eu diria sabe Ariovaldo, em rápidas palavras, essa foi a ascensão até a chegada nossa ali como uma ideia da emenda. Claro que eu poderia acrescentar, dizer o seguinte: foi fácil até ali? Não! Teve essa dificuldade. Não foi fácil, mas também não foi fácil no momento de tornar isso viável na Assembleia. Porque são 40 deputados e eu lá na Assembleia depois da gente circular naquela Assembleia durante muito tempo, depois de tudo isso eu aprendi algumas coisas, ali foi uma grande escola para mim, eu aprendi algumas coisas com aqueles assessores, com as pessoas que trabalhavam lá e que um dia um disse para mim um negócio, me disse algo que aquilo me soou muito perspicaz e muito emblemático, ele me falou um negócio assim, eu falei então, agora conseguimos, o futuro governador vai assumir e quer, e se ele quer está praticamente resolvido, aí alguém falou, não, aqui na Assembleia, aqui tu analisa a situação da Assembleia como quem olha para o tempo, tu olha para cima, tem uma nuvenzinha, de repente tu volta olhar de novo a nuvem sumiu, então essa ideia de que o Parlamentar está suscetível a alguma mudança na sua ideia do voto é muito comum, então não estava ganho até o dia das duas votações, dos dois turnos, porque são dois turnos. Eu te confesso que foram dias para mim muito difíceis, muito difíceis para quando chegasse aquele momento votou está aprovado mesmo. [...]. Depois veio um segundo grande desafio, que foi a montagem deste bombeiro, como montar este bombeiro, depois que separou, porque daí tem todo, eu diria para ti, a gente passou a estar sozinhos, vocês agora administrem, eu no comando do Bombeiro de forma interina, certo, que ainda era Tenente Coronel havia algumas pressões eu não te falei isso na nossa conversa anterior, havia algumas pressões de que tinha gente, havia dito na própria secretaria, que alguém falou assim: Oliveira tem cara que está só esperando a casinha ficar pronta e assumir o comando. Falei: é verdade! E eu sabia que tinha. Mas continuei trabalhando e tive uma conversa muito franca e direta com o então secretário a portas fechadas, falei - secretário, eu sei que tem aqui, tem esse fator e se acontecer isso eu não trabalho no Bombeiro com essa pessoa que está pretendendo ser comandante, ser oportunista aproveitar toda a coisa pronta. Eu não trabalho com ele, eu não fico. E o secretário me confortou, foi muito categórico, foi muito tranquilo, Comandante vai ser você. [...]. Nós tivemos que trabalhar as leis internas, fazer as estruturações das leis

internas, fixação de efetivo que nós não tínhamos, nós tínhamos que fazer a transição do pessoal que estava na PM e que vinha para o Bombeiro, ver o número de vagas, trabalhar as diretorias para o Bombeiro continuar operando, eu diria para você que é mais ou menos você estar trocando a roda de um carro em movimento. [...] Quando eu saí nós estávamos em 99 municípios e no meu comando nós tivemos esse grande crescimento, que era uma forma também estratégica da gente ampliar. [...]. Quando o processo de emancipação foi se sacramentando nós tínhamos de um lado, vamos chamar de força inimiga, que é muito mais próprio para isso, mas que estavam minando, a ideia de que o bombeiro ou jogando informações falsas, mentirosas, dizendo de que o bombeiro seria emancipado na condição de bombeiro municipal. Em alguns municípios isso aconteceu. [...].

[...] Fim.

## ANEXO C

## Anexo C – Ofício do Sargento Banhara

---

São Bento do Sul – SC, 20 de Outubro de 1999.

Ao Ilmo. Sr:  
CÉSAR DE ASSUMPTÃO NUNES  
Balneário Camboriú – SC

Prezado Senhor:

Através desta, encaminho à apreciação de V. S<sup>a</sup>, o Projeto de Emenda à Constituição do Estado, bem como a respectiva justificativa, que separa o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar;

Caso ache necessário alguma alteração, favor contactar através do endereço abaixo.

Atenciosamente,



MARCOS ROBERTO BANHARA

Rua Henrique Schwarz, 61, Sala 23  
Edifício Léo Frantz - CEP 89290-000  
São Bento do Sul- SC.

FONE/FAX: 014476340637  
BANHARA@ZIPMAIL.COM.BR

E-MAIL ?/

## ANEXO D

Anexo D – Ofício do Maj Masnick



ESTADO DE SANTA CATARINA  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS  
2.º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR

Cópia

Ofício nº 016/Gab Cmdo/2.001

Curitiba, 20 de Agosto de 2.001

**Senhor Comandante:**

Cumprimentando-vos cordialmente, vimos através deste tecer algumas considerações acerca do tema: **Corpos de Bombeiros Voluntários em Santa Catarina**.

A Instituição **Corpo de Bombeiros de Santa Catarina**, notoriamente reconhecida pela Comunidade Catarinense, pela excelência de seus serviços prestados, freqüentemente tem sido alvo de ataques, veiculados pela imprensa ou em correspondências enviadas às Autoridades Constituídas de nosso Estado, principalmente oriundas da Diretoria de uma **entidade privada**, denominada Associação dos Bombeiros Voluntários do Estado de Santa Catarina – **ABVESC**, sediada na cidade de Joinville – SC.

A Citada Associação, foi criada na cidade de Joinville em 09.04.1994, tendo estabelecido em seu Estatuto Social, capítulo I, as seguintes finalidades:

“Art. 1º - A Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina – **ABVESC** é uma **Sociedade Civil de Direito privado**, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de prazo indeterminado, tendo por finalidade congregar as corporações catarinenses de bombeiros voluntários, organizados sob a forma de sociedade civis, **sem fins lucrativos**, legalmente constituídas, existentes ou que venham a existir e bem assim as brigadas contra incêndio pertencentes às empresas públicas ou privadas em geral.

**Ao Sr Cel PM Milton Antônio Lazzaris**  
**Comandante do Corpo de Bombeiros**  
**Florianópolis - SC**

## ANEXO D

Art. 2º - A ABVESC é uma organização voltada à **participação no sistema da Defesa Civil** de conformidade com o preconizado pelo **Artigo 109, e seu § 2º da Constituição do Estado de Santa Catarina.**” (grifo nosso)

A partir da criação dessa Associação, surgiram em diversos municípios de nosso Estado inúmeras entidades associativas compostas pelos denominados “Bombeiros Voluntários”, onde o Estado não se encontrava presente através de seu Corpo de Bombeiros Oficial, em razão da inexistência de política pública para o setor, de efetivo, viaturas e equipamentos. Tais entidades prestadoras de serviço tem sido implantadas à revelia, sem o conhecimento, orientação técnica e fiscalização do Órgão competente, o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, órgão legalmente responsável por tal procedimento.

As Sociedades Corpo de Bombeiros Voluntários, são **entidades civis de direito privado**, organizadas sob a forma de associações sem fins lucrativos, que gozam de benefícios fiscais e subvenções sociais, e, em sua maioria são filiadas à ABVESC, que na prática é um **despachante**, que intermedia o encaminhamento de documentações e convênios com órgãos estatais, particularmente a Secretaria da Fazenda do Estado, bem como orienta a implantação nos municípios carentes desse serviço público.

A Diretoria da ABVESC utiliza em seus manifestos agressivos divulgados na imprensa, ou enviados a autoridades, dados maquiados e números oriundos de fontes não confiáveis ou elaborada com emprego de método científico, como nas reportagens publicadas no Jornal **Diário Catarinense**, edição de 19 de Junho de 2.001 e na Coluna do jornalista **Paulo Alceu**, do dia 20 de Agosto de 2.001. Tais procedimentos revelam interesses obscuros na constante comparação de dados de custo, onde a qualidade no atendimento fica relegada a 2.º plano, como se apenas o que é barato deva ser colocado à disposição da sociedade, desconsiderando-se que **vidas humanas** estão sempre em jogo nesse tipo de atividade.

Destaque-se que, o Comando do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, tem desenvolvido sua política no sentido de estimular a formação de Voluntários nos seus Quartéis. Sendo que na área do 2.º Batalhão, que tem jurisdição no planalto serrano, planalto norte, meio oeste e extremo oeste do Estado, em suas 16 Organizações de Bombeiros, existe a **parceria com os Bombeiros Voluntários (sem remuneração)**. Sendo que já foram **formados 1.023 Voluntários, 125 encontram-se em curso de formação**, estando previsto o início de vários cursos no decorrer do ano. As cidades onde há parceria são: Curitibanos, Campos Novos, Capinzal, Herval D’oeste/Joaçaba, Lages, São Joaquim, Chapecó, Pinhazinho, Maravilha, São Miguel do Oeste,

## Anexo E – Ofício do Cel Walmor Backes

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO-GERAL**

Of. Nº745 /01

Florianópolis, 27 de junho de 2001.

Senhor Governador do Estado,

Cumprimentando-o cordialmente, em resposta a solicitação de V.Exa. sobre a atuação do Corpo de Bombeiros de nosso Estado, diante da Proposta de Emenda Constitucional que visa a desvincular o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, apresento as seguintes considerações:

**DA ATUAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

O Exmo. Sr. Deputado Estadual Francisco de Assis apresentou, recentemente, a Proposta de Emenda Constitucional de desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, com a finalidade de dar-lhe autonomia e elevá-lo a categoria de Secretaria de Estado.

Não obstante a razão do Corpo de Bombeiros, ocorre que tal proposta de Emenda Constitucional causará prejuízos aos cofres públicos do nosso Estado pelo aumento da estrutura funcional e, principalmente, administrativa, eis que os Bombeiros passarão a ter *status* de Secretaria de Estado, com legislação, orçamento e independência administrativa.

Assim, este Comando é favorável pelo melhor à Santa Catarina, ao seu povo e, principalmente, à Administração Pública no que diz respeito à contenção de gastos públicos, mediante a diminuição de despesas e aumento da eficiência dos meios operacionais e administrativos existentes.

Excelentíssimo Senhor  
ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
Governador do Estado de Santa Catarina

## ANEXO E

Tanto assim, que estão sendo instaladas câmaras de vídeo nas vias públicas das cidades de Florianópolis e Joinville, com planejamento para os próximos dois anos às cidades de porte médio, numa experiência inédita no País, a exemplo de outras nações, aumentando a eficiência da Corporação apenas com o efetivo já existente.

O Estado de Santa Catarina possui hoje 293 (duzentos e noventa e três) municípios, e destes, somente 39 (trinta e nove) contam com a presença de corpo de bombeiros estatuais, restando 254 (duzentos e cinquenta e quatro) municípios sem Bombeiros, consumindo anualmente dos Cofres Públicos Municipais (*através de FUREBOM*), Estadual (*através do FUMPOM*) e da INFRAERO (*por meio de convênio*) a quantia aproximada de R\$ 49.395.795,72 (quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e dois centavos), o que corresponde, aproximadamente, a 15% (quinze por cento) de todos gastos em custeio da Polícia Militar com material e pessoal, **conforme dados do ano de 2.000.**

Ora, enquanto a Polícia Militar mantém um efetivo atual de 11.244 (onze mil, duzentos e quarenta e quatro) policiais militares na preservação da Segurança Pública em todo o Estado (293 municípios), o Corpo de Bombeiros mantém 1.817 (um mil oitocentos e dezessete) policiais militares somente em 39 (trinta e nove) municípios, representando 14,5% (quatorze e cinco por cento) de todo o efetivo da Corporação que é de 13.061 (treze mil e sessenta e um) policiais e bombeiros militares.

Os 1.817 (um mil, oitocentos e dezessete) bombeiros militares correspondem, conforme dados da folha de pagamento do mês de junho deste ano, a R\$ 2.437.248,12 (dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e doze centavos), ou seja, R\$ 1.341,36 (um mil, trezentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) por bombeiro em atividade.

Vê-se que a manutenção do Corpo de Bombeiros é dispendiosa aos cofres públicos do Estado e dos Municípios.

Nesse sentido, o economista Lauro Salvador, em matéria jornalística publicada do Diário Catarinense de 19 de junho de 2001, enfatizou a disparidade existente entre os gastos dos Bombeiros Municipais Voluntários e os mantidos pelo Estado:

**“De fato, as 46 corporações de bombeiros voluntários de SC custam para o Tesouro do Estado o correspondente a R\$ 0,25 por habitante-ano enquanto as 27 estatais PMs puras R\$ 7,52, isto é, 30 vezes mais.”**

Desta forma, a proposta de desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar vai onerar os cofres públicos do Estado, porque o que já está sendo feito pela atual estrutura administrativa da Polícia Militar será realizada em duplicidade pelo Corpo de Bombeiros, que passará a ter uma Secretaria própria, com aumento de cargos públicos administrativos e aumento na sua estrutura operacional, em prejuízo ao interesse público.

LOYUS | SBsue - sociedade CB voluntários atende o interesse  
do Sr. Loyus e recebe recursos públicos.

## ANEXO E

### DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL EM ANEXO

Pelo exposto e seguindo orientação de V.Exa., apresenta-se em anexo nova Proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina visando a total desvinculação (operacional, administrativa e financeira) do Corpo de Bombeiros do Estado e sua subordinação à competência dos Municípios, possibilitando economia dos recursos públicos e aumento de pessoal nas fileiras da Polícia Militar.

A atividade do Corpo de Bombeiros está inserida no Título V "Da Segurança Pública" da Constituição do Estado, cuja proposta que se apresenta transfere à competência dos Municípios, mediante alterações nos artigos 107 e 112 da Constituição do Estado e inclusão de 03 (três) artigos ao Ato de Disposições Transitórias.

Vários municípios já desenvolvem atividades de Bombeiros voluntários, a exemplo de outros países, num total de 31 (trinta e um) no Estado de Santa Catarina, o que demonstra não ser matéria nova, estando perfeitamente aceitável pelo ordenamento jurídico e pelos Municípios, eis que somente 39 (trinta e nove) são beneficiados por organizações de Bombeiros Estaduais e 31 (trinta e um) com Bombeiros voluntários, ficando os outros 223 (duzentos e vinte e três) totalmente desamparados.

A presente proposta dá aos Municípios a liberdade de organização, estruturação e funcionamento de Bombeiros Municipais, a exemplo dos voluntários, o que representaria economia ao Estado e melhoria na prestação de serviços municipalizados, como os da saúde e da habitação.

Por isso, a Proposta de Emenda Constitucional retira o Corpo de Bombeiros do Título V "Da Segurança Pública" (*inciso II do artigo 107*) da Constituição do Estado e o faz inserir no Título VI "Dos Assuntos Municipais e Microrregionais" (*acresce o inciso XII do artigo 112*).

Finalmente, há acréscimo dos artigos 51, 52 e 53 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para possibilitar a necessária adequação do efetivo e dos bens móveis, materiais e equipamentos hoje utilizados pelo Corpo de Bombeiros.

### NOTA TÉCNICA INDICATIVA DA SITUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS ESTADUAL

#### A) DO EFETIVO

Atualmente, o Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar de Santa Catarina possui um efetivo de 1.817 (um mil, oitocentos e dezessete) integrantes, os quais representam 14 % (quatorze por cento) do efetivo total (policiais e bombeiros em atividade) da Polícia Militar que é de 13.061 (treze mil e sessenta e um) profissionais,

**ANEXO F****Anexo F – Ofício do Cel Lazzaris pedindo efetivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
POLÍCIA MILITAR  
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS

Rua Almirante Lamego, 351 Centro Florianópolis  
(48) 225-3333 08 015-600 - Florianópolis e-mail - cobomt@pm.sc.gov.br

Ofício nº 504/CB/02

Florianópolis, 18 de julho de 2002.

Senhor Ch EMG,

Considerando estar sendo estudado no EMG(PM-1) proposta de admissão de pessoal para a Polícia Militar no ano de 2003.

Considerando que há 5 (cinco) anos não há inclusões para o Corpo de Bombeiros da PMSC;

Considerando a defasagem hoje existente, fruto desta contenção quinquenal, de exatos 253 bombeiros militares correspondendo a 12% do efetivo geral previsto para o Estado na Lei nº 6.217/83;

Considerando que apesar destas limitações, temos despendido esforço considerável na expansão dos serviços, visando atender plano do governo para o quadriênio 99-2002, para mais 25 municípios, através do projeto do BOMBEIRO COMUNITÁRIO;

Considerando o bom nome da Corporação, conquistado ao longo dos 76 anos de prontidão, que salvo raras exceções tem gerado ao Estado Catarinense, referências elogiosas e respeito a nossa Corporação, sem falsa modéstia, uma referência nacional na atividade;

Considerando que apesar do crescimento feito, há um limite de segurança para a qualidade do serviço prestado e este limite está posto e seus efeitos já serão sentidos na próxima Operação Veraneio com mais intensidade.

Considerando que uma Organização como o CB, que tem a missão e a responsabilidade de proteger o patrimônio e de socorrer a vida e que pela qualidade do seu homem tem gerado boas notícias, elogios e reconhecimento público, não pode correr o risco de comprometer tudo isto, apenas e tão somente pela falta de pessoal minimamente necessário ao cumprimento de suas missões

Excelentíssimo Senhor  
CLAUDIO JOSÉ BARROS  
Cel PM Ch EMG da PMSC  
Florianópolis-SC

**ANEXO G**

## Anexo G – Notícia da comissão para nova Lei de Promoção

PODERÃO SER INFORMADOS TENDO EM VISTA QUE EXISTE UMA COMISSÃO TRABALHANDO NESSE ASSUNTO QUE AINDA ESTÁ INCOMPLETO. INFORMO QUE NÃO POSSUÍMOS NÚMEROS CONCRETOS. COM CERTEZA O EFETIVO IRÁ AUMENTAR, POREM NÃO SABEMOS EM QUANTO, UMA VEZ QUE APÓS CONCLUÍDO O TRABALHO DE ELABORAÇÃO, O PROJETO DE LEI SERÁ SUBMETIDO A APRECIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.

ADILSON ALCIDES DE OLIVEIRA  
Ten Cel PM Cmt Intº CCB

CONFERE C/ ORIGINAL  
EM. 10 / 07 / 15  
JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - Maj/BM  
Ajudante-Geral do CBMSC

## ANEXO H

### Anexo H – Nota padronizando ações

4ª/3ºBBM

**De:** CCB B5 [ccbb5@pm.sc.gov.br]  
**Enviado em:** sexta-feira, 22 de junho de 2001 17:20  
**Para:** ccb@pm.sc.gov.br  
**Assunto:** Desmembramento



Os documentos anexados devem sustentar e padronizar as nossas argumentações para vermos aprovado o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 006/2001) que concede autonomia ao Corpo de Bombeiros (Desmembramento).

Pede-se que sejam contatados os Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras, Vereadores, Deputados, Lions, Rotary, Câmara Júnior, CDL, Associações Comerciais, Presidentes de Associações de Bombeiros Voluntários, Diretórios de Partidos (todos) e outros Clubes de Serviço, no sentido de que sejam produzidos OFÍCIOS DE APOIO AO PROJETO, devendo esses ofícios serem remetidos às seguintes autoridades:

- 1) Governador do Estado;
- 2) Presidente da Assembleia Legislativa;
- 3) Presidente da Comissão de Justiça (Dep Reno);
- 3) Relator da Comissão de Justiça; (Dep Blasi).
- 4) Deputados Estaduais (todos);
- 5) Comandante Geral da PM.

NOTA: Cópia desses documentos devem também ser encaminhadas ao Secretário Executivo da FECABOM, que reunirá todos num único compêndio e apresentará a quem de direito no momento oportuno.

Major PM José Cordeiro Neto  
 Relações Públicas do Corpo de Bombeiros SC  
 Secretário Executivo da FECABOM  
 Rua Almirante Lamego, 381  
 88.015-600 - Florianópolis - SC  
 Fone/fax (48) 225-3333 9901-6939  
 E-mail: ccbb5@pm.sc.gov.br

## ANEXO I

## Anexo I – Entrevista do Ten Moisés a rádio em Tubarão

4º/3ºBBM

De: Carlos Moisés da Silva [carlosms@tro.matrix.com.br]  
 Enviado em: segunda-feira, 23 de julho de 2001 18:45  
 Para: ccb@pm.sc.gov.br  
 Assunto: EMANCIPAÇÃO DO CB DE SC

CONHEÇA OS PRINCIPAIS DESTAQUES DA ENTREVISTA, AO VIVO, NA RÁDIO TABAJARA (AM) ? TUBARÃO ? SC, NO DIA 27 DE JUNHO/01, ACERCA DA EMANCIPAÇÃO DO CB DE SC, ONDE O LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (DEPUTADO JOARES PONTICELLI) SE MANIFESTA POR TELEFONE, QUANDO O TEN MOISÉS É O ENTREVISTADO DO JORNALISTA JOSÉ CARLOS AGUIAR:

JORNALISTA JOSÉ CARLOS AGUIAR: Como líder do Governo quando estamos vivendo no Estado um modelo que no País está ultrapassado deputado, qual a sua posição acerca do assunto?

DEPUTADO JOARES PONTICELLI: Eu quero ao saldar o amigo e competente Ten Moisés, saldar todos os bravos homens do Corpo de Bombeiros de Tubarão e de Santa Catarina. Você deve se recordar desde os tempo em que era Vereador na cidade, em várias oportunidades subi à tribuna para elogiar a qualidade do serviço público prestado pelos Bombeiros de Santa Catarina, em especial os do nosso município de Tubarão, em que pese que a população elogiar servidor público é algo muito difícil, no caso do bombeiro em várias oportunidades ouvimos e ouvimos ainda a população na igreja, no bar, no futebol, na roda de amigos elogiando este grande trabalho que realiza o nosso bombeiro, esta disponibilidade em bem atender diuturnamente a nossa comunidade, e eu já tinha, e agora posso revelar, infelizmente, nós estávamos adotando uma outra estratégia porque sou simpático a idéia da autonomia eu não conheço plenamente a matéria ainda, mas, nós estamos começando a conversar o Moisés. Nós já havíamos conversado com o comando do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina; estávamos iniciando algumas conversas e tínhamos uma estratégia de buscar um outro encaminhamento, outros caminhos, e infelizmente houve um encaminhamento adverso do que nós estávamos imaginando, mas de qualquer forma acho que é positivo nós deliberarmos sobre esta matéria. Ontem na Comissão de Constituição e Justiça com a presença inclusive do Comando do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina sobrestamos a matéria ou seja transferimos a discussão para o segundo semestre legislativo, uma vez que nós só teríamos sessões na Assembléia ontem e hoje, pretendemos encerrar ainda hoje para entrar em recesso a partir de amanhã e evidentemente uma matéria dessa envergadura, dessa importância, não teria condições de ser discutida no afogadilho dos últimos dias, então o próprio Comando sugeriu este encaminhamento, o Deputado Ivan Razolin é o relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e nos deliberamos, então, para no mês de agosto promover uma grande discussão sobre a matéria; nós vamos realizar uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e vamos chamar um representante do Corpo de Bombeiros de cada Estado do País onde eles tenham autonomia para que possa relatar a sua experiência; nós queremos efetivamente conhecer como funciona no restante do País para que possamos evidentemente implementar o melhor modelo. Eu quero lhe dizer que senti, eu não tenho esta visão conjunta ainda, mas senti na Comissão de Constituição e Justiça, ontem, e você sabe é na CCJ (que é integrada por nove deputados) que as matérias tem seus "nascimentos", se a coisa evolui na Comissão de Constituição e Justiça a perspectiva de chegar ao Plenário e receber a deliberação favorável é muito maior em si; a matéria é simpática à CCJ, nos percebemos ontem o interesse muito grande de todos os deputados, eu tenho certeza que esta será uma das matérias prioritárias a partir de agosto e quero dizer e

## ANEXO I

### Anexo I – Entrevista do Ten Moisés a rádio em Tubarão

tornar isto público que enquanto Líder do Governo já conversei com o Governador sobre esta matéria. O Governo ainda não tem opinião formada mas sinto, também, do Governo um desejo muito grande de ver a discussão ampliada, nós queremos efetivamente o melhor para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia Militar e pro servidor público de Santa Catarina. É importante o amadurecimento dessa discussão para que possamos encontrar um modelo que seja o melhor para nosso corpo de Bombeiros, o melhor para a gente catarinense.

JORNALISTA JOSÉ CARLOS AGUIAR: Quer dizer que o Sr é simpático à idéia?

DEPUTADO JOARES PONTICELLI: "Plenamente", eu, e o Ten Moisés sabe disso, estávamos conversando já, mas agora com a matéria eu diria que sofreu um certo atropelo, mas não é isso que haverá de prejudicar, eu penso que nós poderemos fazer um encaminhamento na direção de buscarmos uma melhor, melhores condições, eu diria, mais autonomia. Eu penso que no momento que os Bombeiros Militares de Santa Catarina puderem definir seu próprio projeto, conseqüentemente as coisas fluirão com muito mais rapidez e com muito mais qualidade ainda do que se presta hoje; eu sou simpático a idéia não tenho, quero deixar claro que não há definição, ainda, posição formal ainda por parte do Governo, mas vejo com muita simpatia não só na CCJ, não só na Assembléia mas inclusive no Governo a possibilidade de uma discussão ampla desta matéria e nós vamos fazer, vamos fazer em agosto, vamos ouvir a representação dos Bombeiros onde há emancipação, onde há autonomia para poder discutir qual o melhor modelo para o Estado de Santa Catarina.

Eu quero reiterar ao Ten Moisés, ao Comando do Corpo de Bombeiros, nós estamos e continuaremos à disposição, nós vamos, a partir de agosto, discutir muito profundamente esta matéria, sei que é isto que os Bombeiros querem, também, que se possa conhecer como está funcionando os Bombeiros Autônomos por este País afora e buscar o aperfeiçoamento; nós temos a obrigação de buscarmos a melhor proposta para Santa Catarina; é a oportunidade que nós temos, e nós vamos alterar para a melhor proposta, e copiar, se queremos encontrar um modelo, uma referência nacional, vamos copiar sem nenhum constrangimento, nós queremos ouvir cada um dos Estados emancipados, temos a informação de que são 17 mas agora vocês falam em 18 estados; vamos ouvir um representante de cada Estado, nós vamos debater profundamente porque a matéria, em que pese, o Moisés sabe, não ter entrado da forma como nós pretendíamos; mas é uma matéria que interessa a Santa Catarina e nestas questões não se deve deixar que as picuinhas partidárias, ou o jogo de oposição e toda essa situação possa interferir; esta é uma matéria que também não interessa só ao Governo, também não interessa só à situação e oposição, interessa à sociedade catarinense, interessa ao conjunto das pessoas, interessa ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e portanto vai se discutir acima de facções partidárias, sem picuinhas.

JORNALISTA JOSÉ CARLOS AGUIAR: É uma matéria supra partidária deputado?

DEPUTADO JOARES PONTICELLI: Exatamente, exatamente, e tudo bem, é mais uma oportunidade que se pode ter de utilizar aplicação dos recursos públicos, no momento que você concede autonomia, eu não tenho juízo formado de que as despesas aumentam, pelo contrário, elas poderão diminuir porque você consegue implementar; o que vamos fazer esse é o compromisso que nós tornamos público agora, que já assumimos na Comissão de Constituição e Justiça, ontem, é viabilizar o amplo debate; nós temos aí tempo para discutir durante os primeiros meses do segundo semestre para que em havendo aprovação, e eu já vejo e sinto um clima favorável da Assembléia Legislativa, e havendo a aprovação tenhamos tempo ainda de ajustar o Plano Plurianual a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a própria Lei Orçamentária para, quem sabe, termos já a partir de 2001/2002 implementada a autonomia dos Bombeiros de Santa Catarina.

## ANEXO J

Anexo I – Ofício Vereador de Balneário ao Ten César



Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú



OFÍCIO N.º 0930/2001

Balneário Camboriú (SC), 14 de setembro de 2001.

ILMO SR.  
**CÉSAR ASSUMPTÃO**  
 DD. Tenente da 4ª Companhia de Bombeiros Militar  
NESTA

PREZADO SENHOR

Atendendo os termos do **REQUERIMENTO N.º 284/2001**, de minha autoria e subscrito pela senhora Vereadora Joselene Manfredini, do PSDB e pelos senhores Vereadores Aldemar Pereira, do PDT; Edson Renato Dias, do PPB; Donatil Martins, do PSDB; Jair Miguel Ricardo, do PTB; João Miguel, do PMDB; Jorge Otávio Cachel, do PFL; Marcelo Severino, do PSDB; Moacir Schmidt, do PDT; Orlando Angioletti Junior, do PT; Oscar Zeferino, do PFL e Paulo Corrêa Junior, do PDT, por este meio, convido V.S.ª, para comparecer à uma Reunião deste Poder Legislativo, com o objetivo de explanar sobre o projeto de desincompatibilização do Corpo de Bombeiros com a Polícia Militar.

A presença do nobre Tenente nesta Casa Legislativa será de grande valia, no sentido de oportunizar aos Senhores Vereadores, avaliarem e fazerem seus comentários a respeito desta pretensa desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, onde no meu entendimento antepoado-se as explicações deste oficial, acredito que com esta separação irá melhorar ainda mais os serviços prestados pelos Bombeiros, tendo em vista a desburocratização dos repasses financeiros que mantêm esta Companhia, maior liberdade e autonomia para desenvolverem novos projetos de interesse público, e tantos outros aspectos que merecem o apoio deste parlamento em relação a este projeto, pois ajudar a melhorar as atividades desenvolvidas pelos Bombeiros é uma obrigação de toda nossa comunidade, e desde que seja realmente viável esta proposta, esta Companhia poderá contar com o meu apoio que sempre manteve-se ao longo de sua vida pública como grande apoiador das questões que envolvam segurança pública.

Sendo para o momento, aproveito esta oportunidade para transmitir a V.S.ª, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR ANTONIO MANOEL SOARES SANTA  
 Presidente

*Sr. DAUJO*



Rua 2.000, nº 1.380 - Caixa Postal 22 - Fone/Fax (47) 367.0259 - CEP: 88330-000  
 Balneário Camboriú - Santa Catarina  
 home page: <http://www.nts.com.br/camara> - e-mail: [camara@nts.com.br](mailto:camara@nts.com.br)

## ANEXO K

Anexo K – Ofício Deputado Genésio

## ALTERAÇÕES DE CABOS E SOLDADOS

## MOVIMENTAÇÃO

Por determinação do Sr Cel PM Cmt Geral, transfiro **sem ônus** para o Estado, o Sd PM Mat 918574-7 ANDRÉ VIANA NIZO, da 2ª/5º BPM para o 3º/3ª/1ºBBM (Tubarão), conforme a Nota nº 127/DP-2/03, de 23 de abril de 2003.

Por determinação do Sr Cel PM Cmt Geral, transfiro **sem ônus** para o Estado, o Sd PM Mat 900391-6 VILSON CORSINO SAGAZ, do 2º/1ª/3º BBM (Blumenau) para o PCS 1º BBM (Florianópolis), conforme a Nota nº 127/DP-2/03, de 23 de abril de 2003.

## TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO DEPUTADO GENÉSIO GOULART

Florianópolis, 07 de abril de 2003.

Of. Gab.0158/2003

Excelentíssimo Senhor  
**Wilson Antônio Lazzaris**  
Comandante do Corpo de Bombeiros

Prezado Comandante,

Cumprimentando-o, cordialmente, vimos por meio deste acusar o recebimento do ofício n. 135/CCB/BM-2/2003, solicitando apoio na análise da proposta de emenda constitucional que concede emancipação ao Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao solicitado, vamos dar especial atenção a referida proposta, uma vez que um Corpo de Bombeiros independente, além de satisfazer a vontade popular, trabalhará com mais liberdade.

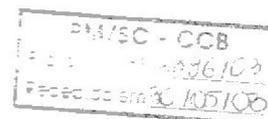
Sendo o que se oferecia, subscrevemo-nos, e colhemos do ensejo para reiterar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**GENÉSIO GOULART**  
Deputado Estadual

## ANEXO L

## Anexo L – Ofício Deputado Paulo Eccel


**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**GABINETE DO DEPUTADO PAULO ECCEL – PT**


Of. 190/2003.

Florianópolis, 29 de maio de 2003.

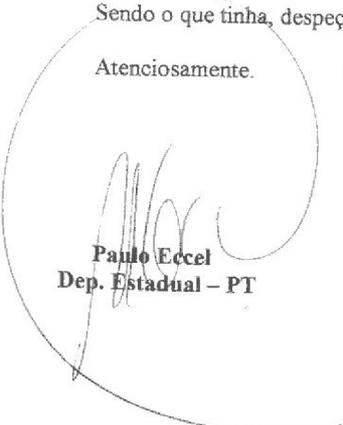
Senhor Tenente Coronel,

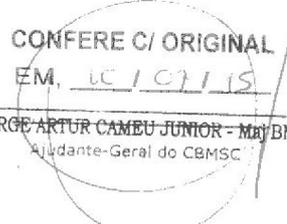
Com meus cordiais cumprimentos, acuso o recebimento do ofício 272 /CCB2003.

Ao mesmo tempo em que agradeço tal gesto, quero reiterar o meu apoio ao pleito em segundo turno à esta Emenda Constitucional que garantirá a emancipação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Sendo o que tinha, despeço-me,

Atenciosamente.


  
Paulo Eccel  
Dep. Estadual – PT


  
CONFERE C/ ORIGINAL  
EM, 10/07/15  
JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - MAJ BM  
Ajudante-Geral do CBMSC

Ilmo. Sr.  
Adilson Alcides de Oliveira  
Tenente Coronel Comandante Intº do Corpo de Bombeiros  
Florianópolis – SC

## ANEXO M

## Anexo M – Ofício Deputado Nelson Goetten

no sentido da correta utilização dos veículos oficiais, sob pena de imediato e cabal sancionamento.

Atenciosamente,

Deputado **João Henrique Blasi**  
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão

Ao Senhor  
Cel MILTON ANTÔNIO LAZZARIS  
Comandante do Corpo de Bombeiros  
Florianópolis - SC

## TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
PALÁCIO BARRIGA VERDE  
GABINETE DO DEPUTADO NELSON GOETTEN

OFÍCIO Nº 201/AP/03

FLORIANÓPOLIS, 25 DE ABRIL DE 2003.

EXMO SENHOR  
MILTON ANTÔNIO LAZZARIS  
Cel. PM - Comandante do Corpo de Bombeiros  
nesta

SENHOR COMANDANTE,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pelo presente acusar o recebimento do ofício nº 135/CCB/BM-2/03, exarado por Vossa Excelência, solicitando nosso apoio no projeto de Emenda Constitucional que tem por escopo a emancipação do Corpo de Bombeiros Catarinense.

Cumpre-nos informar que encaminhamos ofício a Vossa Excelência em 02/03 de nº 057/AJ, informando nosso voto favorável a aprovação do projeto citado, cuja cópia encaminhamos em anexo.

Apresentamos manifestações de consideração e respeito, colocamo-nos à disposição, bem como este gabinete parlamentar.

ATENCIOSAMENTE,

NELSON GOETTEN  
Deputado Estadual

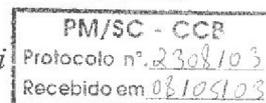
CB.18 de 06 Maio 2003

## ANEXO N

Anexo N – Ofício Deputado Reno Caramori



Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
 Palácio Barriga-Verde  
 Gabinete do Deputado Reno Caramori



Florianópolis, 6 de Maio de 2003.  
 Ofício nº 0497/03

Excelentíssimo Senhor  
*Cel. PM MILTON ANTÔNIO LAZZARIS*  
 Comandante do Corpo de Bombeiros  
 Rua Almirante Lamego, 381  
 88015-600 – Florianópolis – SC

Prezado Senhor,

Cumpre-me vir à vossa presença para manifestar meu apoio e voto favorável ao Projeto de Emenda Constitucional que “altera os art.s 31, 50, 57, 71, 90, 105, 107 e 108 da Constituição do Estado e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (Emancipação do Corpo de Bombeiros).

Sendo o que se apresenta para o momento, colho o ensejo para reafirmar meus protestos de estima e distinta consideração, ficando nesta Assembléia à sua disposição.

Atenciosamente,

**RENO CARAMORI**  
 Deputado Estadual/PPB  
 (JSF/seb)

CONFERE C/ ORIGINAL  
 EM, 10/10/03

JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - M. B. M.  
 Ajudante-Geral do CBMSC

seb

## ANEXO O

Anexo O – Ofício Deputado João Paulo Kleinubing



PM/SC - CCB  
 Protocolo nº 2307103  
 Recebido em 08/05/03

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
 COMISSÃO TÉCNICA DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 Florianópolis, em 6 de maio de 2003

Ofício nº 064/03 CTCJ

Exmo. Srº  
**MILTON ANTÔNIO LAZZARES**  
 DD Comandante do Corpo de Bombeiros – PM/SC  
Nesta

ASUDANCIA

- ① CÓPIA DESTES DOCUMENTOS FOI  
 ENCAMINHADA AO Sr Cel RR  
 LAZZARES.  
 ② ARQUIVARE.

Senhor Comandante,

Cumprimentando-o cordialmente, venho perante Vossa  
 Excelência convidá-lo para a Audiência Pública da Comissão Técnica de  
 Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Emenda Constitucional nº  
 001.0/2003, que “Altera os art.s 31, 50, 57, 71, 90, 105, 107 e 108 da  
 Constituição do Estado e acrescenta artigos ao Ato das Disposições  
 Constitucionais Transitórias. (Corpo de Bombeiros)”, a realizar-se dia 15  
 de maio às 14 horas na Sala de Reuniões nº 27 desta Casa.

Sendo o que se trata para o momento, renovo meus  
 protestos de estima e apreço.

Respeitosamente,

**DEPUTADO JOÃO PAULO KLEINÜBING**  
 Presidente da CTCJ

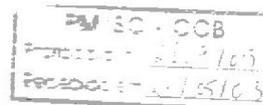
CONFERE C/ ORIGINAL  
 EM, 10/07/03  
**JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR**  
 Ajudante-Geral do CCB

## ANEXO P

Anexo P – Ofício Deputado Onofre Santo Agostinho



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - PALACIO BARRIGA VERDE.  
 GABINETE DA 1ª VICE - PRESIDÊNCIA.



Of. nº 1.270/2003

Florianópolis 27 de maio de 2003.

Senhor Comandante,

Em acusando o recebimento do expediente nº 272/cic, datado de 22 de maio do fluente ano, onde solicita nosso apoio ao segundo turno da Emenda Constitucional que concede a emancipação ao Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, comunicamos que daremos nosso integral apoio a esta justa e meritória solicitação. Podem Contar com o meu voto favorável.

Sendo o que se oferece à oportunidade, renovamos nossos elevados protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

*[Handwritten Signature]*  
 DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI  
 1ª VICE-PRESIDENTE – ALESC

CONFERE C/ ORIGINAL  
 EM. 10/07/03

JORGE ARTUR CAMBU JUNIOR - Maj BBr  
 Ajudante-Geral do CBMSC

ILMO SR.  
 ADILSON ALCIDES DE OLIVEIRA  
 TEN.CEL. COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS  
 RUA ALMIRANTE LAMEGO, 381  
 NESTA CAPITAL

## ANEXO Q

Anexo Q – Ofício Deputado Francisco de Assis Nunes



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**  
**Gabinete do Deputado Francisco de Assis**  
 Partido dos Trabalhadores - PT

Ofício Circular 028/03

Florianópolis, 24 de junho de 2003

*Francisco de Assis Nunes*  
*copiado*

Prezado Bombeiros,

A Emenda Constitucional nº 33, de nossa autoria, que emancipa o Corpo de Bombeiro Militar, já é realidade. Foi promulgada no dia 11 de junho e publicada no Diário Oficial de nº 17176, do dia 17/06.

Creio que emancipação vai trazer melhorias para todos os bombeiros e para a sociedade catarinense. Com uma dotação financeira e orçamentária própria, haverá um melhor planejamento e investimento na corporação. A qualificação específica dos bombeiros vai possibilitar que a prestação de serviço à comunidade seja mais eficaz.

Para comemorar a Emancipação, a Assembléia Legislativa irá prestar uma homenagem aos Bombeiros, através de Sessão Solene, no dia 30/06, às 17:30 h.

Contamos com a vossa presença e Parabenizamos por esta conquista.

Atenciosamente,

*Francisco de Assis Nunes*  
 Deputado Francisco de Assis Nunes  
 4º Secretário

CONFERE CI ORIGINAL

EM, 20/07/15

JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - Maj/BM  
 Ajudante-Geral do CBMSC

**ANEXO R**

## Anexo R – Nota Cel Lohn

**Comando do Corpo de Bombeiros**

De: <DP\_5\_SECRETARIA/PMSC@pm.sc.gov.br>  
 Para: <CAPITAL@pm.sc.gov.br>; <INTERIOR@pm.sc.gov.br>; <BM@pm.sc.gov.br>  
 Enviada em: quarta-feira, 25 de junho de 2003 10:17  
 Assunto: COMPLEMENTAÇÃO DE NOTA - INTERESADOS EM SERVIR NO CB

Aos Srs. oficiais e praças da PMSC

Referente a Nota abaixo, solicito manifestarem-se diretamente ao Cmdo do CCB, e não a esta Diretoria de Pessoal.

JOSEMAR FRANCISCO LOHN  
 Ten Cel PM Dir DP

----- Repassado por DP 5 SECRETARIA/PMSC em 25/06/03 10:15 -----

Comunicação Social do Corpo de Bombeiros da PMSC  
 Para: "SECOES" <SECOES@pm.sc.gov.br>, "Operacional-PM" <Operacional-PM@pm.sc.gov.br>  
 cc: <ccbb5@pm.sc.gov.br>  
 Assunto: COMPLEMENTAÇÃO DE NOTA - INTERESADOS EM SERVIR NO CB  
 10/06/03 11:43

CONFERE C/ ORIGINAL  
 EM. 10/06/03  
 JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - Maj BM  
 Ajudante-Geral do CBMSC

COMPLEMENTANDO NOTA ANTERIOR SOBRE INTERESSADOS EM SERVIR NO CORPO DE BOMBEIROS, INFORMO QUE A MANIFESTAÇÃO, PARA OS OFICIAIS E PRAÇAS QUE NÃO POSSUEM CURSO DE BOMBEIRO, TERÁ QUE SE EFETIVAR ATÉ O DIA 30/06/03, QUANDO DARÁ ENTRADA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, UM CONJUNTO DE LEIS QUE TRATARÃO DA LOB, R LOB, LEI DE FIXAÇÃO DO EFETIVO, LEI DE TRANSFERÊNCIA, LEI DO PATRIMÔNIO E QUADRO DE ORGANIZAÇÃO. ATÉ ESSA DATA, O COMANDO DO CB PODERÁ TROCAR COM ALGUMA OPM/SEÇÃO DA PM, O OFICIAL OU PRAÇA QUE QUEIRA SAIR DO CB. APÓS A APROVAÇÃO DA LEI QUE TRATA DOS CRITÉRIOS DE TRANSFERÊNCIA (LEI DE TRANSFERÊNCIA) DA POLÍCIA PARA O CB E VICE VERSA, SOMENTE SERÁ ACEITO QUEM POSSUIR CURSO DE BOMBEIRO, ALÉM DE OUTROS REQUISITOS QUE SERÃO PREVISTOS NA REFERIDA LEI. QUESTÕES DE INTERESSE GERAL COMO O NOVO EFETIVO NO CB, NÃO

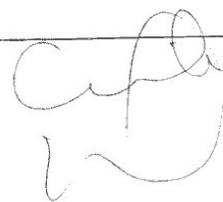
25/6/2003

## ANEXO S

Anexo S – Nota 1º Ten Reinaldo Valmiro Correa

**Comando do Corpo de Bombeiros**

De: <4bpm1@pm.sc.gov.br>  
 Para: <ccbcmt@pm.sc.gov.br>  
 Enviada em: segunda-feira, 7 de julho de 2003 14:51  
 Assunto: Solicitação



Em virtude de minha transferência para o CB através da nota nº 198/DP-2/03 datada em 17 Jun 03 e posteriormente tornado sem efeito através da nota nº 102/DP-2/03 com data em 18 Jun 03, venho a V. Sa. pleitear um espaço de tempo para uma conversação pessoal, com o intuito de posicionar-me dos motivos que originaram tal impedimento.

Com a certeza de Vossa atenção, encontro-me no aguardo.

Respeitosamente.

REINALDO VALMIRO CORREIA  
 1º Ten PM Mat 910745-2

CONFERE C/ ORIGINAL  
 EM. 10/07/03  
 JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - Maj BM  
 Ajudante-Geral do CBMSC

Cap Lessa  
 informar as  
 Ten Reinaldo que  
 as portas do CB  
 estão abertas para  
 todos e que basta que  
 ele ligue para  
 conversar sobre este  
 assunto.

DO DESPACHO

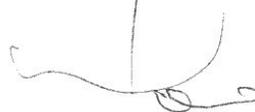
① Informar ao Ten Reinaldo no  
 dia de hoje, conforme despacho  
 do Com.º

② Arquivar.

Em 10/07/03

  
 RONALDO LESSA  
 Cap PM Matr. 911919-1

Em 10/Jul/03



## ANEXO T

## Anexo T – Parte cadete Fernando Vidal

**Comando do Corpo de Bombeiros**

**De:** "Fernando Vidal" <vidalfloripa@yahoo.com.br>  
**Para:** <ccbcmr@pm.sc.gov.br>  
**Enviada em:** sexta-feira, 18 de julho de 2003 15:39  
**Assunto:** manifestação de interesse

Comunico-vos que o signatário encontra-se cursando o primeiro ano do CFO e tem interesse em servir no Corpo de Bombeiros, já havendo manifestado tal intenção ao comando da APM, por escrito.

CADETE PM VIDAL

Yahoo! Mail

Mais espaço, mais segurança e gratuito: caixa postal de 6MB, antivírus, proteção contra spam.

CONFERE C/ ORIGINAL  
EM. 7013115  
JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - MAJ/BM  
Ajudante-Geral do CBMSC

18/7/2003

**ANEXO U**  
**Anexo U – Pedido 2º Ten Laureano**

DE : P.M.C. Sec. da Administração

FAX : 47 365-1214 + 239

PM/SC - CCB
Protocolo nº. 1017103
Recebido em: 16/12/03
18 DEZ. 2003 14:38

Pág



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

Ofício nº 279/2003

Camboriú, 16 de dezembro de 2003.

Exmo. Sr.  
 João Henrique Blasi  
 DD Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão  
 FLORIANÓPOLIS – SC

**CONFERE C/ ORIGINAL**  
 EM. 10/10/15  
 JORGE ARTUR CAMEU JUNIOR - Maj BM  
 Ajudante-Geral do CBM/SC

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para consultar Vossa Excelência a gentileza de analisar a possibilidade de transferir o 2º Tenente Renaldo Onofre Laureano Júnior, inscrito sob a matrícula nº 8248685-1, da Polícia Militar de nosso Município para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Cabe salientar que estando no Corpo de Bombeiros o referido tenente poderá comandar o pelotão que estará sendo formado em breve em nossa cidade.

Infelizmente ainda que recentemente houve a transferência do tenente Júlio Cezar Pozo da Fonseca, do Corpo de Bombeiros para a Polícia Militar, e para o pedido pertinente ao Tenente Renaldo, já houve os trâmites legais, faltando a autorização do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, senhor Paulo Conceição Caminha.

Sendo o que tinha para o momento, apresento as mais cordiais e respeitosas saudações, desejando a Vossa Excelência e família votos de felizes festas.

Atenciosamente,

**WILSON FLAUTZ**  
 Prefeito Municipal

Rua Getúlio Vargas, 77 - FONE: (047) 365-1214/FAX: 365-1069  
 88340.000 - Camboriú - Santa Catarina